



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

**O PAPEL DO RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL NO CONTEXTO  
PORTUGUÊS**

**Ana Filipa Mendes Pereira**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico do Porto para obtenção do Grau  
de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

**Professor Doutor Henrique José Curado Mendes Teixeira**

Versão Final

Porto, dezembro de 2020.









Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

**O PAPEL DO RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL NO CONTEXTO  
PORTUGUÊS**

**Ana Filipa Mendes Pereira**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico do Porto para obtenção do Grau  
de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

**Professor Doutor Henrique José Curado Mendes Teixeira**

Versão Final

Porto, dezembro de 2020.



## **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

Eu, Ana Filipa Mendes Pereira, estudante n.º 25180079, do curso Mestrado de Gestão das Organizações: Ramo de Gestão Pública, do Instituto Politécnico do Porto, declaro que não fiz plágio nem auto plágio, pelo que o trabalho intitulado “O Papel do Rendimento Básico Incondicional no Contexto Português” é original e da minha autoria, não tendo sido usado previamente para qualquer outro fim. Mais declaro que todas as fontes usadas estão citadas, no texto e na bibliografia final, segundo as regras de referência adotadas na Instituição.

S. Mamede de Infesta, 31 de dezembro de 2020

*Assinatura: Ana Filipa Mendes Pereira*





## Resumo

Atualmente, a nível global, cada vez mais assistimos a uma descrença constante no Estado e nos serviços públicos prestados. Aliada a esta descrença vemos um aumento constante do desemprego, um crescimento acelerado da população, e ao mesmo ritmo, um progresso veloz da tecnologia. Toda esta conjuntura resulta numa inexistência de postos de trabalho para toda a população (Engström, 2016). Como tal, e sendo papel do Estado Social acolher aqueles que necessitam de um rendimento ao fim do mês, mas que não o podem obter, surge o conceito do Rendimento Básico Incondicional.

O RBI é atribuído mensalmente a toda a população, sem qualquer contrapartida, para que possam viver uma vida segura e estável. “Universal basic income (UBI) is a radical policy proposal of a monthly cash grant given to all members of a community without means test, regardless of personal desert, with no strings attached and, under most proposals, at a sufficiently high level to enable a life free from economic insecurity.” (Bidadanure, 2019, pp. 482). É um rendimento que, ao contrário dos atuais, não visa a assistência daquele que tem mais necessidade, mas sim de toda a população (Merrill, Bizarro, Marcelo, & Pinto, 2018).

Existem, porém, várias questões a analisar em relação ao RBI, como por exemplo, a estabilidade económica do país, a tendência de consumo dos cidadãos, o intervencionismo do Estado, a capacidade financeira estatal de suportar tal despesa, as implicações para a segurança social e a perceção social e filosófica da fonte de obtenção de rendimentos, ou seja, o conceito de obter um rendimento sem esforço. Como tal, através da análise da literatura publicada sobre tema e dados estatísticos selecionados, o objetivo passa por perceber se Portugal tem as condições necessárias para implementar o RBI, analisando todos os tópicos de interesse público que possam ser afetados pelo mesmo, bem como algumas questões filosóficas que se levantam.

Portugal ainda tem um longo caminho a percorrer até à implementação do RBI, porém desde a integração na comunidade europeia e da crescente modernização do serviço público, e em particular do Sistema de Segurança Social Português, o RBI tem estado na vanguarda dos estudos académicos e no constante escrutínio público, abrindo caminho para uma adaptação deste rendimento ao atual contexto português.

**Palavras-chave:** Rendimento Básico Incondicional, Estado Providência, Segurança Social.



## Abstract

Nowadays, at a global level, we are increasingly witnessing a constant disbelief in the State and in the public services provided. Allied to this disbelief, we see a steady increase in unemployment, an accelerated growth of the population, and at the same pace, a rapid progress in technology. This scenario results in an absence of jobs for the entire population (Engström, 2016). As such and given the role of the Social State, to welcome those in need of an income at the end of the month but cannot obtain it, emerges the concept of Unconditional Basic Income.

The UBI would be allocated monthly to the entire population, without any counterpart, so that they can live a safe and stable life. “Universal basic income (UBI) is a radical policy proposal of a monthly cash grant given to all members of a community without means test, regardless of personal desert, with no strings attached and, under most proposals, at a sufficiently high level to enable a life free from economic insecurity.” (Bidadanure, 2019, pp.482). It is an income that, unlike the current ones, such as Social Insertion Income, does not aim to assist those who need it most, but the entire population (Merrill, Bizarro, Marcelo, & Pinto, 2018).

However, and foremost, there are several issues to analyse concerning the UBI, such as, for example, the country's economic stability, the rate of the citizen's consume, the economical intervention in the State, the State's financial capacity to support such expense, the implications for social security and the social and philosophical perception of the source of income, obtaining the income without any effort. As such, through the analysis of published literature and the selected statistical data on the subject, the objective is to understand whether Portugal has the necessary conditions to implement the RBI, by analysing all topics of public interest that may be affected by it, as well as some philosophical issues that may arise.

Portugal still has long path to follow before applying UBI, however since the entry in the European Community and the increasing modernization of the public service, in particular the Social Security System, UBI has been at the forefront of academic studies and in the constant public scrutiny, opening the way for an adaptation of this income to the Portuguese context.

**Keywords:** Unconditional Basic Income, Welfare State, Social Security.



## Resumen

Actualmente, a un nivel global, cada vez más asistimos a una incredulidad constante en nuestro Estado y en nuestros servicios públicos prestados. Junto a esta incredulidad vemos un incremento constante del desempleo, un crecimiento rápido de la población, y al mismo ritmo, avance rápido de la tecnología. Toda esta situación, resulta en una inexistencia de puestos de trabajo para toda la población. Así, y siendo el papel del Estado Social acoger aquellos que necesitan un ingreso al final del mes, pero no lo consiguen obtener, aparece el concepto del “Rendimiento Básico Incondicional”.

El RBI sería asignado mensualmente a toda la población, sin alguna contrapartida, para que estos puedan vivir una vida segura y estable. “Universal basic income (UBI) is a radical policy proposal of a monthly cash grant given to all members of a community without means test, regardless of personal desert, with no strings attached and, under most proposals, at a sufficiently high level to enable a life free from economic insecurity.”(Bidadanure, 2019, pp 482). Es un ingreso que, a diferencia de los actuales, no tiene por objetivo la asistencia de aquel que tiene más necesidad, pero sí de todo el pueblo.

Pero, existen de antemano múltiples cuestiones que analizar a respecto del RBI, como, por ejemplo, la estabilidad económica del país, la tendencia de consumo de los ciudadanos, el intervencionismo del Estado, la capacidad financiera estatal de sostener tal gasto, las implicaciones para la seguridad y la percepción sociales y filosófica del origen de la obtención de ingresos, o sea obtener un ingreso sin cualquier esfuerzo. Como tal, mediante el análisis de la literatura publicada sobre el tema y los datos estadísticos seleccionados, el objetivo pasa por entender si Portugal tiene las condiciones necesarias a la implementación del RBI, analizando todos los tópicos de interés público que puedan ser afectados por lo mismo, así como algunas cuestiones filosóficas que se han levantado.

Portugal todavía tiene un largo camino por recorrer antes de la implementación del RBI, sin embargo, desde la integración en la comunidad europea y la creciente modernización del servicio público, y en particular el Sistema de Seguridad Social, RBI ha estado en la vanguardia de los estudios académicos y en constante escrutinio público, abriéndose el camino para una adaptación del RBI al contexto portugués actual.

**Palabras-clave:** Rendimiento Basico Incondicional, Estado Providencia, Segurança Social.



## **Lista de Abreviaturas e/ou Siglas**

BE- Bloco de Esquerda

CE- Comissão Europeia

CFP- Conselho das Finanças Públicas

CGA- Caixa Geral de Aposentações

DGSS- Direção Geral da Segurança Social

IAS- Indexante dos Apoios Sociais

IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional

MTSSS- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development

PCP- Partido Comunista Português

PIB- Produto Interno Bruto

PS- Partido Socialista

PSD- Partido Social Democrata

RBI- Rendimento Básico Incondicional

RBN- Rendimento Bruto Nacional

RDBN- Rendimento Disponível Bruto Nacional

RMG- Rendimento Mínimo Garantido

RSI- Rendimento Social de Inserção

SS- Segurança Social

SSS-Sistema de Segurança Social

SVI- Sistema de Verificação de Incapacidades

SVIT- Sistema de Verificação de Incapacidades Temporárias para o Trabalho

TSU- Taxa Social Única

UBI- Unconditional Basic Income





---

# Índice Geral

Índice de Figuras .....	xiii
Índice de Tabelas .....	xv
Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico.....	3
1.1 Intervencionismo Económico Estatal e o Liberalismo Económico.....	3
1.2 Estado-Providência e Solidariedade .....	10
2. Contexto Português.....	13
2.1 Origem do Sistema de Segurança Social Português.....	13
2.1.1 1984 e a Década de 1980 .....	15
2.1.2 Década de 1990 .....	16
2.2 Funcionamento e Crise da Segurança Social.....	25
2.2.1 Anos 2000 .....	25
2.2.2 A Despesa Social em Portugal .....	31
2.3 Intervencionismo Económico Estatal no contexto Português .....	37
3. Rendimento Básico Incondicional .....	43
3.1 Funcionamento do RBI.....	43
3.1.1. Princípios do RBI.....	45
3.2 Pressupostos de Implementação do RBI em Países Europeus .....	48
3.2.1 Modelo Finlandês .....	48
3.2.2 Modelo Sueco .....	53
3.2.3 Modelo do Reino Unido.....	56
3.3 Análise das Famílias Portuguesas.....	60
3.3.1 Tendências de Consumo .....	62
3.4 Micro Projeto do Modelo de Implementação do RBI em Portugal .....	69
3.5 Perceção Social e Política do RBI .....	73
3.5.1 Entrevista com Miguel Cardoso, Especialista nos Sistemas de Segurança Social e Deputado Municipal do PS na Assembleia Municipal de Valongo .....	78
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação .....	82

---

Referências Bibliográficas .....	89
Anexos.....	93
Anexo A .....	93
Anexo B .....	94
Anexo C .....	95
Anexo D .....	96
Anexo E .....	97
Anexo F .....	98
Anexo G .....	99
Anexo H .....	100
Anexo I.....	101
Anexo J.....	102
Anexo K .....	103
Anexo L.....	106
Anexo M.....	107

---

## Índice de Figuras

Figura 1- Sistemas Públicos de Segurança Social .....	25
Figura 2- Esquematização do Sistema de Segurança Social .....	26
Figura 3- Organismos da S.S. ....	30



---

## Índice de Tabelas

Tabela 1- Características do Mercado Económico Perfeito .....	4
Tabela 2- RMG/RSI na Despesa Pública.....	19
Tabela 3- Total da Despesa da SS Portuguesa e as Pensões pagas pela SS .....	34
Tabela 4- Os Tipos de Estado Social.....	38
Tabela 5- Despesa da SS vs Partidos Político eleito .....	40
Tabela 6- PIB e PIB <i>per capita</i> .....	60
Tabela 7- Rendimento Disponível Bruto .....	61
Tabela 8- Despesas de consumo final dos agregados domésticos: por tipo de bens e serviços ...	63
Tabela 9- População Residente .....	64
Tabela 10- Tabela de Preços comparativos entre Suécia e Portugal referente à área da Restauração .....	65
Tabela 11- Tabela de Preços Comparativos entre a Suécia e Portugal relativamente a 1 Bilhete de Cinema .....	66
Tabela 12- Poupança das Famílias Portuguesas .....	67



---

## Introdução

O tema desta dissertação irá incidir sobre uma temática atual e com relevo para o futuro, é notório que o Rendimento Básico Incondicional<sup>1</sup> tem sido cada vez mais debatido na Europa e por todo mundo. O progresso tecnológico tem aumentado cada vez mais e a qualidade de vida também, mas esta realidade não é geral para toda a sociedade, parte da população continua em situação de desemprego ou em empregos com contratos precários. Nesta conjuntura, surge recentemente em Portugal o RBI, um rendimento que promete a justiça social e igualdade entre classes.

Vários governos a nível mundial, e alguns partidos políticos nacionais, têm trazido este tema para a discussão pública, debatendo como o poderíamos implantar em Portugal, se seria uma questão temporária ou permanente, como funcionaria e quais os entraves existentes. O objetivo principal e geral desta dissertação é perceber se Portugal tem as condições socioeconómicas necessárias para uma possível implantação do RBI de modo permanente, sobretudo na situação atual de pandemia onde as futuras perspetivas económicas não são positivas. No entanto, há objetivos específicos que devem ser analisados para que possamos obter uma resposta. Sendo assim, os objetivos específicos são:

- 1) Perceber o contraste entre o Estado-Providência e o Estado Liberal
- 2) Analisar o Intervencionismo no Estado Português
- 3) Investigar a origem da crise da Segurança Social Portuguesa
- 4) Analisar a tipologia do consumo português

Estas questões são abordadas ao longo da dissertação, pela ordem acima exposta, no entanto em termos de estrutura geral são apresentados três capítulos, os dois primeiros implicam primeiramente uma análise de literatura aprofundada sobre temáticas do foro social. O objetivo do primeiro capítulo é perceber a teoria do Estado Providência ou Social, do Estado Liberal, a origem do conceito de rendimento e de solidariedade.

No segundo capítulo destacamos o contexto português e percebemos como funciona o nosso Sistema de Segurança Social, bem como, as ajudas estatais da atualidade. Adicionalmente

---

<sup>1</sup> A primeira dificuldade apontada nesta dissertação foram as “diversas designações” do RBI (Merrill et al, 2018), este é apelidado também de RBU (Rendimento Básico Universal), sendo que estas diferenças são meramente semânticas, ao apontarmos um rendimento como incondicional, automaticamente é universal, visto que não tem nenhuma “condição” para a obtenção do mesmo, “a universalidade é apenas um dos requisitos da incondicionalidade” (Merrill et al, 2018, p.15), no âmbito da dissertação optei pelo conceito de Rendimento Básico Incondicional visto que é mais comum no meio académico. Todos os restantes rendimentos mencionados na dissertação variam do RBI em termos de funcionamento e não são comparáveis.

comparamos Portugal com quatro países europeus, para que possamos examinar alguns valores referentes a macroeconomia de cada um dos países. Os dados a comparar serão o *PIB*, *PIB per capita* e a taxa de consumo.

No último capítulo, contextualizamos o RBI internacionalmente, explicitamos o seu funcionamento e quais as suas origens. Estes três capítulos foram elaborados através de uma metodologia qualitativa, com auxílio a dados quantitativos, representando assim uma metodologia mista.

Chegando à conclusão, esperamos responder à questão colocada no início, será que Portugal tem os critérios para implementar o RBI? Fomentando a discussão destas temáticas sociais e sempre com a ambição de obter melhores formas e alternativas de distribuição de rendimentos contrabalançando com a estabilidade e segurança económica do país, suprimindo as desigualdades sociais.



---

# 1. Enquadramento Teórico

## 1.1 Intervencionismo Económico Estatal e o Liberalismo Económico

Conforme foi explicado, ao longo desta dissertação, é necessário que sejam analisados alguns conceitos fundamentais antes de estudarmos, aprofundadamente, o RBI. É necessário analisar o impacto estatal deste rendimento, visto que o Estado não é fonte autónoma de lucro é imprescindível que os contribuintes “forneçam” este rendimento através dos seus impostos (Varela, 2012), levantando com isso, múltiplas questões sociais.

Inicialmente, torna-se crucial abordar a noção de intervencionismo económico do Estado, para que possamos perceber qual o ponto de situação do Estado Português no que toca ao intervencionismo estatal. A primeira questão colocada nesta abordagem prende-se com o que de facto é o Estado? De acordo com Rodrigues (1999), o Estado funciona como uma entidade superior que regula os indivíduos a todos os níveis, providencia rendimentos e benefícios, permite acessos, oportunidades e consequências igualitárias. Isto é, *“uma entidade reguladora, que se situe a um nível superior ao dos indivíduos (permitindo uma abordagem equitativa das oportunidades, dos acessos e das consequências dos desempenhos), que garanta uma correção aos desvios do mercado (cujo funcionamento implica, necessariamente, a criação de desigualdades e de anomalias, enfim, uma “seletividade legitimada”) e que introduza um lógica universalista de cobertura dos riscos sociais, assim como uma lógica universalista de redistribuição dos rendimentos e dos benefícios.”* (Rodrigues, 1999, p.186).

Tendo como pressuposto a definição acima estabelecida, e partindo da ideia de que o Estado garante uma correção dos desvios de mercado, é-nos possível abordar o conceito de intervencionismo económico do Estado e as várias teorias associadas ao mesmo, em particular o Estado Liberal e o Estado Providência. Estas duas teorias variam no âmbito do intervencionismo económico do Estado, isto é, até que ponto deve o Estado intervir nas mudanças de mercado económicas? Mudanças estas que, por sua vez, têm um impacto social.

Por um lado, o Estado Providência veio contrapor o tipo de Estados-Nação do século XX, mais capitalistas e com fracos investimentos nas necessidades sociais, no entanto mais à frente iremos abordar mais intimamente este conceito. *“Antes de existirem Estados-Providência, existiam Estados. Quero com isto dizer que o modelo de Estados-Providência que se generaliza um pouco por todo o Ocidente no ultimo quartel do século XIX, inícios do Séculos XX, se desenvolve a partir da experiencia e da estrutura burocrático-jurídica de Estados-nação já existentes, deles próprios intimamente relacionados com a expansão do capitalismo. Não é, pois, de estranhar que elementos importantes para a formação de Estados-Nação- como o império da lei, territorialidade ou o*

*monopólio do uso legítimo de violência- precedam historicamente preocupações com o bem-estar social das respetivas populações” (Silva, 2013, p.17).*

Por outro lado, o Estado Liberal defende a garantia dos direitos individuais e a não intervenção do Estado na vida pública, sobretudo nas mudanças de mercado. Conforme nos indica Eloisa Höfling “Na medida em que o Estado, no capitalismo, não institui, não concede propriedade privada, não tem poder para interferir nela. Tem sim a função de arbitrar- e não de regular- conflitos que possam surgir na sociedade civil, onde proprietários e trabalhadores estabelecem relações de classe, realizam contratos, disputam interesses, etc.”(Höfling, 2001, p.36).

Nesta situação o Estado não passa de um mediador entre as relações económicas dos indivíduos, contudo o pressuposto base assenta na política que “é necessário haver liberdade económica para que se obtenha o máximo bem-estar” (Ribeiro, 1992, p.124), ou seja, o pressuposto base do liberalismo económico é que quanto menos o Estado intervir na economia e nas relações com os indivíduos, melhor. O autor baseia-se no facto de que havendo liberdade de produção de consumo, há mais oferta no mercado, o que leva à existência de compradores a quererem preços mais baixos e por outros vendedores a tentar vender ao preço mais alto possível “Entre uns e outros, vendedores e compradores, estabelecer-se-á concorrência, e esta levará aos melhores resultado possíveis” (Ribeiro, 1992, p.124).

De seguida, o autor José Joaquim Ribeiro expõe em detalhe a teoria económica da Economia Perfeita, que é fundamental para chegar à essência do Liberalismo Económico. Este indica que os economistas pressupõem um mercado ideal, com uma concorrência perfeita, “um mercado não só puro e, portanto, com homogeneidade dos bens, mobilidade dos agentes económicos, publicidade completa, como atomístico e, portanto, com número ilimitado de vendedores e compradores.”(Ribeiro, 1992, p. 124). Simplificando a questão em causa, para o mercado ser perfeito teria de ter as seguintes características:

Tabela 1- Características do Mercado Económico Perfeito

1. Grande Número de Produtores e Compradores do Produto;
2. Produtos homogêneos- não pode haver diferenças nos produtos expostos pelas empresas concorrentes;
3. Não existem barreiras à entrada no mercado;
4. Deve haver transparência no mercado- isto é as informações sobre lucros, preços, etc. são conhecidas por todos os participantes do mercado;
5. Não deve haver intervenção do Estado, fazendo com que o mercado se regule com “mão invisível da concorrência”. Os preços vão sendo estabelecidos pelo jogo da oferta e da procura, levando a um equilíbrio a curto, médio e longo prazo;

Fonte: Ribeiro, J. J. T. (1992).

Reflexões sobre o Liberalismo Económico. (adaptado)

É de salientar que as características apontadas pelo autor como essenciais para o “mercado perfeito” são irrealistas olhando para o mercado atual. Complementando ao conceito de concorrência perfeita, o autor indica os três tipos de mercado existentes atualmente que contrapõem a concorrência perfeita: o monopólio, o oligopólio e a concorrência monopolista.

O monopólio é um dos três tipos de mercado de concorrência imperfeita, em que uma única empresa detém o mercado de um determinado produto, portanto existe apenas um único produtor, muitos consumidores, este produtor não tem qualquer concorrência, os consumidores têm a informação completa face ao produto e existem grandes barreiras à entrada de novos produtores. O autor indica que na realidade há mercados de monopólios naturais, sendo inevitável a criação de um mercado monopolista. No entanto, há outros monopólios que são sustentados pelo Estado, sendo que este normalmente regula o preço e estabelece diretivas para a entidade/produtor responsável. No caso do oligopólio o mercado é controlado apenas por algumas empresas, normalmente um número reduzido, é o caso do mercado da cerveja em Portugal, em que temos a Sagres e Super Bock como as duas únicas produtoras de cerveja, o que faz com que os consumidores tenham apenas duas únicas opções. Este normalmente é um mercado com poucos produtores, muitos consumidores e em que existem fortes barreiras à entrada de novos concorrentes. Por fim, o mercado de concorrência monopolista é um mercado em que existem muitos produtores e muitos consumidores, visto que os produtos não são totalmente homogêneos também não podem ser completamente substituíveis, é o caso dos restaurantes ou das lojas de vestuário, o produto oferecido é similar, mas existe sempre uma variação de restaurante para restaurante ou loja para loja.

Conclui-se que o mercado perfeito e a concorrência perfeita são dois conceitos irrealistas, e o próprio autor aponta esta falha, *“Todavia, nem pela circunstância de não existirem mercados de concorrência rigorosamente perfeita, deixa o liberalismo económico de preconizar a sua política: se não pode haver concorrência perfeita, que ao menos haja o máximo possível de concorrência. Por conseguinte, que o Estado se guarde de intervir sempre que a ação dele impossibilite ou dificulte os movimentos das empresas;”* (Ribeiro, 1992, p.126), salientando o autor indica que deve, de todo o modo, haver sempre o mínimo de intervenção do Estado.

Aquela que é apontada por Eduardo Rodrigues como a principal falha do liberalismo económico é a “incapacidade de lidar com as pessoas excluídas” (Rodrigues, 1999, p. 186), aquelas que não se conseguem inserir no mercado e que necessitam de uma rede de apoio para sobreviver. Corroborando esta perspetiva, (Varela, 2012) aponta que as correntes neoliberais não apresentam propostas ou alternativas para a questão da solidariedade e auxílio mútuo. Este é o ponto mais importante do liberalismo económico, apesar de focar na liberdade económica do indivíduo, fomentando a indústria e o crescimento económico, quanto ao apoio social, o próprio autor indica que ainda existem algumas questões a resolver. No entanto é fundamental salientar que, conforme será mencionado à frente e de acordo com o autor José Ribeiro, as medidas de cariz social começaram a surgir durante Estado Novo, como por exemplo a Caixa Geral de Aposentações, mesmo sendo um Estado Ditatorial e de tendência política de direita houve um investimento em algumas pequenas políticas sociais.

A realidade é que nem todos os indivíduos tem a capacidade de comprar ou investir neste desenvolvimento do consumismo, o que leva a um fosso entre as desigualdades sociais, podendo mesmo suprimir a classe média. Esta classe social é normalmente a mais afetada porque encontra-se num limbo entre a classe alta e baixa, dependendo dos rendimentos líquidos que têm, deixando-se levar muito pelas variações do mercado. O autor aborda também esta questão indicando que *“(...) os bens produzidos: são-no para os consumidores que os possam pagar mais caro. E demonstra-se que tais consumidores conseguem, assim, a máxima satisfação. Mas tais consumidores, porque podem pagar mais caros os bens, são juntamente os consumidores ricos. É a estes que o liberalismo económico, baseando-se na concorrência perfeita, assegura preferentemente o máximo bem-estar. Ele perpetua, pois, as enormes desigualdades de rendimento”*(Ribeiro, 1992, p.133).

Quer isto dizer que, o momento que se segue é essencial nesta reflexão redigida por José Joaquim Ribeiro, é o momento em que o autor fala das constantes críticas feitas ao Liberalismo Económico e indica que esta teoria económica pensou nestas questões sociais, indicando-nos, inclusive, uma solução para a desigualdade na distribuição de rendimentos.

*“O liberalismo é sensível a esta crítica. Entende, todavia, que o processo de impedir as enormes desigualdades de rendimentos, de eliminar as manchas de pobreza, não é através da intervenção do Estado, distribuindo bens aos pobres, e regulando-lhes, portanto, o consumo, e sim através da distribuição a eles de poderes de compra, mediante um esquema como o do imposto negativo de rendimento. Com tal imposto, deixaria de haver pobres pois todos disporiam de recursos para adquirir os bens essenciais, mas continuaria a haver preços de concorrência e por conseguinte, satisfações máximas para os consumidores. Todavia, se é certo que as dificuldades técnicas e financeiras do imposto negativo podem ser vencidas em países economicamente avançados como os Estados Unidos, também o é que o não podem ser em países economicamente retardados, como os países pobres.”*(Ribeiro, 1992, p.133).

Deste modo, conseguimos perceber uma das principais e mais relevantes diferenças entre o liberalismo económico e o Estado-providência: os sistemas de proteção social. Na perspetiva do autor não é necessário o Estado intervir de modo a proteger as classes com menos poder de compra, é necessário sim dar-lhes poder de compra suficiente através do imposto negativo de rendimento.

O imposto negativo de rendimento é “um sistema de transferências monetárias (subsídios), cuja concessão e cujo montante são função apenas do rendimento (..) E cá temos, portanto, um sistema não categorial: a simples circunstância de se dispor de um rendimento inferior a um certo montante automaticamente atribui direito ao subsídio do Estado, tal como, inversamente, a simples circunstância de se dispor de um rendimento superior acarreta a obrigação de pagar um imposto” (Bastos, 1972, p.9-10), ou seja, apenas parte da população, que tem rendimentos baixos, comprovados através de estudos e análises prévias ao agregado familiar e acesso às declarações de rendimentos, tem direito a um subsídio ou uma ajuda estatal adicionalmente não pagam impostos, sendo que as classes mais altas irão pagar um imposto como obrigação social para os

mais fracos. Este modo de ajuda social assimila-se aos rendimentos aplicados em Portugal, RSI e RMG, que iremos abordar mais à frente. Este é um ponto de contradição para as teorias liberais, ora, de modo simplista, se o RBI está associado ao Estado-Providência, visto que inerentemente implica intervenção estatal, o mesmo acontece com o conceito de imposto negativo de rendimento, um conceito antigo, mas similar ao RBI. A contradição nasce do facto do Liberalismo Económico não defender a intervenção estatal, porém para a atribuição deste rendimento é necessário que o Estado tenha poder de intervenção. Apesar da génese do Liberalismo Económico visar a não intervenção estatal, a perspetiva apresentada pelo autor tem em conta as necessidades sociais e as classes mais baixas, contrariamente ao que apontam alguns críticos do Liberalismo Económico. Através desta abordagem do Estado Liberal, concluímos que o liberalismo económico tem algumas falhas a apontar, entre as quais o conceito de “concorrência perfeita”, que se torna quase utópico de concretizar no mercado atual, um mercado que é assinalado pela diversidade e constante diferenciação de produtos. No entanto nem todos os defensores do Liberalismo Económico são cegos às constantes carências sociais da população.

Este conceito permite-nos abrir caminho para explorar, por oposição, o Estado Social, de Bem-Estar ou de Providência, sobretudo para salientar a importância dos sistemas de segurança social.

Novamente, é essencial estabelecer uma definição de Estado-Providência, a primeira definição, e mais linear, é a definição da Infopédia<sup>2</sup>, que o define como o conceito que veio substituir o conceito de Estado Liberal. O Estado-Providência, em oposição ao Estado Liberal, defende que o Estado deve criar uma rede de apoio para todos os cidadãos e intervir na economia, gerindo as relações de mercado e economia de um país. Aquando da definição de Estado-Providência, Raquel Varela indica na sua obra “Quem Paga o Estado Social em Portugal?” que “A noção de Estado-Providência varia de país para país e recebe diferentes nomes consoante a cultura de origem. A expressão inglesa (de origem germânica) *Welfare* ou *Welfare State* corresponde aproximadamente ao nosso conceito de “bem-estar social” ou de Estado-providência, conforme o contexto – nem sempre é óbvia e fácil a tradução entre culturas. Mas o conceito primordial subjacente a todas elas é sempre o mesmo: o da solidariedade social.” (Varela, 2012, p.22).

Em oposição às críticas apontadas pelos defensores do Estado-Providência ao Estado Liberal, uma das maiores críticas feitas ao Estado-Providência por parte dos investigadores liberais, é a despesa associada aos custos estatais que agrega o Estado-Providência. Contudo, a autora rompe com esta lógica e aponta o contrário, indicando que o Estado Social é autossustentável e que é possível comportar as despesas associadas ao mesmo.

O objetivo do Estado-Social é conseguir providenciar os serviços básicos e essenciais à população, desde de sistemas de saúde ou sistemas escolares públicos, bem como, sistemas de segurança social para situações como a velhice, o desemprego ou a doença, conforme a autora indica “Do ponto de vista político, a génese do *Welfare State* assenta em ideais de cariz social-democrata;

---

<sup>2</sup> [https://www.infopedia.pt/\\$estado-providencia](https://www.infopedia.pt/$estado-providencia) (consultado a 19-10-19)

propõe que o Estado organize centralizadamente as tarefas de solidariedade social; inclui, em maior ou menor grau, uma redistribuição dos rendimentos coletivos.” (Varela, 2012, p.22).

A lógica do Estado-Providência passa por uma contribuição monetária dos portugueses, isto é, uma disponibilização de meios financeiros para “as tarefas de cariz social-democrata” é feita através das contribuições salariais, *“Do ponto de vista político, jurídico e contabilístico, a receita arrecada pela SS, à semelhança do que acontece no mutualismo é uma contribuição, ainda que compulsiva; não deve ser confundida com os impostos. Impostos são retribuições que incidem sobre um facto genérico (por exemplo, no ato de compra e venda, IVA); não tem um destino específico. As contribuições provem de um ato específico e destinam-se a um fim específico- a origem das contribuições para Segurança Social é a retribuição do trabalho, o seu fim é a prestação de serviços a população contribuinte, não podendo essas contribuições ser legitimamente desviadas para outros fins, as contribuições sociais são uma adjudicação, isto é, criam um devedor e um criador. Em vez de receberem a totalidade da retribuição do seu trabalho, os trabalhadores depositam uma parte dessa retribuição nos cofres do Estado-providência esperando ser reembolsados mais tarde, quando necessário em dinheiro, em espécie ou em serviços.”* (Varela, 2012, p.24). Este esquema de tributação irá ser abordado novamente adiante.

Conforme indicado acima por Raquel Varela aponto como um dos conceitos fundamentais do Estado-Providência: a Solidariedade Social. É crucial perceber os termos da Solidariedade Social e até que ponto está inserida na mentalidade da nossa sociedade. Um dos primeiros desafios colocados perante o conceito do Rendimento Básico Incondicional foi a mentalidade portuguesa e o modo como se perceciona o RBI, estando esta construída para que se vincule o rendimento ao trabalho, o RBI cria uma quebra de mentalidade para a qual Portugal pode não estar pronto, até que ponto conseguiremos ser solidários independentemente do esforço? Estando culturalmente imposta a mentalidade de esforço - rendimento, seria um choque cultural conceber que não se precisava de trabalhar para obter rendimento, bastava existirmos.

É essencial perceber a origem do conceito rendimento, tradicionalmente a obtenção de um rendimento vem do esforço, isto é, é necessário trabalhar para se poder obter um rendimento ao fim do mês, *“A única forma de produzir valor é através do trabalho. O resto, aquilo que nos vem parar automaticamente às mãos, a chuva que nos cai do céu, o ar que respiramos, ainda que seja vital para nossa sobrevivência, não tem valor de troca. Para se criar valor tem de haver trabalho incorporado. Por isso a água da chuva não tem valor, mas essa mesma água engarrafada passa a ter um valor de X – alguém teve o trabalho de a tratar, engarrafar, armazenar, transportar, etc.”* (Varela, 2012, p.28). A palavra rendimento vem do verbo render, e no dicionário está associada ao conceito de lucro, proveito, eficiência, produtividade, receita e importância em dinheiro recebida por alguém<sup>3</sup>, todas as conceções acima apontadas baseiam-se no conceito de trabalho, portanto para ter um rendimento é necessário haver produtividade, proveito, levando a que a idealização de um rendimento pela pura existência rompe várias barreiras mentais. Mesmo no contexto português,

---

<sup>3</sup> <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/rendimento> (consultado a 13-12-19)

aquando da implantação do RMG ou RSI existiram questões que se reveem nesta ideia de trabalho para rendimento, daí a sua implantação ter sido até à atualidade tão controversa. Uma das questões que mais se coloca é a redistribuição destes rendimentos, ou seja, a parte da população que não tem rendimentos para poder subsistir automaticamente não contribui socialmente, o que faz com que a percentagem da população que desconta se questione até que ponto estes terão direito a algo que é “pago” por eles. “a repartição da riqueza passa pela receita de impostos, posteriormente devolvidos aos contribuintes sobre a forma de bens, serviços ou dinheiro”. Este é um raciocínio simplista, mas que reflete a realidade de muitos portugueses, cresce aqui a necessidade de explicitar o conceito de solidariedade, como este tem origens católicas e foi evoluindo de modo a estar incutido na nossa legislação, passando a ser obrigatório e aplicável a toda a população.

## 1.2 Estado-Providência e Solidariedade

Num contexto de início do século XX (Silva, 2013), surge o conceito de Estado Providência, um estado que à luz dos estudos de Keynes promove a paz social, que contribui e intervém para com os indivíduos (Rodrigues, 1999). Conforme indicado anteriormente, este conceito veio contrapor o tipo de Estados-Nação da época, mais capitalistas e com fracos investimentos nas necessidades sociais. Apesar do conceito de Estado-Providência ser datado do século XX, o conceito de solidariedade é bastante mais antigo, proveniente da Instituição mais antiga do mundo- a Igreja Católica. É fundamental perceber a conexão entre estes dois conceitos para que se possa perceber como se obteve um dos serviços públicos de maior importância em Portugal: a Segurança Social.

Primordialmente, devemos estabelecer o que é a solidariedade: *“A ideia de solidariedade acompanha desde os primórdios a evolução da Humanidade. Aristóteles, por exemplo, em clássica passagem, afirma que o Homem não é um ser que possa viver isolado, é, ao contrário, ordenado teleologicamente a viver em sociedade. É um ser que vive, atua e relaciona-se na Comunidade, e sente-se vinculado aos seus semelhantes”* (Dinis, 2008,p.32). De acordo com o autor o conceito de solidariedade relaciona-se automaticamente com a ajuda criada entre os habitantes de uma comunidade. O autor (Dinis, 2008) estabelece duas vertentes da solidariedade: *conceito ético* ou *princípio jurídico*. A solidariedade enquanto *conceito ético* é definida como “a virtude essencial à vida em comunidade.”, reforçando a ideia acima indicada, é nos inerente enquanto ser humano, um ser social e que cresce em comunidade, seremos solidários uns com os outros. Adicionalmente, ao longo da nossa evolução, a Igreja Católica teve um grande papel de influência na sociedade, fazendo com que os valores de comunidade, desde de já existentes, sejam reforçados e esta se une perante algo imaterial como a fé, a religião ou Deus, “a comunidade católica se une do modo fraterno e solidário e vive da rica experiência da doutrina e dos dogmas fundamentais da teologia cristã” (Dinis, 2008, p.32). Em suma, quando nos referimos à solidariedade como “*conceito ético*”, é a solidariedade como um conceito inerente, e posteriormente, reforçado religiosamente, de entre ajuda ou ajuda ao próximo, um valor e sentimento moral que é passado entre gerações.

Por outro lado, e conforme indicado pela autora Raquel Varela, a solidariedade passou a ser vista como uma obrigatoriedade, sobretudo quando nos encaramos perante um Estado Providência. O conceito da solidariedade enquanto “*princípio jurídico*” é fundamental de abordar, visto que tem mais impacto no âmbito da dissertação. A solidariedade enquanto “*princípio jurídico*” relaciona-se diretamente com aquele que é o papel do Estado perante a solidariedade, é algo que não abona apenas o sentimento moral e de sociedade, passando mesmo para o âmbito de “exortações morais de ações e solidárias gratuitas e voluntárias, avança-se para exigências tuteladas e garantidas pelo Direito.” (Dinis, 2008, p.34). Acompanhando a evolução da sociedade a solidariedade foi avançado para um “princípio jurídico-constitucional”, que é descrita pelo autor como um “ato complexo, no qual concorrem tanto o Poder Público como a sociedade civil organizada e somente a Constituição, que acolhe a dignidade humana e o pluralismo social e político”. A solidariedade passou a ser vista como um direito fundamental, constando na Constituição da República Portuguesa, de acordo com o artigo



63º, alínea 2: *“Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações representativas dos trabalhadores e de associações representativas dos demais beneficiários.”*. Na alínea 3, a Constituição reforça as funções do sistema de segurança social: *“O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho”*.

Neste contexto, a palavra solidariedade, outrora, proveniente da consciência do indivíduo e imposição social, é hoje em dia, uniformizada legalmente perante uma sociedade, *“Esta solução opõe-se às formas anteriores que assentavam em paradigmas contexto a palavra solidariedade passa a ser, legalmente, a obrigação do estado, sendo que como a caridade, a ação pia e outras onde a solidariedade era, por doutrina, uma questão de vontade e consciência pessoal”* (Varela, 2012, p.24). Corroborando a ideologia anteriormente mencionada, a autora acaba por expor o conceito de solidariedade atual e descrever historicamente a transição de um conceito ético de solidariedade, imposto pela Igreja Católica e proveniente apenas da boa-fé, para um conceito jurídico de solidariedade, que implica normas, direitos e deveres implementados e aplicados por instituições estatais. No caso português, desde os anos 70 do século XX, que há legislação para impor um sistema de segurança social à população, posteriormente iremos analisar com mais detalhe, a criação e evolução do Sistema de Segurança Social.

O foco principal da solidariedade no contexto atual é a noção de que *“o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade.”*(Dinis, 2008, p.32). Abordando as duas teorias do âmbito do intervencionismo económico do Estado, o Estado Liberal e o Estado-Providência. O conceito de solidariedade é inerente ao Estado-Providência, este tem como objetivo de promover a justiça social, reduzindo as desigualdades e assegurando que todos tem as mesmas oportunidades. Apesar da perspetiva Liberal apresentada pelo autor (Ribeiro,1992) ser mais socialista, na sua génese, o Estado Liberal não tem como um dos seus fundamentos a proteção dos mais “fracos”. Assim se cria a conexão entre o Estado-Providência e a Solidariedade, fundamentada no facto que *“o Estado-Providência consiste na realização concreta entre nós, através de leis e subsequentemente por intermédio de medidas políticas, deste conjunto de instituições que visam cumprir certas funções sociais de assistência em geral a todos os portugueses, e em particular aos mais pobres e vulneráveis na eventualidade de uma doença, de ficarem desempregados, ou quando se reformam”* (Silva, 2013, p.12), e apesar de já termos concluído que o conceito de Estado-Providência varia conforme a cultura, o país, e subsidiariamente, o desenvolvimento económico do país, a tendência política, o fundamento principal, ou seja, a base passa por estes valores universais, de entreajuda. O Sistema de Segurança Social é precisamente um dos membros do Estado-Providência. Muito influenciado pela Igreja Católica, foi se construindo numa constante evolução daquele que é o conceito de entreajuda, justiça e assistência aos mais necessitados, sempre com a componente legal adequada.

No entanto, e conforme indicamos acima, há críticas a apontar ao Estado-Providência: "*O fim do Estado-Providência é inevitável porque se entende que este modelo é inútil e/ou indesejável. Em particular há quem diga que i) o Estado-Providência induz situações de dependência dos seus apoios; ii) o Estado Social é acusado de promover um modelo de sociedade avesso à mudança, ao risco e à inovação; iii) os beneficiários de prestações sociais tendem a tomar por adquiridos os direitos sociais e respetivos apoios e garantias; (...) O Estado-Providência é insustentável*" (Silva, 2013, p.52). A principal crítica a abordar neste ponto é a despesa social inerente, de todo modo, irei adiante abordar a questão da dependência ou garantia vitalícia destes benefícios estatais, bem como a sobrecarga estatal que acarretam.

De modo a resumir o primeiro capítulo é fundamental perceber que atualmente o autor escolhido para representar o liberalismo económico não refuta as teorias ou os defensores sociais, defende sim, que aqueles em necessidade, devem ter um modo de sobrevivência independente do Estado. Como tal, o conceito de um rendimento pela mera existência contraria os fundamentos essenciais do liberalismo económico. Neste âmbito, uma figura política a destacar é Olof Palme, primeiro-ministro da Finlândia a 1969, pertencente ao Partido Operário Social-democrata da Suécia. Este é um partido de centro-esquerda, que tem como objetivo juntar uma economia de mercado com um forte estado social, aproximando assim o liberalismo económico do estado-providência. Olof Palme é visto como um dos maiores exemplos da social-democracia na Suécia, durante a sua liderança a Suécia usufruiu de altos benefícios sociais e uma forte economia, conseguindo juntar o melhor dos dois modelos económicos. No próximo capítulo iremos então abordar mais aprofundadamente o Estado Social e tudo o que este implica, bem como o Sistema de Segurança Social Português, desde a sua criação até aos dias de hoje.

---

## 2. Contexto Português

### 2.1 Origem do Sistema de Segurança Social Português

É fundamental dar um contexto histórico à criação da Segurança Social, visto que a evolução que o nosso país atravessou impacta os rendimentos criados e o financiamento da Segurança Social. Com as temáticas acima abordadas, é possível expor a história do Sistema de Segurança Social Português e todas as componentes inerentes, desde a criação e evolução, até à funcionalidade. Pretendemos neste capítulo, analisar a estrutura da SS, assim como a despesa que esta acarreta, e por fim, perceber, de um modo ligeiro, a conexão entre a escolha política e o intervencionismo estatal.

Conforme mencionamos anteriormente a criação de um Sistema de Segurança Social desde sempre que teve uma forte ligação com a igreja e com o conceito de solidariedade enquanto “*conceito ético*” (Dinis, 2008). Como tal, faz sentido que as primeiras misericórdias tenham sido criadas com fundamento católico. *“Os séculos XV e XVI ficaram marcados por um grande desenvolvimento da expansão marítima, a 15 de agosto de 1498 os navegadores portugueses chegam a Índia e surge em Portugal a primeira misericórdia portuguesa, que teve origem na intervenção da Rainha Dona Leonor e aprovação do Rei D. Manuel I.”*<sup>4</sup> A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa surge no âmbito de uma degradação das condições de vida, “as ruas transformavam-se em antros de promiscuidade e doença, aglomerando-se pedintes e enjeitados”, numa época de naufrágios e batalhas, o número de viúvas e órfãos era demasiado alto. Neste infeliz contexto social Rainha Dona Leonor institui uma Irmandade de Invocação a Nossa Senhora da Misericórdia, na Sé de Lisboa. A misericórdia de Lisboa é fundada com regras escritas no Compromisso da Misericórdia de Lisboa, 14 obras (Anexo A) baseadas na doutrina cristã, como por exemplo: os textos bíblicos do Evangelho de São Mateus e as Epístolas de São Paulo. *“A Misericórdia adotou como símbolo identificador a imagem da Virgem com o manto aberto, protegendo os poderes terrenos, reis, rainhas, príncipes, e os poderes espirituais, Papas, cardeais, bispos, clérigos ou membros de ordens religiosas. Uma proteção que se estendia também a todos os necessitados, crianças, pobres, doentes, presos, entre outros.”*<sup>5</sup>. No fim do século XVIII é criada a Casa Pia de Lisboa, sendo esta vista como o primeiro sinal de assistência pública.

Avançando para o século XIX, o associativismo operário foi um dos sustentáculos do rápido crescimento de associações de socorros mútuos, levando no fim do século à criação das primeiras caixas de aposentações. A Caixa Geral de Aposentações, criada em 1929, apesar de ser apenas para funcionários públicos, começou por ser a primeira entidade de seguros sociais. Com os cinco

---

<sup>4</sup> <http://www.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social> (consultado a 18-12-2019)

<sup>5</sup> [http://www.scml.pt/pt-PT/santa\\_casa/historia/](http://www.scml.pt/pt-PT/santa_casa/historia/) (consultado a 18-12-2019)

diplomas publicados em 1919 deram origem à primeira tentativa de um sistema de seguros sociais obrigatórios que abrangiam todos os trabalhadores por conta de outrem com salários ou rendimentos inferiores a determinado montante.

Ao contrário da opinião popular, durante a ditadura Salazarista, a 16 de Março de 1935, a Lei nº 1884 entra em vigor um conjunto de diversos diplomas que lançou a estrutura para a criação de um sistema de seguros sociais obrigatórios, similar aos modelos em vigor noutros países europeus. Esta lei determinava as bases da então designada previdência social que, tendencialmente, deveria abranger os trabalhadores por conta de outrem, do comércio, indústria e serviços. O âmbito material do sistema era limitado às prestações de doença (cuidados de saúde e subsídio de doença), invalidez, velhice e morte, geridas fundamentalmente por caixas sindicais de previdência. Os trabalhadores do setor agrícola e do setor das pescas viriam a ser enquadrados em sistemas de proteção social específica geridos pelas casas do povo e casas dos pescadores.

Em 1962 foi aplicada esta reforma pela Lei nº 2115, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 45266 de 23 de setembro de 1963. Foi alterado o método de equilíbrio financeiro das instituições de previdência, passando-se do regime de capitalização estrita para uma capitalização mitigada, permitindo melhorar as prestações já existentes e alargar a proteção às eventualidades de maternidade e encargos familiares, é de sublinhar que pela primeira vez foram mencionados os trabalhadores independentes. Foi criada também a Caixa Nacional de Pensões para as eventualidades de invalidez, velhice e morte, e a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, resultando numa progressiva integração das doenças profissionais no sistema de previdência social. Dado em conta a internacionalização do sistema de segurança social português, entrou em funcionamento a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

Numa fase de pós 25 de Abril de 1974, e com a Constituição da República aprovada e decretada a 2 de Abril de 1976, a aquisição de novos direitos sociais foram aumentando. Sublinha-se primeiramente a pensão social, que prevê assistir todas as pessoas com idade superior a 65 anos que não exercessem atividade remunerada e não estivessem abrangidas por qualquer esquema de previdência, bem como às pessoas invalidas com idade superior a 14 anos que não tivessem qualquer outro subsídio. De seguida, o decreto-Lei nº 513-L/79, de 26 de dezembro foi instituído um esquema mínimo universal de proteção social, que seria aplicado a todos os cidadãos nacionais residentes, independentemente do vínculo laboral ou de contribuição prévia. Este esquema mínimo é substituído pelo regime não contributivo de proteção social (Decreto-Lei nº 160/80, de 27 de maio), este regime mantém todos os benefícios do anterior, mas passa a ser aplicado apenas aos mais desfavorecidos na base de verificação da condição de recursos. Em 1979, Portugal aplica um esquema com algumas parecenças ao Rendimento Mínimo Garantido e ao atual Rendimento Social de Inserção. É de salientar os regimes que foram instituídos ao longo deste período entre os quais o regime do seguro social voluntário, o regime transitório para todos os trabalhadores independentes, o regime de proteção social a desalojados, entre outros. Quanto às prestações, é através do Decreto-Lei nº 169/80 que se institui as prestações familiares a favor da infância e juventude e da família, aparecendo assim o Abono de Família.

Outra medida fundamental foi, através do Decreto-Lei nº 169-D/75 de 31 de Março, a imposição legal do subsídio de desemprego para a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem. Quanto à fiscalização e ao financiamento, após a atribuição das pensões de invalidez foi necessário criar a SVIP que fazia a verificação das reformas de invalidez, resultando nas juntas médicas dos serviços médico social para os serviços da Segurança Social. Quanto ao financiamento é aprovado um novo regime jurídico de contribuições (Decreto-Lei nº 103/80) que indica inicialmente "O pagamento pontual das contribuições devidas às instituições de previdência é absolutamente indispensável como fonte básica de financiamento das prestações da segurança social".

Adicionalmente quanto à estrutura do Sistema de Segurança Social são reconhecidas através do Decreto-Lei nº 519-G2/79 as instituições privadas de solidariedade social não-lucrativas e estão ainda sujeitas a fiscalização, sendo aprovado posteriormente o Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro – Estatuto das Instituições privadas de Solidariedade Social.

### **2.1.1 1984 e a Década de 1980**

Finalmente em 1984 é aprovado em matéria de financiamento, um novo regime jurídico de contribuições, visando um maior rigor no pagamento das mesmas, bem como das dívidas vencidas e vincendas (Decreto-Lei nº 103/80, de 9 de Maio).

A partir de 1984 são estabelecidos os objetivos do sistema e é aprovada a primeira lei de bases da Segurança Social (Lei nº 2884, de 14 de agosto), estabelecendo os objetivos do sistema:

- Garantia da proteção dos trabalhadores e das suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego e de morte;
- Compensação dos encargos familiares;
- Proteção das pessoas em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência.

Após a publicação da lei são regulamentadas várias medidas:

#### **1- Desemprego**

É criado o subsídio de desemprego cuja duração e montante estão diretamente ligados aos períodos de trabalho e de contribuições dos trabalhadores, bem como as remunerações perdidas (Decreto-Lei nº 20/85, de 17 de janeiro). Entre outras medidas sociais de desemprego, é integrado o Subsídio Social de Desemprego para casos como trabalhadores menores carreiras contributivas e baixos rendimentos. A 1 de janeiro de 1986, Portugal integra a Comunidade Europeia fazendo com que as preocupações nacionais passem a ser europeias, no âmbito de lutar contra o desemprego de longa duração e o desemprego dos jovens, o sistema de SS procura desenvolver medidas proteção e apoio, entre as quais, a desobrigação do pagamento das contribuições para a SS (Decreto-Lei nº 257/86, de 27 de agosto).

## **2- Doença**

Quanto ao Serviço Nacional de Saúde criado ainda em 1979 (Lei nº 56/79), este visa o direito à proteção da saúde, a prestação de cuidados globais de saúde e o acesso a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social, nos termos da constituição. Na lei de 1984 da SS, no âmbito da saúde há apenas melhorias no que toca aos direitos estabelecidos e questões de financiamento, sobretudo no pagamento das prestações (Decreto-Lei nº132/88, de 20 de abril).

## **3- Maternidade, Paternidade e Adoção**

Define e regulamenta a proteção na maternidade e paternidade na adoção e na assistência a descendentes menores, dos beneficiários do regime geral por conta de outrem e dos trabalhadores independentes. Como tal, salienta-se a fixação de um montante mínimo para os subsídios, particularmente, para os trabalhadores em situação económica precária.

## **4- Invalidez e Velhice**

É instituído o regime de pensão unificada para trabalhadores abrangidos pelo sistema de segurança social e pelo sistema de proteção social da função pública, portanto neste momento toda a população que cumpra os critérios necessários é abrangida pelo regime de pensão (Decreto-Lei nº 143/88, de 22 de abril).

Na área da Invalidez são impostos vários decretos-lei no âmbito de assistência a terceiras pessoas, atividades de apoio ocupacional aos deficientes graves, complementarmente são licenciados e fiscalizados todos os estabelecimentos que acolhem crianças, jovens, pessoas idosas e pessoas com deficiência (Decreto-Lei nº 30/89, de 24 de Janeiro).

Relativamente ao financiamento de 1984, fica definido que o regime geral é financiado pelo orçamento da SS. Quer isto dizer que, as contribuições dos trabalhadores e das entidades patronais, por contrário o regime não contributivo e a ação social são financiados por transferências do Estado. É definido o regime sancionatório no âmbito da Segurança Social, onde ficam estabelecidas as contraordenações e as coimas correspondentes. Adicionalmente, a TSU entra em vigor a 1986, onde são fixados os 11% para trabalhadores e os 24% para as entidades patronais, sendo que das percentagens apresentadas, 0,50 são destinadas à proteção na eventualidade de doença profissional (Decreto-Lei nº 140-D, de 14 de junho).









### **2.1.2 Década de 1990**

A década de 1990 foi marcada por quatro diplomas estruturais, sendo todos eles assinados a 25 de setembro de 1993. Tais documentos permitiram a definição do sistema de SS como o conhecemos atualmente.

Decreto-Lei nº 326/93 - Reintroduz o sistema de desagregação da taxa contributiva global, determinando um valor de taxa atribuível a cada eventualidade. O primeiro Decreto-Lei parece dar dois passos atrás naquilo que é a criação do sistema de SS português, no entanto este Decreto-Lei surge pelo facto de haver um aumento no volume de encargos para a invalidez, velhice e

sobrevivência: “Considerou-se, na verdade, que a ausência de fundos específicos para financiamento autónomo de cada eventualidade e a técnica, adotada pelo regime de repartição, de compensar a insuficiência das dotações financeiras das prestações deficitárias com as dotações atribuíveis a outras prestações implicavam o abandono da repartição da taxa global em função das eventualidades protegidas.”<sup>6</sup>. Havendo este aumento de encargos com uma taxa geral, seria impossível compensar as restantes necessidades existentes, no entanto colocando-se a hipótese de uma taxa desagregada que pode ser aplicada a cada necessidade, seria mais fácil garantir a compensação de todas as necessidades, o Decreto-Lei destaca também que havendo uma desagregação da taxa social as populações tornam-se mais informadas sobre o seu “esforço contributivo” e a solidariedade que lhes é imposta. Assim a taxa estabelecida foi de 35,5% e cada situação social tinha associada uma percentagem de desconto fixa.

Conforme indicado no anexo do Decreto-Lei nº 326/93 da totalidade de **35.5%**:

-  **2.8%** aplicam-se a **Encargos Familiares**
-  **3.3%** aplicam-se a **Doença**
-  **0.5%** aplicam-se a **Doença Profissional**
-  **0.5%** aplicam-se a **Maternidade**
-  **3.5%** aplicam-se a **Desemprego**
-  **6.9%** aplicam-se a **Invalidez**
-  **13.9%** aplicam-se a **Velhice**
-  **4.1%** aplicam-se a **Morte**

Decreto-Lei nº 327/93 - Reforça e assegura a efetivação do direito à Segurança Social, passando também a abranger administradores e sócios gerentes de empresas.

Decreto-Lei nº 328/93 - Reformula-se o regime de segurança social dos trabalhadores independentes, passando a usufruir da cobertura da SS, sendo criado dois regimes:

- um, mais restrito e obrigatório que cobre as eventualidades de maternidade, invalidez, velhice e morte.
- outro, mais alargado e facultativo que cobre nas eventualidades de doença, doença profissional e encargos familiares.

Decreto-Lei nº 329/93 - Por fim, este Decreto-Lei estabelece a proteção na velhice e na invalidez dos beneficiários do regime geral de Segurança Social.

---

<sup>6</sup> Citação retirada do Diário da República Eletrónico - Decreto-Lei 326/93  
<https://dre.pt/pesquisa/-/search/653121/details/maximized> (consultado a 09-08-2020)

## RMG /RSI

A maior criação desta década é o Rendimento Mínimo Garantido, que acaba por ser um ponto fundamental desta dissertação. O RMG é a criação mais próxima do RBI, e foi aplicado em 1997, procurando garantir aos indivíduos e aos seus agregados familiares os recursos necessários à satisfação das suas necessidades básicas e a progressiva integração social e profissional. (Lei nº19-A/96, de 29 de junho). É uma prestação integrada por duas vertentes (as prestações pecuniárias e o programa de inserção social). Aquando da implantação desta medida verificou-se alguma controvérsia por ser uma medida inovadora e que poderia trazer despesas extras para o Estado.

De todo o modo, o RMG foi assinalado como uma medida complexa e de carácter inovador, sendo que foram feitos vários projetos-piloto experimentais em várias zonas do país. Foi materializada a primeira abordagem no governo de António Guterres, que permitia aos cidadãos obter uma pequena prestação mensal, mas também desenvolver a sua inserção no mercado de trabalho, promovendo a autonomia face ao Estado, implicando assim dois conceitos: necessidade e inserção. A distinção entre os dois rendimentos (RMG e RBI) é precisamente este último ponto que foi acima reforçado. O pressuposto do RBI é a existência e não a necessidade, pelo que não agrega responsabilidades de inserção. Este é um rendimento atribuído pela mera existência, sem qualquer contrapartida. De acordo com a Lei nº19-A/96, artigo 1º- “A presente lei institui uma prestação do regime não contributivo de segurança social e um programa de inserção social, por forma a assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional.”.

O objetivo da tabela abaixo apresentada é perceber o impacto do RMG/RSI na despesa da SS. O primeiro valor apresentado é o valor do crescimento populacional, a população portuguesa têm vindo a crescer, apesar de este crescimento ser constante, a realidade é que este valor afeta a implementação do RBI; A questão que se coloca aqui é que o RSI e o RMG têm filtros de ajuda à população, ou seja, nem toda a população recebe esta ajuda do Estado. No entanto, o RBI seria universal, o que acrescenta mais despesa à SS. De todo o modo, o RMG/RSI não representam uma grande percentagem da despesa da SS, raramente chegam a ultrapassar mais de 2% da despesa da SS, o momento mais alto foi em 1999, dois anos depois da sua implementação. Contudo, vendo de outra perspetiva, apesar da percentagem que a SS gasta no RMG/RSI ser pequena, o RMG/RSI teve um impacto na despesa da SS, levando-a a aumentar em 1 018 612,1€ de 1997 para 1998. Adicionalmente, e conforme iremos concluir adiante, o financiamento do RMG/RSI entra para o Orçamento do Estado, para os gastos que o Estado têm com a SS (*Anexo H*) na realidade em 1997 houve um aumento da despesa do Estado na função de Ação e Segurança Social, porém não foi um aumento significativo para que possamos concluir que terá sido a implementação do RMG a causadora deste aumento, o mesmo acontece de 1997 para 1998 onde houve um aumento ligeiro de 297,8 milhões de euros. Com os valores obtidos não podemos concluir que o RMG/RSI aumentou a despesa social em Portugal, da mesma maneira que concluímos que o alarido feito à volta deste rendimento é estatisticamente inconclusivo, até à atualidade não notamos que o RSI ocupe uma grande parte do orçamento da SS.



Tabela 2- RMG/RSI na Despesa Pública

<b>Anos</b>	<b>População Média Anual Total</b>	<b>Despesa da SS: Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção (euro – milhões)</b>	<b>Despesa Total da SS (euro – milhões)</b>	<b>% de Gasto com o RMG/RSI</b>
<b>1997</b>	10 109,0	48 656,8	9 580 875,5	0,51%
<b>1998</b>	10 160,2	197 194,7	10 599 487,6	1,86%
<b>1999</b>	10 217,8	277 398,6	11 582 140,2	2,40%
<b>2000</b>	10 289,9	266 797,4	12 348 030,4	2,16%
<b>2001</b>	10 362,7	244 282,0	13 786 494,3	1,77%
<b>2002</b>	10 419,6	231 795,4	17 901 112,7	1,29%
<b>2003</b>	10 458,8	243 419,1	17 125 908,5	1,42%
<b>2004</b>	10 483,9	241 639,5	18 790 992,3	1,29%
<b>2005</b>	10 503,3	285 298,3	19 855 662,7	1,44%
<b>2006</b>	10 522,3	334 764,6	20 688 813,0	1,62%
<b>2007</b>	10 543,0	372 596,4	21 532 866,8	1,73%
<b>2008</b>	10 558,2	425 721,0	26 801 178,7	1,59%
<b>2009</b>	10 568,2	507 708,9	29 577 376,8	1,72%
<b>2010</b>	10 573,1	519 908,7	31 093 897,6	1,67%
<b>2011</b>	10 557,6	414 383,5	29 356 867,5	1,41%
<b>2012</b>	10 514,8	387 904,3	36 341 054,6	1,07%
<b>2013</b>	10 457,3	315 143,4	45 639 377,3	0,69%
<b>2014</b>	10 401,1	294 448,0	37 523 665,3	0,78%
<b>2015</b>	10 358,1	287 351,1	33 095 112,7	0,87%
<b>2016</b>	10 325,5	334 677,7	30 030 286,0	1,11%

Fonte: Pordata

<https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente++m%C3%A9dia+anual+total+e+por+sexo-6> (consultado a 25-03-2020)

<https://www.pordata.pt/Portugal/Despesa+da+Seguran%C3%A7a+Social+Rendimento+M%C3%adimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o-129> (consultado a 25-03-2020)

<https://www.pordata.pt/Portugal/Despesa+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+tipo-100> (consultado a 21-06-2020)

O rendimento foi implementado de modo permanente em Portugal até à atualidade, de acordo com estudos já feitos neste âmbito o rendimento não teve grande sucesso em Portugal, em grande parte, devido ao momento da inserção. De acordo com (Diogo, 2004) os beneficiários do rendimento não foram devidamente informados da contrapartida do mesmo. Deixando alguns exemplos, existiram casos do desconhecimento de que os filhos tinham de frequentar a escola e que eles próprios deveriam ir a entrevistas de emprego de modo a fomentar a inserção. A partir deste momento, (Diogo, 2004) descreve todo o processo como sendo demasiado complexo para o beneficiário, que não tem no seu vocabulário corrente palavras como “acordo de inserção” ou “programa de inserção”. Apesar desta nuance não parecer relevante, torna-se um problema substancialmente complexo quando nos referimos a indivíduos com pouca escolaridade. A perspetiva de (Diogo, 2004) é que aquando das assinaturas destes contratos não foi feito o devido investimento na explicação deste rendimento e sobretudo as responsabilidades que devem ser atribuídas ao beneficiário”. Estamos, pois, em presença de uma rutura ao nível da linguagem e da sua utilização para a classificação e definição dos indivíduos: a inserção apresenta-se como um processo institucionalizado, constituindo uma autêntica liturgia, implicando por parte da Ação Social uma linguagem e rituais que são estranhos aos beneficiários não tendo tradução na forma como se definem e como definem as suas experiências de vida através do discurso.” (Diogo, 2004, p.11). O autor salienta que para além de não serem expostos devidamente os direitos dos beneficiários ou o contexto do programa, não lhes são explicadas as suas responsabilidades, o que pode levar a um fomento da ociosidade e dependência do estado sem a inserção e o esforço implícitos para este rendimento.

O RMG é uma parte importante a salientar desta dissertação visto que estabelece alguns valores em comum com o RBI. O RMG é rendimento de ajuda social “por forma a assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional” (Lei nº19-A/96, de 29 de junho) a génese da ajuda social está presente nos dois rendimentos, no entanto o RMG visa uma inserção social, valor que acredita como sendo automaticamente concretizado. Ou seja, o RMG concretizou programas específicos para a inserção dos trabalhadores no mercado e adicionalmente fez uma análise prévia, através de entrevistas sobre quem teria ou não direito ao rendimento, contrariamente o RBI não tem em vista uma filtragem, toda a gente tem direito ao rendimento, sem haver necessidade de inserção social ou profissional. Posteriormente, irá ser levantada novamente esta questão.

Na década de 2000, o RMG passa a ser conhecido como RSI, Rendimento Social de Inserção, em termos legais o RSI é similar ao RMG. A primeira diferença encontrada foi a titularidade do RSI que passou a ser alargada a pessoas que possuam menores a seu cargo e que sejam mulheres grávidas, cumprindo de todo o modo os critérios existentes. Adicionalmente, criaram-se também apoios à contratação, “Lei nº 13/2003 de 21 de maio, artigo 20º (Apoios à Contratação) - As entidades empregadores que contratem titulares ou beneficiários do rendimento social de inserção poderão usufruir de incentivos por posto de trabalho criado, nos termos a definir por portaria do Ministro da Segurança Social e do Trabalho.”. Estes apoios à contratação foram fundamentais para que fossem esbatidos os estigmas face aos beneficiários do RSI. Criou-se a CNRSI (Comissão

Nacional do RSI) e implementaram-se algumas medidas de fiscalização e acompanhamento mais rígidas, sendo que as CLA (Comissões Locais de Acompanhamento) cessaram e passou a ser o Instituto da SS local que acompanha o agregado familiar.

O montante manteve-se igual de um rendimento para o outro:

---

Pelo titular <sup>7</sup>	<b>189,66€ (100%)</b>
Por cada indivíduo maior	<b>132,76€ (70%)</b>
Por cada indivíduo menor	<b>94,83€ (50%)</b>

---

Fazendo uma simulação: um agregado familiar composto por 4 pessoas, o titular (pai/mãe) recebe 189,66, o cônjuge (esposa/marido) e filho maior de idade recebem 132,76, o filho menor de idade recebe 94,83. Perfazendo o total de 550,01, este é o rendimento mensal desta família, sendo que este rendimento não é estável, vai alterando conforme os rendimentos da família, havendo um aumento de rendimentos o rendimento pode diminuir ou até cessar. Por motivos de sustentabilidade do sistema é necessário que o agregado familiar comprove a sua condição precária e são feitas ações de fiscalização frequentemente, assim é garantido que o sistema assegura o rendimento social apenas aos que necessitam. Para a coesão futura da dissertação é fundamental obter este valor, visto que um dos objetivos é chegar a um valor possível do RBI e este valor do RSI pode ser um guia neste âmbito.

A par destes valores é essencial analisar o IAS, o Indexante dos Apoios Sociais é um valor definido anualmente que referencia o cálculo de pensões e ajudas sociais, o valor ao ano de 2020 é de 438,81 (Portaria nº27/2020, artigo nº2). A partir deste valor são calculadas todas as ajudas sociais, como por exemplo uma das condições de atribuição do RSI é que o património imobiliário do agregado familiar não pode ser superior a 26.328,60 (60 x o valor do IAS). Outro exemplo será o Subsídio de Morte, estabelecido como 3x o valor do IAS, dando o total de 1316,43.

Adicionalmente, é crucial perceber a vertente política portuguesa perante as ajudas sociais dadas. Conforme iremos perceber mais a frente, a tendência política influencia a posição que tomamos perante o intervencionismo estatal, de modo prático é crucial que se compare os gastos públicos com a SS e o governo em causa para que possamos tirar conclusões mais claras.

## **Ainda na década de 1990:**

### **1- Desemprego**

Denota-se uma maior dificuldade na reinserção dos grupos etários mais elevados, levando a um aumento das concessões das prestações de desemprego e o aparecimento de uma medida de

---

<sup>7</sup> <http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao> (consultado a 19-04-2020)

subsídio de desemprego parcial (Decreto-Lei nº 119/99, de 14 de Abril e Decreto-Lei nº 186-B/99, de 30 de Maio).

## **2- Prestações Familiares**

Quanto às prestações familiares, é criado um subsídio familiar a crianças e jovens, substituindo as prestações familiares de abono de família e subsídios de aleitação e de nascimento, sendo que os montantes são atribuídos em função dos rendimentos familiares.

O abono de família e o subsídio de nascimento e aleitação são unificados, de modo a que haja um equilíbrio financeiro do sistema e uma racionalização do esquema de prestações (Decreto-Lei nº 133-C/97, de 30 de maio).

## **3- Maternidade, Paternidade e Adoção**

Este tópico social é objeto de várias alterações, sobretudo devidas às imposições comunitárias. Salienta-se a criação do subsídio para assistência a deficientes profundos e doentes crónicos, o alargamento da licença subsidiada por maternidade, de 98 para 120 dias e a licença subsidiada, de 5 dias úteis, para o pai, no mês seguinte ao nascimento da criança, e adicionalmente, a concessão dada aos avós para faltarem até 30 dias a seguir ao nascimento de netos, filhos de adolescentes com idade até aos 16 anos que vivam consigo em comunhão de mesa e habitação.

## **4- Invalidez e Velhice**

Quanto às matérias adotadas em medidas de pensões, inclusive a imposição do 14º mês de pensão para os pensionistas dos regimes de Segurança Social<sup>8</sup>. Adicionalmente, é instituído o regime jurídico da pré-reforma caracterizado como situação de suspensão ou redução da prestação de trabalho para os trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos, sendo que a prestação pecuniária mensal não pode ser inferior a 25% da última remuneração. “ *A partir de certa idade, a prestação de trabalho gera, progressivamente, maior tensão e cansaço físico, sobretudo quando o*

---

<sup>8</sup> Conforme indicado anteriormente: “*Avançando para o séc. XIX , o associativismo operário foi um dos sustentáculos do rápido crescimento de associações de socorros mútuos, levando no fim dos séc. XIX à criação da primeira Caixa Geral de Aposentações, apesar de esta ser apenas para funcionários públicos*”: Nem todos os pensionistas estão associados ao Regime da Segurança Social. Os trabalhadores em funções públicas até ao ano de 2006 descontam para a Caixa Geral de Aposentações, sendo que a partir deste ano não são aceites inscrições de novos membros, fazendo com que após 2006 descontem para o Regime da Segurança Social: “*Coexistem assim, na atualidade, dois sistemas públicos de proteção social. Para a generalidade dos trabalhadores a proteção social é assegurada pelo Sistema de Segurança Social gerido pelo Estado, sendo a maioria dos trabalhadores em funções públicas abrangidos por um regime especial de proteção social, no âmbito do qual o Estado, na qualidade de entidade empregadora assume as responsabilidades inerentes à relação laboral e à proteção social dos seus trabalhadores.*”(Goulart & Camacho., 2014, p.1)

*trabalhador revele dificuldade de adaptação a modificações tecnológicas e a novos processos de gestão que alteram as condições e o ambiente de trabalho. Em tal contexto, a resistência psicológica e física pode ser particularmente afectada quando ocorram insuficiências de qualificação profissional e de formação escolar básica e também perdas de aptidão ou, meramente, saturação profissional.”* (Decreto-Lei nº 261/91, de 25 de Julho).

Conforme mencionado acima, o Regime Jurídico das Pensões de Invalidez e Velhice é objeto de uma grande reforma (Decreto-Lei nº 329/93, de 25 de setembro), uniformizando para homens e mulheres, a idade de acesso à pensão de velhice aos 65 anos, é também reformulada a fórmula de cálculo das pensões para a reforma reflita os anos melhores últimos anos contributivos (10 melhores anos dos últimos 15 anos de contribuição). Reformulou-se ainda o regime jurídico da constituição dos fundos de pensões (Decreto-Lei nº 415/91, de 17 de outubro). Cria-se o complemento por dependência (Decreto-Lei nº 265/99, de 14 de julho). Inicia-se, nos centros regionais da SS, o SVIT, ao contrário do SVI aplica-se a incapacidade temporárias, sendo que o SVI integra num só diploma as condições para a verificação de incapacidades que determinem o direito ao subsídio de doença, às pensões de invalidez e sobrevivência, ao subsídio por assistência de 3º pessoa e ao subsídio mensal vitalício.

Quanto à ação social, existe a necessidade de aperfeiçoar modalidades de apoio a indivíduos e famílias que se encontrem em situação de maior isolamento, dependência ou marginalização social. A resposta passa o acolhimento familiar de pessoas idosas ou com deficiência com famílias idóneas. (Decreto-Lei nº 391/91, de 10 de outubro).

Nesta década, são também abordadas as questões das crianças e jovens em situação de risco, sendo criado o Projeto de Apoio à Família e à Criança e o Programa Ser Criança, o Governo introduz também alterações no que toca ao regime jurídico da adoção “a adoção passou, assim, a ser fonte de relações jurídicas familiares, conjuntamente com o casamento, o parentesco e a afinidade.” (Decreto-Lei nº 120/19, de 8 de Maio).

Reforça-se novamente o licenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos de apoio social para crianças, jovens, pessoas idosas ou com deficiência, bem como os estabelecimentos que se dedicam a apoiar situações de carência e marginalização social. Adicionalmente, são também aprovadas normas reguladoras do funcionamento e condições de instalação dos lares de idosos. São desenvolvidos alguns programas de apoio a idosos: Programa Idosos em Lar, Programa de Apoio Integrado aos Idosos, Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social. É criada a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, remetendo a um processo interministerial e interinstitucional de reforma do sistema de proteção de crianças e jovens em risco. É fomentado o voluntariado, sendo concretizado através da Lei nº 71/98 o acesso ao seguro social voluntário.

A TSU sofre novas alterações, passando a ser no valor de 34,75%, ao invés dos 35,5% previamente definidos (11% ao trabalhador e 23,75% à entidade empregadora), adicionalmente e contrariando o que foi imposto pelo Decreto-Lei nº 326/93, de 25 de setembro, a taxa passa a unificada novamente, sendo que não há especificação dos 34,75%: *”A unificação das contribuições para a segurança social e das quotizações para o Fundo de Desemprego numa única taxa social permitiu clarificar o*

*fundamento solidário de base laboral subjacente à protecção das diversas eventualidades, reorientando os recursos segundo a relevância dos riscos sociais. No entanto, a taxa contributiva unificada obscureceu sensivelmente o nexo entre o esforço contributivo realizado e a protecção conferida pelo regime geral dos trabalhadores por conta de outrem em cada uma das eventualidades cobertas. A desagregação técnica da taxa contributiva fixada pelo Decreto-Lei n.º 326/93, de 25 de Setembro, veio atenuar parcialmente tal inconveniente. Todavia, as alterações decorrentes das evoluções demográficas, económicas e sociais do País no presente decénio, bem como a redução do valor da taxa contributiva operada pela Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro, desactualizaram profundamente aquele diploma, impondo a revisão dos termos da determinação da taxa contributiva global do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, a qual teve lugar com a aprovação do Decreto-Lei n.º 200/99, de 8 de Junho, que revogou o citado Decreto-Lei n.º 326/93. Encontram-se, assim, criadas as condições para se proceder à definição dos princípios gerais a que deve obedecer a fixação das taxas contributivas do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem e a adequação dessas taxas a situações especiais, decorrentes, nomeadamente, do âmbito material da protecção, da natureza dos fins das entidades empregadoras, da debilidade económica de certas actividades profissionais ou da necessidade de incentivar a inclusão de certos grupos de trabalhadores no mercado de emprego”.*

Quanto às dívidas à Segurança Social, deixa de ser permitido autorizar ou acordar o pagamento prestacional de contribuições, bem como isentar ou reduzir, a não ser em situações excepcionais de empresas declaradas em situação económica difícil (Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro).

É criado o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social com o objetivo principal de “assegurar a estabilização financeira, através da adoção de medidas de maior flexibilidade no financiamento da Segurança Social, bem como a gestão, em regime de capitalização, do património e das disponibilidades financeiras que lhe são afetas.” (Decreto-Lei nº 115/98, de 4 de maio).

O primeiro subcapítulo sobre o sistema de SS português deixa-nos no fim da década de 1990, visto que todas as alterações feitas em 2000 e em diante, levam-nos a conhecer aquela que é a SS da atualidade. No entanto conclui-se que houve um constante progresso, visando sempre uma maior fiscalização nos pagamentos, maior cuidado com a população mais débil, entre os quais as crianças e os idosos, abordamos também com mais cuidado as faltas de ajuda aos deficientes tentando combater essas falhas. E pela primeira vez em Portugal abordamos o RMG e o RSI, apesar deste último ter sido apenas “reaplicado” em 2000, por uma questão de coesão temática e similaridades nos rendimentos deveriam ser abordados um a par do outro.

## 2.2 Funcionamento e Crise da Segurança Social

### 2.2.1 Anos 2000

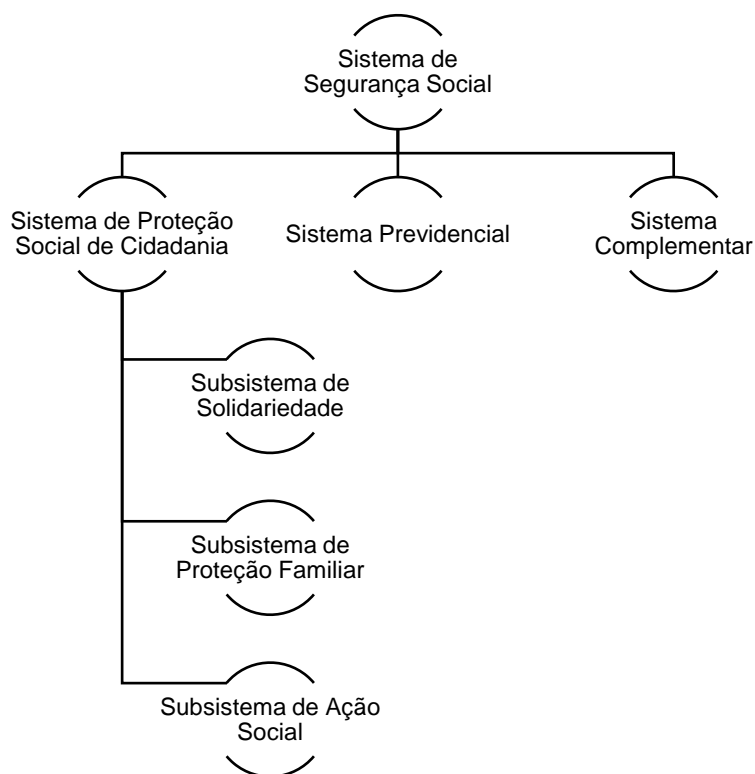
No início do século XXI, é apresentada a segunda Lei de Bases do Sistema de Solidariedade e Segurança Social (Lei nº 17/2000, de 8 de agosto), renovando o direito universal da Segurança Social e prossequindo na melhoria das condições e dos níveis de proteção social, salientando a equidade, a eficácia e eficiência do sistema, bem como a sustentabilidade financeira.

Neste momento, o sistema passa-se a dividir em três subsistemas: Proteção Social de Cidadania; Proteção à Família; Previdencial.

Em 2002, a Lei nº 32/2002 revoga a Lei nº 17/2000, e o Sistema passa a denominar-se Sistema da Segurança Social e são feitas ligeiras alterações ao funcionamento do mesmo. O sistema público de SS integra o subsistema previdencial; o subsistema de solidariedade, o subsistema de proteção familiar, o sistema de ação social e o sistema complementar.

Em 2007, através da Lei nº 4/2007 são definidas as bases gerais da Segurança Social que se encontram em vigor até aos dias de hoje. O Sistema de Segurança Social é composto novamente por três sistemas:

Figura 1 - Sistemas Públicos de Segurança Social



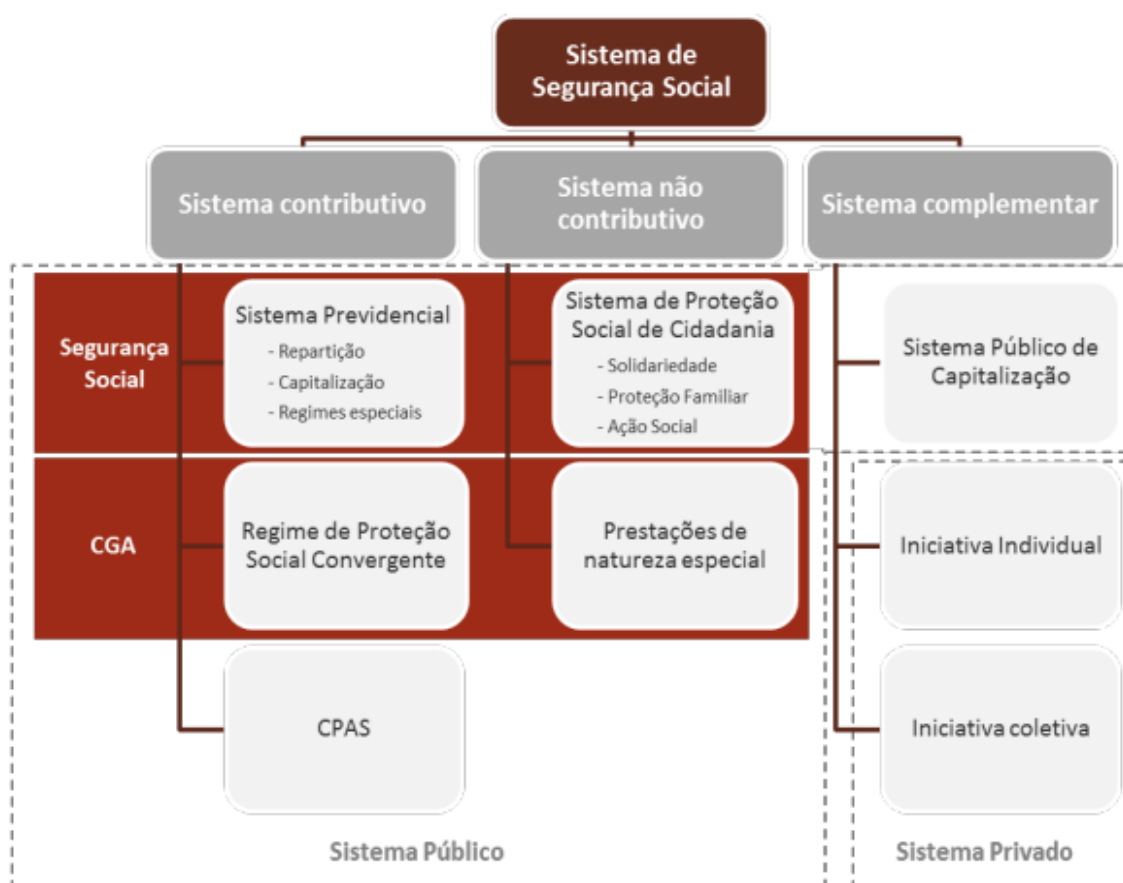
Fonte: Elaboração Própria

<https://www.cfp.pt/pt/publicacoes/sectores-das-administracoes-publicas/sistemas-de-protecao-social>

Apontamentos do CFP (consultado a 20-06-2020)

- O Sistema de Proteção Social de Cidadania assegura uma proteção social de natureza universal (não contributiva). O mesmo visa a garantia de mínimos de subsistência a todos os cidadãos, a prevenção de situações de pobreza, exclusão e a compensação por encargos familiares. Posto isto, o sistema inclui a solidariedade, a proteção familiar e a ação social, assegurando o RSI, os subsídios, abonos, de modo geral as pensões sociais. O sistema abrange os vários grupos sociais, desde a própria família, as crianças, os jovens, os idosos, assim como os portadores de deficiência e os mendigos.
- O Sistema Previdencial garante a cobertura de riscos que dependem da existência de uma relação contributiva prévia, através de prestações que visam repor rendimentos de natureza profissional, perdidos por ocorrência das eventualidade legalmente previstas.
- O Sistema Complementar visa complementar de forma individual a proteção contributiva através do Regime Público de Capitalização (Goulart & Camacho., 2014).

Figura 2- Esquematização do Sistema de Segurança Social



Fonte: (Goulart & Camacho., 2014)

<https://www.cfp.pt/publicacoes/sectores-das-administracoes-publicas/sistemas-de-protecao-social>

Apontamentos do CFP (consultado a 20-06-2020)



É fundamental perceber o que passa pelo orçamento estatal e quais os encargos estatais da SS. O esquema acima apresenta as três vertentes contributivas do sistema de SS associadas aos respetivos sistemas estabelecidos na Lei nº 4/2007.

Como podemos ver pela Figura 3, existem duas figuras principais que asseguram os sistemas de Segurança Social em Portugal: a Segurança Social composta por 5 organismos posteriormente mencionados e a Caixa Geral de Aposentações<sup>9</sup>.

Conforme concluimos, a SS é composta por três sistemas diferentes, destes, os dois sistemas que entram para o orçamento da SS são: o sistema de proteção social de cidadania e o sistema previdencial.

- A componente do sistema de proteção social de cidadania visa o princípio da solidariedade para com toda a comunidade nacional, “ tem por objetivos garantir direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como promover o bem-estar e a coesão sociais.” Lei nº 4/2007, artigoº 26. Esta componente perspetiva mais a vertente da solidariedade e do apoio a todos os cidadãos. Este sistema é financeiramente assegurado pelas receitas fiscais e pelo orçamento do estado, “A proteção garantida no âmbito do sistema de proteção social de cidadania é financiada por transferências do Orçamento do Estado e por consignação de receitas fiscais.”, Lei nº4/2007, artigo 90º. Conforme mencionamos anteriormente a lógica das contribuições sociais passa por retribuição do trabalho “*Em vez de receberem a totalidade da retribuição do seu trabalho, os trabalhadores depositam uma parte dessa retribuição nos cofres do Estado-providência esperando ser reembolsados mais tarde, quando necessário em dinheiro, em espécie ou em serviços.*”(Varela, 2012, p.24)“. Convém deixar a nota do conceito de benefícios sociais, existem dois tipos de benefícios sociais: nominais ou genéricos. Os benefícios sociais nominais referem-se a “reembolsos pecuniários e serviços sociais prestados ao trabalhador de forma direta e nominal” (Varela, 2012, p.43) são serviços como as pensões de reforma ou invalidez, ou o acesso ao serviços médicos públicos. Os benefícios sociais genéricos referem-se a “serviços e bens genéricos que constituírem obrigações imputados ao Estado ou arbitrariamente decretadas como necessárias ”(Varela, 2012, p. 43).

- O subsistema de solidariedade assegura o pagamento de prestações sociais destinadas ao combate à pobreza e exclusão social. “Os seus objetivos são concretizados através da concessão de prestações como o rendimento social de inserção, as pensões sociais, o subsídio social de desemprego, o complemento solidário para idosos e outros complementos sociais.”<sup>10</sup>

O subsistema de Solidariedade, artigo 41º da Lei nº4/2007, é concretizado através de:

- a) Prestações de rendimento social de inserção
- b) Pensões sociais;

---

<sup>9</sup> A Caixa Geral de Aposentações foi criada apenas para funcionários públicos em 1929, inicialmente esta estava associada ao banco CGD, atualmente a CGA está sujeita aos poderes de superintendência e de tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

<sup>10</sup> Disponível em <https://www.cfp.pt/pt/glossario/subsistema-de-solidariedade>

- c) Subsídio social de desemprego
- d) Complemento solidário para idosos;
- e) Complementos sociais;

f) Outras prestações ou transferências afetas a finalidades específicas, no quadro da concretização dos objetivos do presente subsistema.”

- O subsistema de proteção familiar visa compensar o aumento de encargos associados ao alargamento da família e a determinados riscos sociais no domínio da deficiência e da dependência. “Constituem exemplos de prestações deste subsistema o abono de família para crianças e jovens ou o subsídio mensal vitalício, que se destina a compensar o acréscimo de encargos familiares dos beneficiários com os descendentes portadores de deficiência.”<sup>11</sup>. De acordo com a Lei nº 4/2007 o subsistema de proteção familiar “abrange, nomeadamente, as seguintes eventualidades: a) Encargos familiares; b) Encargos no domínio da deficiência; e c) Encargos no domínio da dependência.”

- O subsistema de ação social assegura apoios destinados aos grupos mais vulneráveis. “Os seus objetivos são concretizados através do desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais ou de programas de combate à pobreza e pela atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual e em condições de excecionalidade ou de prestações em espécie.”<sup>12</sup> Apesar de a sua génese ser a mesma, o subsistema de ação social cobre um grupo que é sempre mais vulnerável, caso dos idosos, fazendo com que o sistema fomente o incremento de ajudas, serviços, equipamentos e infraestruturas que deem um apoio constante a este grupo. Por outro lado, o subsistema da solidariedade baseia-se nos princípios mencionados acima, que indicam que existe um espírito coletivo de solidariedade legalmente imposta.

O subsistema de Ação Social, artigo 30º da Lei nº 4/2007, é concretizado através de:

- “a) Serviços e equipamentos sociais;
- b) Programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais;
- c) Prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excecionalidade;
- d) Prestações em espécie.”

- A componente do sistema previdencial assegura, de acordo com a Lei nº 4/2007, “assente no princípio de solidariedade de base profissional, prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas.”. Na figura 2 vemos o sistema previdencial enquadrado no sistema contributivo, devido ao artigo 54º da Lei nº4/2007, “ Princípio da contributividade - O sistema previdencial deve ser fundamentalmente autofinanciado, tendo por base uma relação sinalagmática direta entre a obrigação legal de contribuir e o direito às prestações.”. Este funciona com três regimes financeiros, a repartição, a capitalização e os regimes especiais. O sistema de repartição baseia-se no princípio “solidariedade intergeracional”, visto que a geração que está no ativo subsidia as pensões dos atuais reformados, e posteriormente a geração que está no ativo em 2020 irá ser subsidiada pelos futuros trabalhadores

---

<sup>11</sup> <https://www.cfp.pt/pt/glossario/subsistema-de-protecao-familiar> (consultado a 20-06-2020)

<sup>12</sup> <https://www.cfp.pt/pt/glossario/subsistema-de-acao-social> (consultado a 20-06-2020)

ativos. O regime de capitalização baseia-se num regime igual ao do sistema complementar- o Regime Público de Capitalização.

Por fim, a componente do sistema complementar, à parte do orçamento da SS, “é um regime complementar de adesão individual e voluntária, que permite efetuar contribuições adicionais ao longo da vida ativa do aderente, que serão capitalizados numa conta em seu nome e convertidos em certificados de reforma. Assim, cada aderente escolhe o valor da sua contribuição mensal, a qual é registada numa conta individual, nominativa. Esse valor integra um Fundo comum de investimento – o Fundo dos Certificados de Reforma. As contribuições mensais são convertidas em unidades de participação naquele Fundo, designados certificados de reforma. O resultado é um valor acumulado destinado ao reforço da proteção social do aderente”<sup>13</sup>. De acordo com o artigo nº 81 da Lei nº 4/2007 o sistema complementar “compreende um regime público de capitalização e regimes complementares de iniciativa coletiva e de iniciativa individual”.

Para contextualizarmos algumas destas críticas é crucial percebermos o funcionamento financeiro do SSS. Como concluímos, o SSS funciona num regime de capitalização. Este é um modelo de aplicação financeira que significa que cada cidadão “deposita” parte do seu salário no sistema de modo a que no futuro ou no presente, em momentos cruciais, possa ter um valor de reserva, quase similar a uma poupança, em que se utilizam as contribuições para investimentos futuros. De acordo com o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, Lei nº 110/2009, artigo 28º - “A proteção social conferida pelo regime geral dos trabalhadores por conta de outrem integra proteção nas eventualidades de doença, parentalidade, desemprego, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte, de acordo com o especificamente regulado para cada eventualidade”.

A taxa aplicada aos salários dos contribuintes é definida de modo uniforme, de acordo com o Artigo 53º “A taxa contributiva global do regime geral corresponde ao elenco das eventualidades é de 34,75%, cabendo 23,75% à entidade empregadora e 11% ao trabalhador, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte”. Portanto, ao salário dos trabalhadores é tirado 11% para contribuições sociais, o que reforça a lógica acima exposta, “(...) por isso se diz que os serviços sociais fazem parte do salário indireto dos trabalhadores. O Estado torna-se assim devedor e os contribuintes tornam-se credores, os trabalhadores são os primeiros credores do estado-providência, tal como são eles os primeiros credores legais (com prioridade sobre todos os outros, incluindo bancos e fornecedores) no caso de uma fábrica deixar de fazer os pagamentos salariais.”(Varela, 2012, p. 24). Inclusive, é imposto pela Constituição da República Portuguesa, no artigo 63º alínea 4, que “todo o tempo de trabalho contribui, nos termos da lei, para o cálculo das pensões de velhice e invalidez, independentemente do setor de atividade em que tiver sido prestado”.

Assim, funciona o ciclo do Sistema de Segurança Social em Portugal, o que pretendo salientar é que com este esquema a mentalidade de tributação que é necessário ter, é preciso contribuir com

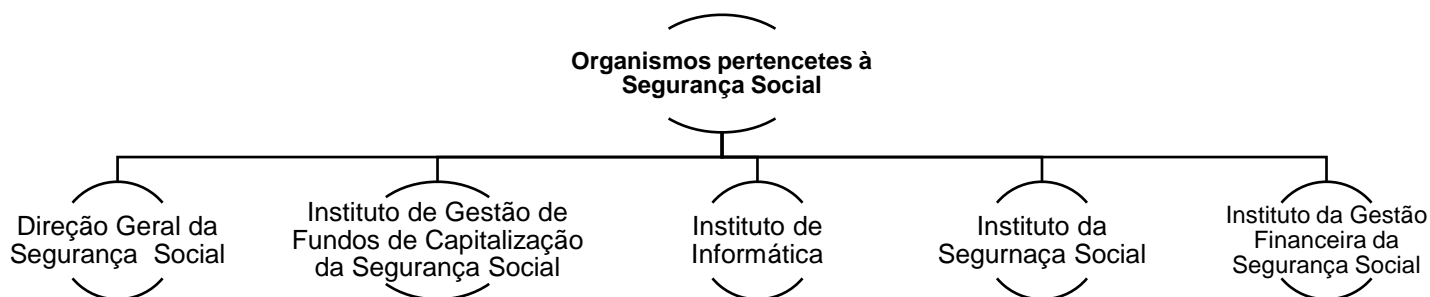
---

<sup>13</sup> <https://www.cfp.pt/pt/glossario/sistema-complementar> (consultado a 20-06-2020)

os 11% do salário bruto para o Sistema de Segurança Social, de modo a que todo o esquema funcione. Com a contribuição de todos os portugueses, temos um sistema muito mais capaz de pagar abonos, reformas, pensões, entre outros.

A gestão do atual sistema da SS está a cargo de várias instituições da Segurança Social, sendo esta composta por 5 organismos diferentes, cada um com as respetivas funções.

Figura 3- Organismos da S.S.



Fonte: Elaboração Própria

<http://www.seg-social.pt/organismos> (consultado a 11-04-2020)

#### 1- Direcção-Geral da Segurança Social

A Direcção-Geral da Segurança Social tem por missão a conceção, coordenação e apoio nas áreas do sistema da Segurança Social, incluindo a proteção contra os riscos profissionais, bem como o estudo, a negociação técnica e a coordenação da aplicação dos instrumentos internacionais relativos à legislação do mencionado sistema.

#### 2- Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. tem por missão a gestão de fundos de capitalização, no âmbito do financiamento do sistema de Segurança Social do Estado e de outros sistemas previdenciais.

#### 3- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

O IGFSS é o organismo que, no contexto do sistema de Segurança Social, tem por missão a gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no orçamento da Segurança Social. O IGFSS difere do IGFCSS visto que pretende gerir o orçamento interno da Segurança Social, que é distribuído para compras públicas e salários dos trabalhadores, por exemplo.

#### 4- Instituto de Informática, I.P.

O Instituto de Informática, I.P. tem por missão definir e propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação, garantindo o planeamento, conceção, execução e avaliação das iniciativas de informatização e atualização tecnológica do MTSSS.

### **5- Instituto da Segurança Social, I.P.**

O Instituto da Segurança Social, I.P. tem por missão garantir a proteção e inclusão social dos cidadãos, no âmbito do Sistema Público de Segurança Social, reconhecendo os direitos e assegurando o cumprimento das obrigações, assim como a prossecução do exercício da ação social.

O Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS), é um instituto público de regime especial, nos termos da lei, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. O ISS prossegue atribuições do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), sob superintendência e tutela do respetivo ministro. Foi criado em janeiro de 2001, com o objetivo de instituir um novo modelo de organização administrativa, aumentar a capacidade de gestão estratégica e implementar a coordenação nacional. Como organismo central, tem jurisdição sobre todo o território nacional, sem prejuízo das atribuições e competências das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Internacionalmente, o reconhecimento formal do direito à segurança social como um dos direitos humanos básicos foi alcançado com a sua inclusão, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas de 10 de dezembro de 1948, tendo sido incorporado, mais tarde, em vários instrumentos internacionais. Alguns países, como é o caso de Portugal, reconhecem-no como um direito inscrito na sua Constituição.

O direito à segurança social consiste, assim, no poder de que uma pessoa dispõe para, na realização de interesses juridicamente tutelados, exigir a concessão de prestações pecuniárias ou em serviços em resposta:

- a)** a situações de interrupção, redução ou cessação de rendimentos do exercício de atividade profissional que proporcionavam meios adequados de existência do titular e família
- b)** à ocorrência de determinados encargos com incidência familiar
- c)** a carência de recursos, determinante da insuficiência de rendimentos, que se situam abaixo de um determinado limiar.

Atualmente, a SS portuguesa é definida como o sistema social português que pretende assegurar direitos básicos dos cidadãos e a coesão social para todos os cidadãos portugueses ou estrangeiros que exerçam atividade profissional ou residam no território nacional. Conforme concluímos anteriormente a SS foi evoluindo bastante, sobretudo nas ajudas e grupos sociais que vem abarcando, combatendo as desigualdades sociais, apoiando as famílias portuguesas, os trabalhadores, jovens e os pensionistas, tornando Portugal um país atrativo para viver. Os rendimentos atribuídos vieram dar uma segurança a muitos dos trabalhadores e melhorar, de modo geral, as condições de vida dos portugueses.

### **2.2.2 A Despesa Social em Portugal**

Toda a conjuntura apresentada até agora parece bastante positiva sobretudo quanto à evolução da SS e de todos os parâmetros que foi abrangendo, contudo é fundamental salientar que esta acarreta

uma grande despesa para o Estado, o que a torna alvo de duras críticas por parte de muitos defensores do liberalismo económico. De modo mais estatístico, iremos abordar esta questão novamente no fim deste capítulo, para que possamos perceber qual a percentagem da dívida que a SS ocupa no PIB do Estado Português e, por consequência, qual o impacto no orçamento, isto para que possamos concluir o porquê de muitos autores indicarem que estamos a passar por uma crise na SS.

Uma das conclusões que podemos retirar desde já, é que ao longo das últimas décadas, cada vez mais a SS foi impondo regras para que não haja falhas nas contribuições nem nos pagamentos das dívidas à SS. Um dos motivos apresentados para esta crise é o problema do financiamento da SS. A questão do financiamento é fundamental, visto que são as contribuições sustentam o SSS, que se não tiver o seu financiamento regularizado não poderá fazer face aos compromissos em vigor e às ajudas prestadas. O problema é que a parte que esta ocupa no orçamento do Estado é demasiado dispendiosa, tornando-se impossível financiar todas as ajudas sociais que este órgão providencia, sobretudo quando há um constante crescimento de pedidos de apoio nas mais variadas áreas. No entanto, quando esta questão é levantada, não é com o propósito de acabar com as políticas sociais ou apontar que estas não são importantes. Em sentido inverso, pretendem apontar que para o bom funcionamento destas, sendo apenas necessário uma reforma, “Em primeiro lugar, há que chamar atenção para o facto de que a política de proteção social não é uma política de segunda categoria ou de menor importância. Ela constitui uma política pública tão importante como a da educação, a de saúde, a fiscal ou outra qualquer” (Ferraz & Vieira, 2001, p.4). “O Estado-providência com os seus sistemas de proteção social, é declarado em crise e se hoje existe consciência generalizada de que é necessário proceder a uma reforma do sistema público de proteção social” (Ferraz & Vieira, 2001, p.1).

O Estado Português assegura várias ajudas que cobrem as mais variadas áreas, entre a qual o apoio às famílias (*Anexo B*), saúde (*Anexo C*), incapacidade e invalidez (*Anexo D*), velhice e morte (*Anexo E*), desemprego (*Anexo F*), e muitos destes entram diretamente para a “fatia” que é ocupada pela SS. A lógica destes dos rendimentos baseia-se, de acordo com Raquel Varela “O total da contribuição social + partes dos impostos diretos + partes dos impostos indiretos + parte das taxas = contribuição dos trabalhadores para o Estado” (Varela, 2012, p.36). O objetivo é analisar cada uma das partes que compõem a contribuição dos trabalhadores para o Estado, primeiramente “o total da contribuição social” são os 11%, para trabalhadores, e os 23,5%, para empresas, descontados especificamente para a SS. Quanto aos impostos, existem dois tipos de impostos: Impostos Diretos e Indiretos. O imposto direto é diretamente pago ao Estado, não tem qualquer tipo de intermediários na sua cobrança e é pago pela simples existência do cidadão no sistema português, é o caso do IRS e do IRC. Os impostos indiretos são cobrados através de intermediários, que posteriormente revertem para o Estado, normalmente aplicam-se à compra e a venda de mercadorias e serviços é o caso do IVA, das taxas, entre outros, em troca de um serviço ou bem pagamos um extra ao Estado. (Varela, 2012). A parte das taxas são extras que pagamos, por exemplo, multas que contribuem para a contribuição estatal. Todos estes pagamentos diários

somam aquilo que a população contribui para o Estado. Neste âmbito, na tabela abaixo representa as receitas fiscais da SS portuguesa, ou seja, o total da contribuição social.

O total da receita da contribuição social é um valor que tem vindo a aumentar, no entanto, o valor mais alto remete ao ano de 2013 com 47 111 835 milhares de euros, ano em que, de modo equivalente, houve o maior investimento na SS. Remetendo para a lógica de quanto maior for a receita fiscal da SS, maior é a fatia que há de investimento no Orçamento de Estado. Até 2016 estes valores têm descendo fazendo com que o valor arrecadado em 2016 seja igual ao valor arrecadado em 2010.

Tabela 3- Total da Despesa da SS Portuguesa e as Pensões pagas pela SS

<b>Anos</b>	<b>Receita Total da SS (euro-milhões)</b>	<b>Total da Despesa da SS (euro-milhões)</b>	<b>Pensões pagas pela SS (euro-milhões)</b>	<b>% total gasta em pensões (valores aproximados)<sup>14</sup></b>
<b>1995</b>	8 391 985,3	8 145 539,8	2 344 316	28,7%
<b>1996</b>	9 748 994,9	8 774 826,0	2 198 352	25,1%
<b>1997</b>	9 805 304,2	9 580 875,5	2 278 344	23,8%
<b>1998</b>	10 775 905,1	10 599 487,6	2 360 044	22,3%
<b>1999</b>	11 585 005,1	11 582 140,2	2 440 781	21,1%
<b>2000</b>	12 569 106,7	12 348 030,4	2 480 265	20,1%
<b>2001</b>	13 686 773,2	13 786 494,3	2 528 929	18,3%
<b>2002</b>	↓ <sup>15</sup> 19 329 318,1	17 901 112,7	2 563 984	14,3%
<b>2003</b>	18 585 653,7	17 125 908,5	2 593 512	15,1%
<b>2004</b>	20 211 658,4	18 790 992,3	2 649 904	14,1%
<b>2005</b>	21 550 769,8	19 855 662,7	2 696 966	13,6%
<b>2006</b>	22 749 676,7	20 688 813,0	2 738 790	13,2%
<b>2007</b>	23 994 259,6	21 532 866,8	2 782 765	12,9%
<b>2008</b>	29 282 871,8	26 801 178,7	2 817 846	10,5%
<b>2009</b>	32 145 215,6	29 577 376,8	2 859 269	9,7%
<b>2010</b>	33 626 862,7	31 093 897,6	2 896 074	9,3%
<b>2011</b>	31 523 225,4	29 356 867,5	2 943 654	10,0%
<b>2012</b>	37 319 586,4	36 341 054,6	2 981 644	8,2%
<b>2013</b>	47 111 835,4	45 639 377,3	3 001 520	6,6%
<b>2014</b>	39 432 352,5	37 523 665,3	2 987 182	8,0%
<b>2015</b>	36 186 408,8	33 095 112,7	2 992 512	9,0%
<b>2016</b>	33 939 454,3	30 030 286,0	2 994 711	10,0%

Fonte: Pordata

<https://www.pordata.pt/Portugal/Receitas+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+tipo-123> (consultado a 21-05-2020) (adaptado)

<https://www.pordata.pt/Portugal/Pens%C3%B5es+total++da+Seguran%C3%A7a+Social+e+d+a+Caixa+Geral+de+Aposenta%C3%A7%C3%B5es-851> (consultado a 12-06-2020)

<https://www.pordata.pt/Portugal/Despesa+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+tipo-100> (consultado a 21-06-2020)

<sup>14</sup> Não inclui valores da CGA (Caixa Geral de Aposentações)

<sup>15</sup> Quebra de Série



Pela tabela 3 podemos concluir que a receita da SS tem vindo a aumentar e os gastos com as pensões mantiveram-se estáveis, levando a que a percentagem de total de gastos da SS com as pensões tenham vindo a diminuir drasticamente. Por outro lado, à medida que a receita da SS cresce, a despesa acompanha, o que leva a uma primeira conclusão: Se a receita fiscal da SS diminuir, a despesa também acompanhará, ou seja, se os contribuintes não cumprirem a sua função fiscal com o sistema, este não consegue cumprir a função de retorno em algumas áreas de apoio social.

Aplicado às pensões, a lógica de atribuição dos rendimentos sendo geracional, leva a fragilidades grandes no sistema. Se os atuais rendimentos não conseguirem cobrir os rendimentos não existentes, ou seja, as pensões da primeira geração dos aposentados, não temos como pagar as essas mesmas pensões, e com alguma fuga ao fisco esta missão torna-se mais fácil de atingir. Em suma, diminuindo o número (em euros) de receitas fiscais provenientes dos trabalhadores ativos, a resposta da SS irá diminuir, a tabela 3 aponta para essa volatilidade do sistema e como as pensões pagas estão sempre dependentes da receita total da SS.

Neste momento da dissertação, alcançamos o ponto-chave da equação. Um dos maiores problemas apresentados é a fuga ilegal dos impostos, sem as contribuições dos trabalhadores no ativo torna-se árdua a tarefa de financiar a SS, tendo trabalhadores no ativo que não descontam os 11% e os 23,5%. Por conseguinte, sem estas contribuições o orçamento disponível para o financiamento da SS é muito menor. Em virtude disso, surge a dúvida se um Estado Providência é comportável. *"Os custos do trabalho aumentaram ainda mais, prejudicando a criação de emprego. Isto porque, como é sabido, taxas elevadas de desemprego de longa duração são catastróficas para um Estado Providencia, em que elegibilidade, o nível de apoios sociais e o financiamento da proteção social dependam todos eles, do emprego: o que isto implica é que haja cada vez menos contribuintes e cada vez mais beneficiários de apoios sociais, uma conjugação incomportável a prazo."*(Silva, 2013, p.49).

Na década de 1990, foi abordada pela primeira vez em Portugal a questão do RMG, que mais tarde conduziu à mudança de nomenclatura, sendo hoje conhecido como RSI. Apesar da génese dos dois rendimentos ser diferente, há um fundamento essencial que os une: a contribuição de parte dos portugueses ativos, para aqueles que não têm possibilidades. Importa também adicionar o conceito de solidariedade, do ponto de vista jurídico, dado em conta a divergência que instaura sociedade portuguesa. Este aspeto é colocado como um dos fortes entraves à implementação do RBI.

*"Social expenditure comprises cash benefits, direct in-kind provision of goods and services, and tax breaks with social purposes. Benefits may be targeted at low-income households, the elderly, disabled, sick, unemployed, or young persons. To be considered "social", programmes have to involve either redistribution of resources across households or compulsory participation. Social benefits are classified as public when general government (that is central, state, and local governments, including social security funds) controls the relevant financial flows. All social benefits not provided by general government are considered private. Private transfers between households are not considered as "social" and not included here. Net total social expenditure includes both public*

*and private expenditure. It also accounts for the effect of the tax system by direct and indirect taxation and by tax breaks for social purposes. This indicator is measured as a percentage of GDP or USD per capita.*” OECD (2020), Social spending (indicator). doi: 10.1787/7497563b-en (Accessed on 18 September 2020).

A definição anteriormente apresentada indica-nos o que é a despesa social. De acordo com a definição acima a despesa social comporta os benefícios sociais públicos, o provisionamento de bens e serviços e as reduções de impostos, não estão incluídas as ajudas providenciadas por entidades privadas. A despesa com a Segurança Social tem aumentado, o que seria de esperar visto que há um aumento da população, e é necessário ter em conta que os estrangeiros entram para esta contagem visto que está legislado na Constituição o apoio a estrangeiros. No entanto, o aumento da população é pequeno comparativamente às despesas.

Os países selecionados para fazer uma comparação à implantação do RBI a Portugal foram a Finlândia, a Suécia e o Reino Unido (*Anexo G*). No terceiro capítulo, iremos expor cada uma das abordagens destes países ao RBI, contudo achei fundamental obter primeiramente os dados da Despesa Social de cada um dos países. Portugal é, dentro dos três países, aquele que tem a menor despesa social, estando, porém, acima da média da OCDE, tendo valores próximos dos três países selecionados.

Claro que quando mencionamos o termo “despesa” poderá levar a uma conotação depreciativa, mas a realidade é que este valor mostra que Portugal se enquadra dentro das metas da OCDE e com um bom nível de vida, isto porque a despesa social reflete sempre a qualidade de vida de um país. Adicionalmente, estes dados espelham os valores que irão ser abordados de seguida relativamente ao PIB *per capita*. Por outro lado, é essencial perceber se estes países têm um PIB alto ou não, esta é a questão que vai distinguir a despesa social portuguesa das restantes, porque sendo o PIB dos restantes países alto, a despesa social torna-se comportável, o que não é o caso de Portugal. De todo o modo, é de salientar a importância que Portugal dá às medidas sociais e à progressão social num contexto europeu e mundial.

## 2.3 Intervencionismo Económico Estatal no contexto Português

Portugal, a par dos países que o rodeiam, sofreu várias mudanças económicas, sociais e políticas no século XX. Estas mudanças iniciam-se a 1910, aquando da queda da Monarquia e a instauração do Regime Republicano, “Desde logo, a Constituição de 1911 prevê pela primeira vez o direito a igualdade social, estipulando-se a criação de um serviço de assistência pública” (Silva, 2013, pp.18). Esta imposição legal leva à criação do Ministério de Trabalho e da Previdência Social em 1916, e por consequência, à criação do Instituto de Segurança Social em 1919. O autor do livro “O Futuro do Estado Providência, 2013”, Filipe Carreira da Silva indica que este é um momento histórico para a formação do Estado-Providência em Portugal, conforme podemos concluir dos capítulos anteriores foi também um dos momentos que em solidariedade passa a ser um “*principio jurídico*” (Dinis, 2008).

À semelhança de Portugal, os restantes países europeus acompanharam este progresso. “Em 1900, com as possíveis exceções da Alemanha e da Suíça, nenhum país dedicava mais de 3% do seu orçamento às despesas sociais; em 1930, praticamente todos os países europeus mais desenvolvidos gastavam mais do que esse valor, com alguns a ultrapassarem a fasquia dos 5%.” (Silva, 2013, pp.18). “Lentamente, houve também um progresso daquilo que compõe o Estado-Providência, entre os anos 70 e o Início da Primeira Guerra Mundial (1914) houve uma mudança nas áreas abrangidas pelo Estado Providência, “expandindo-se a novas camadas da população, exigindo um esforço progressivamente maior de financiamento. As sociedades haviam mudado de forma quase irreconhecível, em boa medida por ação do Estado-providência” (Silva, 2013, p.19).

No caso português o crescimento não foi homogéneo ou paralelo, isto é, apesar da procura de serviços ter crescido bastante, não houve um acompanhamento de resposta por parte do Estado-Providência. Esta foi a questão principal abordada no capítulo anterior, isto porque deu-se um crescimento na procura de serviços que o Estado-Providência fornece, entre os quais subsídios ou rendimentos. No entanto, a procura da população foi tanta que os fundos não eram suficientes para providenciar ajuda a toda a população, levando a uma crise no sistema social. Convém, de todo o modo, perceber a génese do nosso Estado-Providência e enquadrá-lo num contexto português.

Segundo Silva (2013), é possível desenhar quatro tipos de modelos do Estado-Providência, este modelo é baseado no autor Esping-Andersen e o seu livro “The Three Worlds of Welfare Capitalism” (1990), no entanto, neste último, são apenas acordados três tipos, o quarto é aquele que mais se adequa ao caso português.

Tabela 4- Os Tipos de Estado Social

	1º - Liberal	2º- Social-Democratic	3º- Corporate	4º - ?
Social Rights	Contains realm of social rights	Universal	Never contested-social classes	?
Social Stratification	Blend of relative poverty and majorities	All Strata	Class Hierarchy	?
State Market Family	Market differentiated Welfare	Emancipation: Market and Family	Traditional family	?

Fonte: The Three Worlds of Capitalism (Gøsta Esping-Andersen, 1990) (adaptado)

O Futuro do Estado Social (Silva, 2013) (adaptado) (consultado a 10-05-2020)

**1º- “Estado-Providência Liberal”** neste tipo de Estado são encorajadas as modalidades privadas de assistência social, por exemplo os seguros de saúde, esta atribuição é condicionada pelo nível de rendimentos, portanto quanto menor for o nível de rendimento, menor é o nível de assistência social fornecido. Este sistema é comum em países como a Austrália, o Reino Unido e a América.

Em alguns destes países, por vezes não existem serviços básicos como os sistemas nacionais de saúde ou rendimentos de apoio ao desemprego, são normalmente vistos como Estados maioritariamente liberais, a posição deste Estado face a estratificação social é a mistura de uma classe alta com uma “pobreza relativa”, ou seja, uma pobreza que pode evoluir com os apoios certos, no entanto podem não considerar a pobreza extrema ou mendicidade.

**2º- “Estado-Providência Social-Democrata”**, maioritariamente aplicado e conhecido em países como a Suécia ou a Noruega, nestes países o Estado é o protagonista na assegurar e cumprimento de todos os direitos sociais, não só os direitos sociais, mas também garantir um alto nível de qualidade de vida, bem-estar e segurança. Neste momento o autor menciona um aspeto importante, “De igual importância neste tipo de Estado Social é o objetivo de se garantir o pleno emprego, na medida em que é a melhor maneira de se assegurar que todos contribuem para o esforço de financiamento (através do seus impostos e contribuições) de um Estado-Providência fortemente universalista, igualitário e solidário. (Silva, 2013, p. 29).

**3º- “Estado-Providência Corporativista”**, este tipo de Estado Providência nasce maioritariamente nos países da Europa Continental como Alemanha, França ou Áustria, estes países expressam os valores culturais do catolicismo e de poderosas corporações, assegurando uma proteção social de acordo com o estatuto de trabalho, ou seja, a segurança social está firmemente assegurada para aqueles que contribuem para o sistema, apenas para esses.

Nos três tipos de Estado-Providência apresentados acima, o autor Esping-Andersen não apresentou o quarto, o que levantou a questão em qual dos três tipos se enquadra Portugal, “Onde fica Portugal nesta tipologia? Esta pergunta foi feita por críticos de Esping-Andersen, os quais tiveram em conta outros critérios (antiguidade do Estado Social, valores culturais) para identificar um quarto tipo de Estado Providencia.” (Silva, 2013, p.30)

**4º- ?** O 4º ponto está marcado pelo ponto de interrogação, pois o próprio autor (Silva, 2013) indica que é uma incógnita e que foi “criado” por ele num momento de interpretação da teoria inicial de (Gøsta Esping-Andersen, 1990). O objectivo era adunar a descrição feita a Portugal, visto que nenhuma acima mencionada se encaixa no tipo de Estado-Providência existente. Este quarto tipo aplica-se sobretudo à “Orla Latina”, países como Portugal, Grécia, Itália e Espanha, países que tem “Estados Sociais relativamente recentes e pouco desenvolvidos, baseados em esquemas de proteção social anteriores criados pela Igreja Católica e/ou regimes autoritários. Caracterizam-se igualmente por combinarem fortes compromissos políticos em matéria social (por exemplo, por terem constituições que obrigam à concretização de direitos sociais), sistemas políticos clientelares (nos quais se incluem partidos, sindicatos, ordens profissionais e outros grupos de interesse”) e um aparelho de Estado relativamente fraco e vulnerável” (Silva, 2013, p.30). A descrição feita acima é a mais adequada a Portugal, temos um sistema de segurança social que cresceu lentamente e com base na Igreja Católica, por um lado impõe direitos fundamentais, estabelecidos na Constituição Portuguesa, por outro lado, os “fortes compromissos políticos em matéria social” fizeram com que fosse impossível responder às necessidades. Esta realidade dá-se porque cada país cresceu conforme as necessidades e o contexto histórico e político existente. Dois anos após a queda da ditadura Salazarista, em 1976, surge a, ainda atual, Constituição da República Portuguesa. Esta trouxe medidas de cariz socialista para o nosso país, que até então tinha severas falhas no que toca às medidas de proteção social, após 1976 as evoluções do SSS foram massivas. Conforme indicado anteriormente o nosso SSS é baseado em princípios católicos de solidariedade e o primeiro sistema de pensões em Portugal, CGA, foi desenvolvido durante um sistema autoritário, enquadrando-o no 4º tipo de Estado-Providência e agregando alguns países cuja realidade nos é familiar

Tabela 5- Despesa da SS vs Partidos Político eleito

Anos	Despesa total da SS (euro-milhões)	PIB	% total investida na SS	Partido Político Primeiro-Ministro
1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995	2 072 998,6	28 247 884	7,34%	<b>PSD (Partido de Centro-Direita)</b> Cavaco Silva
	2 584 568,2	33 283 267	7,77%	
	3 044 906,3	39 728 635	7,66%	
	3 459 022,5	46 935 787	7,37%	
	4 239 938,0	56 356 228	7,52%	
	5 170 587,9	64 622 267	8,00%	
	6 156 400,0	72 651 574	8,47%	
	7 241 581,6	75 980 307	9,53%	
	7 481 015,8	82 379 517	9,08%	
	8 145 539,8	89 028 557	9,14%	
	8 774 826,0	94 351 591	9,30%	
1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002	9 580 875,5	102 330 960	9,36%	<b>PS</b> António Guterres
	10 599 487,6	111 353 381	9,52%	
	11 582 140,2	119 603 305	9,68%	
	12 348 030,4	128 414 445	9,62%	
	13 786 494,3	135 775 009	10,2%	
	17 901 112,7	142 554 263	12,6%	
	17 125 908,5	146 067 858	11,7%	
2003 2004 2005	18 790 992,3	152 248 388	12,3%	<b>PSD</b> José Durão Barroso Pedro Santana Lopes
	19 855 662,7	158 552 704	12,5%	
	20 688 813,0	166 260 469	12,4%	
2006 2007 2008 2009 2010 2011	21 532 866,8	175 483 401	12,3%	<b>PS</b> José Sócrates
	26 801 178,7	179 102 781	15,0%	
	29 577 376,8	175 416 437	16,9%	
	31 093 897,6	179 610 779	17,3%	
	29 356 867,5	176 096 171	16,6%	
	36 341 054,6	168 295 569	21,6%	
2012 2013 2014 2015	45 639 377,3	170 492 269	26,8%	<b>PSD</b> Pedro Passos Coelho
	37 523 665,3	173 053 691	21,7%	
	33 095 112,7	179 713 159	18,4%	
	30 030 286,0	186 489 811	16,1%	
2016	30 030 286,0	186 489 811	16,1%	<b>PS</b> António Costa (até ao presente)

Fonte: Pordata (adaptado)

<https://www.pordata.pt/Portugal/Despesa+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+tipo-100>  
(consultado a 21-06-2020)

[https://www.pordata.pt/Portugal/PIB+\(base+2016\)-130](https://www.pordata.pt/Portugal/PIB+(base+2016)-130) (consultado a 08-10-2020)

A tabela 5 apresenta-nos o valor de despesa da SS face ao partido político e respetivo representante, ou seja, dependendo do partido político quanta % do PIB é investida na SS. O propósito desta tabela é perceber se as políticas sociais são diferentes conforme a tendência política. O senso comum acredita que os partidos de esquerda e os respetivos dirigentes têm mais atenção às necessidades sociais e o contrário acredita-se dos partidos de direita. Conforme aquilo que concluímos no capítulo 1, o autor em causa, defensor do liberalismo económico, não refuta a ajuda social, opta apenas por soluções que visem a independência do estado. O objetivo é concluir se estatisticamente isto é a realidade portuguesa, visto que a questão do partido político pode influenciar a implantação ou não do RBI.

Conforme vemos na tabela 5, desde 1985 até 1995, Cavaco Silva ocupa a posição de primeiro-ministro com a representação do partido político PSD. O PSD é um partido com ideologias políticas liberais e conservadoras, posicionando-se politicamente no Centro-Direita. Posteriormente, em 1986 Portugal entra para a Comunidade Europeia, tendo assim que, respeitar e aplicar as normas sociais europeias impostas. Ao longo desta década, apesar de haver um aumento de despesa a par com o aumento do PIB, a taxa de investimento é pequena, nunca ultrapassando os 10%.

Esta tabela apresenta um crescimento constante da despesa da SS, no entanto, no governo de 2012 de Pedro Passos Coelho vemos que há um aumento grande no investimento na SS, passando de 21,6% para 26,8%, ao longo destas décadas este é o investimento que mais sobressai, sendo que no governo de 2016 de António Costa, em coligação com o BE e o PCP (partidos de esquerda), o investimento da SS, é muito menor, havendo uma descida para 16,1%, quase tanto como no governo de 2009 de José Sócrates. Em 2013, viu-se um investimento máximo da SS, com 45 639 377,30€, sendo que este valor foi atingido num governo de centro-direita, com isto podemos delinear que, os partidos de esquerda não se distinguem dos de direita pelos investimentos na SS, apesar de haver um investimento maior, não é necessariamente obrigatório que um partido de esquerda vá investir mais na SS. Pode haver sim uma variação na criação e investigação de diferentes medidas sociais. Independentemente da génese do liberalismo económico defender menos investimentos sociais a realidade é que Portugal não vê um decréscimo no investimento da SS quando está na presença de um governo de direita ou centro-direita.

Previamente à abordagem concreta do RBI, é fundamental analisar a tese exposta e apontada por José Pereirinha, o “Welfare-Mix”. Do meu ponto de vista esta é a teoria mais equilibrada sobre o intervencionismo estatal em Portugal. Esta teoria procura que haja um investimento e cuidado perante aquilo que são os cuidados básicos sociais, mas ao mesmo tempo, procura que o mercado, a iniciativa livre sejam conceitos constantes no nosso quotidiano. “Este Welfare-Mix, que atualmente caracteriza a política social contemporânea, tem-se vindo a constituir a partir de algumas tendências de transformação recente do papel do Estados-Providência e do seu modo de intervenção: por um lado a crescente importância do sector privado (lucrativo e não lucrativo) na provisão do bem-estar (*i. e.*, a privatização dos serviços sociais e da proteção social); e, por outro lado, o desenvolvimento de formas mais descentralizadas de intervenção do Estado, de territorialização das políticas sociais e de surgimento de formas novas de articulação entre os atores sociais. Em qualquer destes casos

assistimos a uma crescente importância do terceiro sector, da economia social.”(Pereirinha, 2003, p.233-234)

Conforme podemos ver neste capítulo a SS em Portugal tem uma longa história e tem vindo a fazer grandes progressos no que toca à sua abrangência de ajudas sociais, contudo o autor Filipe Silva aponta para questões relevantes sobretudo quanto à fraqueza do nosso Estado Social, a SS “nasceu” na Igreja Católica, tendo como raízes os objetivos de solidariedade impostos pela instituição, entretanto, passou por um regime autoritário, que acabou por comprometer o fraco Estado Social até lá construído. Após o 25 de Abril de 1974 abrem-se portas para o progresso, no entanto Portugal foi dos últimos países europeus a reclamar um regime democrático, fazendo com que as grandes potências europeias tivessem alguma vantagem progressiva. Este contexto fez com que a integração na Comunidade Europeia se fizesse de uma forma abrupta e acompanhando metas sociais elevadas. Adicionalmente a esta questão, há falhas graves na fiscalização da tributação portuguesa, estas falhas à lei complementando o fraco Estado Social criado de raíz, levaram a que a nossa SS criasse um peso no país inoportuno, «No seu relatório final, a Comissão do Livro Branco da Segurança Social (CLBSS) fazia referência às desigualdades e ineficiências crescentes do sistema de pensões português: “O mecanismo de repartição pura está a tornar-se progressivamente inequitativo, regressivo, ineficiente e gerador de potenciais conflitos intergeracionais”»(Andrade, 2001, p.270).

Com este breve resumo, podemos abordar aprofundadamente o RBI, analisando a génese do conceito e percebendo se é uma opção viável financeiramente implementar o RBI em Portugal.



---

## 3. Rendimento Básico Incondicional

### 3.1 Funcionamento do RBI

O RBI é “um rendimento cuja quantia deve ser suficiente para garantir condições de vida decentes, pago em dinheiro a todos os cidadãos e de maneira incondicional, ou seja, sem ter em conta a situação financeira, patrimonial ou salarial (no caso dos que sejam remunerados pelo trabalho) de todas as pessoas que o recebem. O RBI deve ser considerado um direito universal, individual, incondicional, e idealmente será uma quantia suficientemente elevada para assegurar a cada cidadão uma existência digna e uma participação na sociedade que esteja livre de constrangimentos económicos que levem à exclusão.”(Merrill et al, 2018, p.15-16). De modo sucinto, “O Rendimento Básico Incondicional é uma prestação atribuída a cada cidadão, independentemente da sua situação financeira, familiar ou profissional, e suficiente para permitir uma vida com dignidade.”<sup>16</sup>.

Conforme foi explicado ao longo do enquadramento teórico, o conceito de rendimento ou ajuda social já é antigo, e contrariamente à opinião comum, o conceito de RBI também o é. *“A defesa de um rendimento básico para os pobres foi apresentada logo no século XVI sobretudo pelos pensadores humanistas Thomas More (1478-1535) e Jean Luis Vives (1493-1540) (...) Jean Luis Vives (ou, em latim Johannes Ludovicus Vives) quem, no seu livro De Subventionem Pauperum (1526) [Sobre a Assistência aos Pobres], defende a ideia de maneira mais detalhada. Vives era amigo de Thomas More e foi o primeiro a desenvolver um argumento minucioso a favor de se assegurar uma forma mínima de subsistência a todos. (...) Nesta versão, esta assistência deveria ser atribuída não apenas a quem está em grandes dificuldades, mas antes mesmo de ser requisitada. O rendimento básico de Vives era condicional do sentido em que defendia que os pobres deveriam estar dispostos a trabalhar para auferir esse rendimento e que aqueles que têm tenência para viver uma vida mais “devassa” deveriam receber “rações mais pequenas e trabalhos mais difíceis” (...) Na altura, o plano de Vives foi visto com maus olhos pela igreja, pois transferia a responsabilidade de assistência aos pobres da Igreja para as autoridades municipais, algo que afeta o statu quo da própria instituição eclesiástica naquela época.”*(Merrill et al, 2018, p.19-21). Também na França, Antoine Caritat, marquês de Condorcet e Thomas Paine defendiam um rendimento “que reduzisse a desigualdade, insegurança e pobreza”(Merrill et al, 2018, p.21)

Os dois modelos conduziram, no século XIX, ao conceito do Rendimento Básico Incondicional, onde se destacam três pensadores, o inglês John Stuart Mill, o belga Joseph Charlier e o francês Charles Fourier. John Mill chega a apresentar no seu livro *Principles of Political Economy* “a distribuição de um certo valor de subsistência mínimo é atribuída em primeiro lugar a todos os membros da comunidade, quer sejam ou não capazes de trabalhar. O resto do lucro é distribuído em certas

---

<sup>16</sup> Definição tirada do site: <http://rendimentobasico.pt/> (consultado a 12-06-2020)

proporções pré-determinadas, entre os três elementos, Trabalho, Capital e Talento”(Merrill et al, 2018, p.23)

No século XX o RBI foi defendido em três períodos diferentes: Durante as duas guerras mundiais várias propostas foram colocadas em cima da mesa, sobretudo por parte da Grã-Bretanha, o primeiro a fazê-lo foi Bertrand Russell, com o livro Caminhos para a Liberdade, seguiu-se o economista George D.H Cole, o ativista Juliet Rhys-Williams e por fim, pelo vencedor do prémio Nobel, James Meade. No seu livro Caminhos para a Liberdade, Bertrand Russell defende o seguinte princípio: “O plano que estou a defender é essencialmente o seguinte: que haja um pequeno rendimento assegurado para todos, o suficiente para as necessidades básicas, quer a pessoa trabalhe, quer não, e que exista um rendimento maior, dependendo do total daquilo que é produzido, a ser atribuído aqueles que estejam dispostos a trabalhar em coisas que a comunidade pense serem úteis” (Merrill et al, 2018, p.24).

Após a Segunda Guerra Mundial, durante os anos 60-70 do século XX, os autores James Tobin e Milton Friedman defendiam o imposto negativo sobre o rendimento, de acordo com os autores Friedman enquadra-se num tipo de defensor do RBI pertencente à direita liberal “diga-se de passagem, autores com opções ideológicas e propostas económicas muito diferentes, o que atesta a forma como a aposta no rendimento básico é transversal a algumas pessoas de quase todos os sectores do espectro políticos, apesar das diferenças significativas entre as propostas” (Merrill et al, 2018, p.24). Milton Friedman defendia um imposto negativo sobre o rendimento, ou seja, numa família de 4 pessoas em que o rendimento anual fosse aproximadamente 4000€ por ano, apenas seriam calculados impostos sobre aproximadamente 1000€ desses 4000€, deixando a família com 3000€ líquidos. Se, por exemplo, a família ganhasse 2000€ como estariam abaixo do limiar dos 3000€ teriam de lhes ser atribuídos 50% do valor estabelecido (3000€), ou seja 1500€, sendo que a família ficava com um total de 3500€=2000€+1500€. *“o imposto negativo sobre o rendimento de Friedman era uma proposta cuja finalidade era a de substituir a segurança social. Esta era vista por Friedman como uma instituição que visava policiar a forma como as pessoas gastam o seu dinheiro e que não trazia verdadeiros benefícios para os pobres. É claro que aí se levantava a objeção dos casos em que a autonomia das pessoas para tomar decisões está reduzida ou mesmo ausente. Mas, no que respeita a estes casos complicados, com os quais os assistentes sociais têm que lidar, como o abuso de drogas ou álcool, a violência doméstica, o abuso de crianças e outros problemas difíceis, Friedman pensava que os assistentes sociais do Estado não tinham a competência adequada para lidar com ele e que, portanto, a assistência social mais eficaz se fosse privatizada”* (Merrill et al, 2018, p.25). O debate sobre o RBI foi bastante intenso nos E.U.A., vários economistas, através de uma carta, pediram para que se reconhecesse que a proteção social dos seus cidadãos é responsabilidade do estado e o que o RBI poderia ser este modo de proteção. No fim dos anos 60 o debate nos E.U.A. esmoreceu, mais tarde, em 1981 na Dinamarca três académicos propuseram um “salário para cidadãos” publicada no livro “Revolt From The Center”. Na Holanda, J.P.Kuiper defendeu um só rendimento garantido e em 1977 apareceu o primeiro partido político na defesa de um rendimento básico “basicinkomen”.

Ainda nos anos 80 do século XX, em Inglaterra “um conjunto de académicos e ativistas organizados por Bill Jordan e Hermione Parker formou o Grupo de Investigação sobre o Rendimento Básico (BIRG).” Na segunda metade dos anos 80 na Europa criou-se em 1986 o BIEN (Basic Income European Network), com sede na Universidade Católica de Lovaina, desde 2004 o BIEN (Basic Income Earth Network), esta organização promove o debate e tem realizado congressos a cada dois anos.

Em Portugal o debate em torno do RBI é recente, “A medida mais próxima de um RBI realizada em Portugal é o pagamento de um “rendimento mínimo garantido”, criado durante o governo socialista de António Guterres. Hoje chama-se rendimento social de inserção (RSI) e consiste no pagamento de um rendimento a todos os indivíduos que não se integrem no circuito do trabalho e da subsistência social. No entanto, difere significativamente da ideia do RBI, porque é um rendimento sujeito à condição de recursos, e, logo, em grande medida burocratizado e fiscalizado, não cumprindo, portanto, a incondicionalidade requerida pelo RBI. Também se verificou, por parte do governo de José Sócrates, em 2010, a intenção de implementar uma medida de incentivo à natalidade, a “Conta Poupança Futuro”, que atribuiria um “cheque-bebé” de 200€ a cada criança nascida, mas esta medida não chegou a ser posta em prática, apesar de ter sido aprovada em conselho de ministro, contrariamente a medidas semelhantes implementadas em Espanha (precisamente um “cheque-bebe” que atribuíra aos pais de cada criança nascida 3500€, medida que foi executada em 2007, mas revogada em 2011), assim como na Grã-Bretanha (o chamado “Child Trust Found”, que também deixou de existir). Contudo, é preciso assinalar que, apesar da sua recentidade, o debate sobre o RBI tem gozado entre nós de um aumento exponencial de visibilidade. Em 2017, foi criada a Associação pelo Rendimento Básico Incondicional em Portugal, que, segundo os seus estatutos tem “como fim a divulgação e promoção do debate público sobre a instituição de um rendimento básico incondicional em Portugal”(Merrill et al, 2018, p.31).

A génese do RBI baseia-se em princípios fundamentais que devem ser analisados, isto porque alguns dos estudos que iremos observar adiante não cumprem estes princípios à risca, o que levanta algumas questões.

### **3.1.1. Princípios do RBI**

De acordo com a autora Juliana Uhuru Bidadanure o RBI difere de todos os outros rendimentos em 6 princípios:

**1º- “A Cash (Versus In-Kind) Benefit “** (Bidadanure, 2019). O rendimento é pago em dinheiro e não em espécies, portanto o RBI seria feito através de uma transferência direta. Esta é uma das vantagens do rendimento, visto que é pago em dinheiro os beneficiários conseguem “gastar” e atribuir o dinheiro naquilo que querem ou naquelas que são as suas necessidades. Está é uma questão relevante do RBI, o rendimento é atribuído em dinheiro, os beneficiários tem oportunidade para o gastarem conforme as necessidades, porém, há de modo geral uma tendência em crer que as populações mais necessitadas ou mais pobres não saberão gastar o dinheiro, esta questão será analisada mais profundamente no capítulo do consumo português.

**2º- “An Individual (Versus Household-Based) Benefit”** (Bidadanure, 2019). O RBI é um rendimento individual e não para o agregado familiar todo, portanto cada um dos indivíduos das famílias receberiam, o que representa um aumento de rendimento no agregado familiar. Esta questão já se aplica no RSI, visto que cada um dos membros do agregado familiar tem direito a uma prestação, no entanto a prestação do RBI seria uniformizada, ou seja, cada um dos membros familiares recebe o mesmo valor. Do meu ponto de vista, a individualidade do rendimento prejudica bastante a implementação do mesmo, sobretudo em termos de despesa pública, conforme iremos analisar, todos os modelos europeus expostos (Reino Unido, Suécia e Finlândia) preveem apenas parte da população (em média entre os 15-70 anos).

**3º- “An Unconditional (Versus Conditional) Benefit”** (Bidadanure, 2019). A lógica da incondicionalidade é vista na perspetiva de não haver nenhuma condição para este rendimento, ou seja, tendo o rendimento não é necessário fazer ações de formação ou procurar emprego, para este rendimento não há a implicação da integração na sociedade. Normalmente, quando é atribuído o subsídio os beneficiários devem constantemente comprovar a situação social em que se encontram, como por exemplo no caso português do subsídio de desemprego, em que o beneficiário deve ir a ações de formação e candidatar-se a ofertas de emprego no IEFP ou pode perder o subsídio. No RBI isto não aconteceria, este seria atribuído sem qualquer condição ou retorno.

**4º- “A Universal (Versus Means-Tested) Benefit”** (Bidadanure, 2019) – A universalidade conjugase com a incondicionalidade, esta faz com que este rendimento não seja apenas para os mais pobres ou mais necessitados. Normalmente, os rendimentos implicam sempre uma condição para que possam ser atribuídos, no caso do RSI é pedido aos beneficiários um retorno que justifique a aplicação do rendimento, são conduzidos estudos da sua situação social e ao longo da atribuição são pedidos constantes comprovativos que justifiquem esta atribuição. Esta característica é a mais controversa e a que é objeto de mais críticas, isto porque não havendo condicionalidade ou comprovativos da situação social, toda a população tem direito ao subsídio, o que aumenta a despesa pública com a SS.

**5º- “A Regular (Versus One-Off) Payment”** (Bidadanure, 2019) – Por fim, o pagamento do RBI seria feito mensalmente, de acordo com a autor *“under most proposals, it is a monthly allowance, while under a minority of proposals it is a weekly or yearly grant”*, vários autores comparam o pagamento do RBI a um salário. Uma das justificações para este pagamento mensal é o modo como seria gasto dinheiro por parte dos beneficiários, o autor compara ao “Basic Capital”. Nesta proposta os jovens que atingem a maior idade recebem uma quantia grande, no entanto este investimento estatal pode ser gasto em Las Vegas ou numa universidade, dependendo das escolhas de consumo do indivíduo. Como resultado, o autor acredita que compensa atribuir uma quantia mensal de modo a que os beneficiários consigam controlar de modo consciente o dinheiro que lhes é dado. Mais uma vez, voltamos a reforçar a questão das escolhas de consumo, que irá ser abordada adiante com mais detalhe.

Destas características, as principais a sublinhar são a incondicionalidade e a universalidade, em que a autora diz o seguinte: “de maneira incondicional, ou seja, sem ter em conta a situação

financeira, patrimonial ou salarial (no caso dos que sejam remunerados pelo trabalho)”. Este é o ponto fulcral que distingue o RBI dos restantes rendimentos, qualquer pessoa recebe este rendimento, estando empregado ou não, recebendo um salário mínimo ou um salário acima da média. Claro que esta afirmação é objeto de graves críticas, sendo que muitos autores a definem como sendo utopia. Para Bregman esta é uma de muitas utopias do século XXI que devem ser concretizadas: *“Dinheiro de graça: esta ideia já fora proposta por alguns dos mais proeminentes pensadores da História. Thomas More sonhou com isso na sua obra Utopia, em 1516. Seguir-se-iam inúmeros economistas e filósofos, incluindo alguns vencedores do Prémio Nobel. Os seus proponentes abarcam o espectro da esquerda à direita, até aos fundadores do pensamento Neoliberal, Friedrich Hayek e Milton Friedman. E o artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabelece a promessa de que, um dia tornar-se-á uma realidade. Um rendimento básico universal. E não apenas durante alguns anos, ou somente nos países em desenvolvimento, ou apenas para os pobres; é exatamente o que diz na embalagem: dinheiro de graça para toda a gente. Não como favor, como direito. Chamemos-lhe “a estrada capitalista para o comunismo”. Um abono mensal que chegue para sobreviver, sem ter de mexer um dedo. A única condição propriamente dita é “estar vivo”. Sem inspetores atrás de si para confirmarem que o gasta de forma sábia, sem ninguém a questioná-lo se realmente merece. Sem mais programas de assistência e subsídios especiais; no máximo, um abono adicional para os mais velhos, os desempregados e quem não pode trabalhar. Rendimento básico: chegou a hora de tornar esta ideia realidade”*(Bregman, 2018, p.37-38). Em termos de direitos laborais, o autor aborda temáticas como as 15 horas de trabalho semanais, o trabalho imigrante e a automatização do trabalho, olhando para estas utopias com uma perspetiva prática e que vise a implementação destas ideias.

## 3.2 Pressupostos de Implementação do RBI em Países Europeus

Mundialmente, são vários os países que investigam e abordam a questão do RBI, no entanto no âmbito desta dissertação acredito que apenas faria sentido escolher países da União Europeia. Primordialmente devido à maior proximidade que têm com Portugal, não só em termos de moeda, mas também em termos culturais e geográficos. De todo o modo, a nível mundial, o RBI já foi estudado em países como o Brasil, Nova Zelândia e até mesmo no Quênia.

O conceito do RBI, conforme mencionado acima tem múltiplas variantes e tem sido estudado ao longo de várias décadas, no entanto nesta parte da investigação pretende-se perceber nos Países em que já foi implementado experimentalmente o RBI, tais como a Suécia, a Finlândia e o Reino Unido, como foi a experiência. Inicialmente escolhi apenas países europeus, e os três estudos analisados foram os estudos europeus mais próximos ao RBI na sua génese.

### 3.2.1 Modelo Finlandês

A Investigação do RBI na Finlândia foi conduzida pelo Kela, o Sistema de Segurança Social Finlandês. Sendo que o Governo apresentou cinco modelos diferentes do rendimento básico, estas cinco versões baseiam-se no rendimento básico por inteiro (Full Basic Income), num rendimento parcial (Partial Basic Income), o Imposto de Renda Negativo (Negative Income Tax), acima mencionado, o Rendimento de Participação (Participation Income) e o Crédito Universal (Universal Credit).

Previamente a esta implementação foi conduzido um inquérito de modo a perceber se a população finlandesa queria a aplicação deste rendimento ou não, adicionalmente houve também um inquérito político de modo a perceber qual a posição de cada partido político perante o RBI e o Imposto de Renda Negativo. Uma das conclusões tiradas deste estudo foi as diferenças entre grupos sociais que apoiam o rendimento básico incondicional, os estudantes e outros grupos sociais que não fazem parte do mercado de trabalho foram os maiores apoiantes deste conceito, contrariamente, aqueles que estão empregados por conta própria e os agricultores foram os mais céticos perante este conceito do rendimento básico. De modo mais generalizado é concluído que o RBI é objeto de apoio na Finlândia, no entanto existem céticos face a este rendimento, sobretudo a população com salários mais altos, pois é lhes indicado que as taxas aplicadas ao salário aumentariam bastante de modo a financiar este rendimento, sendo que foram apontados os seguintes valores: um RBI de 500 euros seria associado a uma taxa de 40% sobre o salário bruto, com o um valor de 800 seria uma taxa de 55%. Este estudo inicial é crucial visto que dá a perspetiva da população perante o rendimento, visto que as contribuições da SS aumentariam é importante perceber se há uma vontade populacional de implementar este rendimento. Adicionalmente, é bom ter em consideração prévia que Finlândia faz parte dos países cujo salário mínimo não está estabelecido, no entanto o salário médio é cerca de 3548.00€.

Neste estudo inicialmente foram definidas as amostras da população. O objectivo deste estudo foi perceber a causa-efeito entre a aplicação do RBI, o que é que aconteceria à amostra em causa, se

eles não recebessem o RBI. Os investigadores concluíram que o melhor método de obter uma amostra fiável era atribuindo-o RBI a uma amostra à sorte “random assignment”, com grupos grandes e selecionados “randomly” é assegurada que a única diferença entre o primeiro grupo e o segundo é que um recebe o RBI e o outro não. Não foi optado por um estudo regional, visto que este não representaria o país inteiro ou as restantes regiões finlandesas. *“The experiment should cover the whole Finnish population, if possible. There are, however, some limitations. First, under the Constitution of Finland, the experiment can neither improve nor weaken the economic situation of the treatment group in an unreasonable manner. Second, the budget allocates for the experiment is limited. It would not be effective to include such groups in the experiment that are likely to be unaffected by small changes in their benefits or net income.”* (KELA, 2016, p.14). A população escolhida estaria potencialmente entre os 25 e 63 anos, os jovens foram a população excluída porque muitos não trabalham, nem estudam, o governo finlandês promove medidas importantes, como a “Youth Guarantee”, e visto que os níveis de rendimentos são mais baixos, este grupo seria muito mais caro do que a faixa etária mais adulta, de todo o modo o investigador conclui afirmando que se o RBI for uma experiência com sucesso, o próximo passo seria considerar os jovens neste rendimento. Os pensionistas foram excluídos visto que o objetivo é focarmo-nos nos grupos que cujo rendimento mensal aumentaria pela atribuição do RBI, *“changing pension levels through basic income and tax rates would also be legally problematic as this would affect earned benefits that are protected by property right under the Constitution. For the same constitutional reason, recipients of earnings-related unemployment allowance are a problematic group if the basic income model weakens the level of earnings-related unemployment security”* (KELA, 2016, p.14).

A população para modelos calculados compreende os maiores de 18 e exclui os pensionistas (pensões e pensões por invalidez). Adicionalmente, o RBI exclui alguns rendimentos providenciados pela SS: subsídio de desemprego, subsídio de doença, subsídio parental e subsídio por cuidado de criança. O modelo de taxas será simples: o RBI e o capital obtido serão objetivo de descontos da mesma maneira.

A partir deste momento o investigador divide o RBI em 5 versões diferentes, tendo em conta estes pressupostos analisados previamente, estas versões pretendem testar vários valores do RBI, bem como soluções alternativas.

#### **1- “Full Basic Income (1,000+ euros) ”**

“Full Basic Income can be understood to mean a model that would replace a large proportion of other social insurance-based benefits. In practice this would mean that the level of basic income would be higher than the current basic social security.” (KELA, 2016, p.19). Na primeira perspetiva o RBI é substitutivo de quase todas as ajudas sociais e foi calculado em dois valores: 1000€ e 1500€. Algumas das conclusões retiradas foram a pobreza entre crianças desceria de 13.2 para 9.4 ou 3.4, por oposição a pobreza entre idosos aumentaria de 10.1% para 11.6% e 13.2%, Em termos de incentivos económicos para o trabalho, se o RBI fosse 1000€ haveriam mais incentivos ao trabalho se o RBI e as taxas de desconto para a SS, por outro lado, financiar o modelo através das taxas de vencimento iria implicar taxas de descontos para a SS, o que levaria a menos incentivos ao trabalho,

a SS tornar-se-ia mais simples, inclusive em termos burocráticos, seria o modelo mais simples de administração e reduziria passos burocráticos que têm que ser aplicados normalmente. Em termos de pobreza e participação social seria uma boa ferramenta para reduzir a pobreza, permitiria trabalho voluntário e daria mais segurança em termos laborais, por outro lado o valor acordado torna-se muito alto para uns e muito baixo para outros, generalizaria um país inteiro, ignorando a questão das regiões e, por exemplo, o custo de habitação em cada região. Em termos de fiabilidade o autor aponta que não seria economicamente realista substituir os subsídios de desemprego.

## **2- “Partial Basic Income (<800 euros)”**

A diferença entre o “Full Basic Income” e o “Partial Basic Income” é o valor, que é substancialmente menor, levando a que não haja uma substituição do RBI por todos os outros rendimentos. Nesta segunda perspetiva foram propostos dois valores 750 e 550. Em termos de conclusões foi percebido que iriam ter que haver medidas suplementares acrescentado ao RBI, um modelo com menos custos estatais não levaria a menos incentivos de trabalho e não eliminaria por completo a burocracia, o valor poderia ser demasiado baixo para certos indivíduos, por exemplo pais solteiros, por outro lado seria um valor mais realista do que o Full Basic Income.

## **3- “Negative Income Tax”**

O “Negative Income Tax” já foi mencionado acima e volta a ser mencionado como um possível substituto para o RBI, a lógica é igual, neste caso famílias mais necessitadas iriam ter direito a um rendimento, e, portanto, não pagariam impostos, visto que estes ficariam cobertos por este rendimento extra. Algumas das conclusões retiradas é que politicamente seria mais fácil justificar a aplicação do Imposto Negativo de Rendimento, acabaria por eliminar a burocracia existente, no entanto é colocada a questão da justiça social “How would other current transfers react to negative income tax?” (KELA, 2016, p.55) visto que estamos a impor a parte da população o sustento de outra parte.

## **4- Participation Income**

O “Rendimento de Participação” é visto como uma combinação entre o rendimento mínimo e o suplemento de participação, o autor (Nóvoas, 2018) contextualiza-o como uma melhor opção ao Rendimento Básico Incondicional, sobretudo pela questão ética que se coloca com o RBI, o esforço em função do rendimento: *“Numa segunda forma o autor defende ser difícil assegurar o apoio político de um rendimento básico enquanto este for considerado incondicional, principalmente em sociedades cuja base de funcionamento seja a participação no mercado de trabalho. Outro argumento neste sentido é o de considerar que uma alteração muito profunda nos sistemas de benefícios e contribuições europeias iria aumentar o risco de competição fiscal entre os países da EU. A base do seu apoio por esta política, no entanto deve-se à ineficiência dos apoios sociais tradicionais baseados em verificação de carência económica. Para tal o autor baseia-se em três aspetos fundamentais: por penalizarem o esforço pessoal e familiar; por um número daqueles com rendimentos abaixo do nível que permite o apoio não acederem aos benefícios que têm direito; e por considerar que estes métodos só fazem sentido quando aplicados aos agregados familiares enquanto um todo. No seu conjunto estes fatores fazem com que as políticas sociais tradicionais*



*sejam ineficientes económica e socialmente. Partindo destes princípios Atkinson adianta uma proposta que introduz o rendimento básico com base na participação social ativa – e não apenas no mercado de trabalho - dos beneficiários, um Rendimento Participativo. Esta forma de rendimento iria abranger pessoas de todas as idades quer estejam no mercado de trabalho ou não, mas que se encontrem a interagir ativamente na sociedade, pela frequência de um estabelecimento de ensino, a cuidar de um familiar, ou até mesmo a fazer trabalho de voluntariado.”(Nóvoas, 2018, p.13). A realidade é que o rendimento de participação é visto como um combate à falta de participação da sociedade no mercado, os indivíduos seriam motivados a participação no mercado através de rendimento, desde que cumprissem o critério de serem ativos para com a sociedade “voluntary work can be interpreted as work, which may even lead to the loss of unemployment benefits. An arrangement such as Participation income would eliminate this problem and it would also make it easier for the unemployed to become established in society”(KELA, 2016, p.43)*

## **5- Universal Credit**

Este último esquema foi introduzido na Grã-Bretanha e suscitou interesse na Finlândia, o objetivo deste rendimento seria reduzir a pobreza através da providência de incentivos económicos, o que levaria a que os beneficiários fossem mais independentes e capazes de investimento económico, “The model is based on the idea that as income increases, benefits are cut through the tax system (in the same way as in basic income) but marginal tax and Participation tax rates would be lower. The aim is to ensure that low income earners would have low tax rates.”(KELA, 2016, p.45). Os valores debatidos são 729€ por adulto, mais um possível suplemento por ser pai ou mãe solteiro, 343€ por outros adultos, 117€ por uma criança e 109€ por outras crianças. Este benefício vinha substituir outros benefícios da SS, como o subsídio de desemprego ou o abono, estes estão incluídos no valor definido acima, neste caso o abono estariam incluídos nos 117€ ou 109€ dados por crianças. O Universal Credit vinha substituir todas as taxas cobradas pela SS, tornando-as numa única taxa de contribuição para a SS, a burocracia seria reduzida, este tipo de ajuda social seria condicional, implicando critérios para atribuição, e a avaliação destes critérios implicaria uma colaboração extensiva entre o SSS e as autoridades, a pobreza e a diferença entre classes iria depender do nível de benefícios atribuídos.

A 25 de Agosto de 2016, o Ministro dos Assuntos Sociais e da Saúde apresenta a proposta legal do Rendimento Básico Incondicional, sugerindo que este seja testado entre 2017-2018, com o valor de 560€, estando a população escolhida a trabalhar ou não, este seria incluído no orçamento de 2017, e iniciaria a 1 de Janeiro de 2017. À data de 2019 são apresentadas as primeiras conclusões, o bem-estar aumentou, em particular a segurança financeira “The proponents of basic income have emphasised its emancipatory nature: the basic income gives people the possibility to be creative, is empowering and diminishes financial insecurity. In the same manner as regards the generalised level of trust, the basic income has been said to increase people's level of confidence not only in their own financial situation but also in their own capabilities and their own future.”(Olli Kangas, Signe Jauhiainen, Miska Simanainen, 2019, p.20). Quanto à Saúde denotou-se um aumento na melhoria

da saúde mental e física “Good health is a prerequisite for good functional ability, employment and wellbeing. In this first report we study the respondents’ own assessments of their mental and physical health status and their functional ability. Slightly over half of the respondents (54.8%) in the test group and slightly less than half in the control group (46.2%) considered their state of health to be very good or good”(Olli Kangas, Signe Jauhiainen, Miska Simanainen, 2019, p.21). Quanto à integração no mercado, salientou-se que os indivíduos pretendem obter um emprego a full-time em vez de part-time “The respondents who worked part-time at the time of the survey were asked if they would rather work full-time. A total of 69 per cent of the basic income recipients and 58 per cent of those in the control group wished to work full-time instead of part-time”, podemos concluir que o RBI funcionou como incentivo ao trabalho.

Quanto ao stress, os investigadores perceberam que os beneficiários do RBI têm taxas de stress menores face à população geral. *“Long-term stress has an extensive effect on both wellbeing and functional ability. Economic stress, as one main aspect of stress, has been observed to have a significant impact on health status. The predictability of the basic income is thought to reduce the level of stress due to less bureaucracy and more certain flow of income. (...) A total of 17 per cent of the respondents in the test group and 25 per cent of the respondents in the control group experienced quite a high degree or a very high degree of stress. Then again, clearly more than half of the basic income recipients experienced no stress or only to a small extent. The corresponding percentage in the control group was 46 per cent.”*(Olli Kangas, Signe Jauhiainen, Miska Simanainen, 2019, p24-25).

Relativamente à burocracia, não se denotou uma rapidez ou melhoria na atribuição de rendimentos sociais, “A clear majority of the respondents in both the test group and the control group thought that too much bureaucracy had been involved when claiming social security benefits” (Olli Kangas, Signe Jauhiainen, Miska Simanainen, 2019, p.26)

Salienta-se que este relatório não é final, nem devemos obter as conclusões finais para já, conforme nos é indicado, ainda falta análise de dados, entrevistas e questionários. De todo o modo há dados referentes ao stress e à capacidade de concentração, o que levou o ministério a concluir que houve possível um impacto do RBI na saúde mental *“According to the analysis of the survey data, the wellbeing of the basic income recipients was clearly better than that of the control group. Those in the test group experienced significantly fewer problems related to health, stress, and ability to concentrate than those in the control group. According to the results, those in the test group were also considerably more confident in their own future and their ability to influence societal issues than the control group. (...) The results presented in this report are in many respects preliminary, so one should not draw any firm conclusions about the effects of the basic income experiment on employment and wellbeing. We can report on the real effects of the experiment in a reliable way only when all the data for the evaluation study – register data, surveys, interviews and different combinations of these – have been analysed in more detail and when the effects of the political, institutional and schedule-related parameters that created a framework for the experiment have been evaluated. Then we can make reliable conclusions on the effects that an introduction of a basic*

*income could have on individual labour market behaviour and wellbeing in Finland.*”(Olli Kangas, Signe Jauhiainen, Miska Simanainen, 2019, p.30)

Assim podemos concluir a análise ao modelo Finlandês, este foi o modelo mais completo e que teve uma análise estatística profunda, no entanto as conclusões não são diretamente aplicáveis em Portugal, o objetivo Finlandês foi perceber as questões mais sociais, entre as quais, a adesão ao emprego, o stress económico dos indivíduos, isto porque a raiz do problema e da possível aplicação do RBI na Finlândia baseia-se na mecanização do trabalho e consequente desemprego.

Em Portugal a origem do problema não é a mesma, apesar deste fenómeno atingir Portugal, ainda não o fez de modo impactante, o nosso objetivo seria de diminuir as desigualdades sociais e revolucionar o atual SSS, preparando o futuro para uma possível mecanização.

Assim, as conclusões do estudo Finlandês são importantes para a investigação em causa, porém não são os principais resultados que necessitamos para comparar o impacto que poderá ter em Portugal, por outro lado, há dados que são essenciais, entre os quais, o valor do RBI estabelecido pela Finlândia, e o modo como foi conduzido o estudo.

### **3.2.2 Modelo Sueco**

Na Suécia este projeto foi investigado por Christian Engström e inicia-se por algumas questões éticas, *“This is an urgent reform. We have about 400,000 unemployed people in Sweden today (out of a population of 10 million), and nobody thinks that this figure will drop significantly in the foreseeable future. On the contrary, there is a real risk that computers and automation will make even more jobs disappear in the future. Hoping that the politicians will create hundreds of thousands of jobs (as they promise every election year) in so solution, because they cannot”* (Engström, 2016). Este modelo é diferente do modelo finlandês, primeiramente porque é apresentado por um autor e não por uma instituição oficial estatal, e por outro lado, na suécia foi estudado, no entanto nunca se levou ao ponto de experienciar o modelo.

A proposta apresentada pelo investigador sueco fundamenta-se em 4 princípios:

- 1- 900€ por mês = 10.800 por ano
- 2- Para toda a gente com idades compreendidas entre os 19 e 65
- 3- Todos os habitantes da Suécia (excluindo os imigrantes da EU sem emprego, refugiados e turistas.)
- 4- Que não tenham qualquer modo de receita (income)

De acordo com o autor 900 euros é suficiente para a subsistência, não para uma vida com conforto, mas sim para o básico, como comida e renda, o autor admite que gostaria de ver uma proposta a rondar os 1000€ e os 1200€, no entanto, este entende que é melhor começar com um valor mais baixo, como 900€.

As escolhas das idades não indicam que os jovens ou as crianças não precisem de assistência, simplesmente os pais são legalmente obrigados a dar suporte até que os jovens acabem o ensino secundário, ou pelo menos façam 21 anos, neste âmbito o autor pretende também manter os benefícios familiares, levando a que o subsídio para crianças (Barnbidrag) se mantenha, este subsídio é pago até a criança fazer 16 anos, o que faz com que o RBI seja desnecessário neste contexto social. Quanto aos pensionistas, estes já têm a pensão garantida, o valor mínimo de pensão que estes podem ter são 760€ brutos ou 680€ líquidos.

O autor também analisa a possibilidade do Imposto de Rendimento Negativo e indica que este funcionaria no sistema sueco, visto que um sistema que é bastante tecnológico e que consegue processar rapidamente os valores a taxar conforme a idade, o número de dependentes e o salário. O autor aponta que o RBI no valor 900€ daria um total de 17Kr102 000 000 000 000 (equivalente a 9,92 000 000 000 000€), o autor admite que este valor é alto, porém é possível financiar tendo em conta os 900 000 000 000 (equivalente a 87,5 000 000 000 000€) que perfazem o orçamento estatal sueco.

A proposta feita baseia-se na tributação de impostos num valor acima de 1,960€ de acordo com as regras de tributação atuais da Suécia. Todos os que recebem abaixo deste valor, irão receber o RBI, no valor de 900€ livre de impostos, ou seja, os beneficiários recebem 900€ e não descontam os 33%<sup>18</sup> estabelecidos, em suma:

“The basic income proposal then looks like this:

- The system includes everybody between 19 and 65 who lives in Sweden.
- Those with no other income get 900€ per month as a basic income allowance from the government. This amount should cover rent, food, and everything else.
- Those who make less than 1,970€ pay income tax (33%) on their entire gross salary and get their basic income allowance reduced by a third of their gross salary.
- Someone who for example makes 600€ would pay 200€ in income tax and get the basic income allowance reduced by 200€, from 900€ to 700€. This would mean 400€ in net salary + 700€ in basic income = 1,100€ after taxes and benefits.

Everybody who earns more than 1,970€ will get no basic income, and will continue to pay income tax just like today.”(Engström, 2016)

A questão que se segue é como financiar este rendimento, o valor necessário para financiar este rendimento é apontado para 40 000 000 000 000. O autor propõe substituir o rendimento de “ajuda social” (11 000 000 000 000), “bolsas estudantis” (17 000 000 000 000) e o subsídio de desemprego (64 000 000 000 000), levando a uma poupança de 92 000 000 000 000. A segunda parte desta proposta de financiamento baseia-se na uniformização da taxa de IVA, o

---

<sup>17</sup> kr é o símbolo da SEK- Moeda Sueca ou Coroa Sueca

<sup>18</sup> A taxa de tributação dos 33% na Suécia pode variar conforme o município em que se reside.

objetivo seria elevar o IVA para os 25% mesmo em produtos alimentares e culturais, o que resultaria em kr50 000 000 000 em receitas adicionais.

A segunda proposta seria acabar com a Agência de Emprego Público, que tem custos que a rondar os kr64 000 000 000 000 por ano, considerando que kr900 000 000 000 são o orçamento total do governo sueco. O autor refere a questão da burocracia e dos custos administrativos, sendo que estes acumulam um total de kr8 000 000 000 000, *"To shut down the Employment Agency and remove the benefits it administers is a cornerstone in the financing of the basic income proposal. It represents almost half the cost of the basic income reform (64 billion SEK out of 132)."*(Engström, 2016, p.53)

A terceira proposta de financiamento passa pela substituição das ajudas estudantis, a proposta do RBI abrange os estudantes universitários, como tal o valor final do RBI é o mesmo e no fim dos estudos, estes não ficam com um crédito para pagar. Nas ajudas estudantis o estudante recebe kr99.040 mas apenas ficam com 28%, os restantes 78% são um empréstimo estatal que têm de pagar posteriormente.

Adicionalmente, o autor propõe manter o subsidio de doença e as pensões de invalidez, *"Instead, I assume that we will keep the sickness insurance system as it is, and let it coexist with basic income. The chronically ill and disabled would get the compensation that is highest. Those who have the guarantee compensation and today get less than the basic income, would get the basic income instead."*(Engström, 2016, p.61). Bem como os benefícios e ajudas familiares *"I propose no changes at all to the parental leave system when we introduce basic income. The reason is the same as why I want to keep the sickness insurance system intact: In practice, it would be politically impossible to find a majority for reductions of the parental leave benefits, and it is not necessary to make any such reductions in order to finance basic income. Therefore, I see no reason to pick this political fight."*(Engström, 2016, p.65)

A quarta proposta é uma análise detalhada da uniformização da taxa do IVA, apontando para os 25%, o autor indica que há um perda de receitas na taxa de IVA a 6% de aproximadamente kr13,5 000 000 000 000, na taxa de IVA de 12% há uma perda de receita de kr37,2 000 000 000 000, totalizando kr50,7 000 000 000 000, conseguindo assim atingir os 40 000 000 000 000 que são necessários para financiar o RBI.

Assim o financiamento do RBI consiste em duas partes: Primeiro, acabar com a Assistência Social, a Agência de emprego público e o Sistema de ajuda estudantil, adicionalmente uniformizar a taxa de IVA nos 25%: *"First, we close down three systems that are replaced by the basic income. These are the social assistance (11 billion SEK), the Public Employment Agency (64 billion SEK), and the student aid system (17 billion SEK). This makes for a total of 92 billion SEK. In addition to this, I propose that we unify VAT at 25%, and remove the VAT discounts that companies in the food industry and certain parts of the cultural industry enjoy today. This gives 50 billion SEK of additional income. This gives us  $92 + 50 = 142$  billion SEK in financing, which is more than enough to cover the cost of 132 billion SEK. Both the sickness insurance system and all benefits for families with*

*children are left as they are. I propose no cuts at all in these areas. To replace the income related sickness insurance with basic income would be politically impossible, and objectively doubtful. Therefore, I propose no cuts in the sickness insurance system. But the basic income system supplements the sickness insurance system in an excellent way. It means more security for everybody with chronic illnesses or disabilities, and more money in the pocket for those who have the lowest benefits today. The income related parental leave system is also left as it is, along with all other benefits for families with children”(Engström, 2016, p.75).*

Por fim o autor aponta que o valor definido de 900€ é muito reduzido para validar as preocupações constantes face à adesão ao desemprego. Estas preocupações são relevantes e é uma das questões mais colocadas, sobretudo no contexto português, até que ponto é que atribuindo este rendimento as pessoas não se irão começar a despedir? A resposta do autor é que este valor na Suécia permite uma vida de sobrevivência, mas não uma vida luxuosa, no entanto se se despedirem algumas pessoas, o autor aponta que há vantagens, visto que a pequena percentagem de pessoas que se vai despedir pode realmente arranjar os empregos que concretizam. E conclui o seu projeto indicando que a melhor maneira de obter resultados concretos é tentar a implementação do RBI.

### **3.2.3 Modelo do Reino Unido**

A abordagem do Reino Unido ao RBI é similar à da Suécia, é uma análise feita pelo autor Luke Martinelli da Universidade de Bath e não por um organismo público, para além disso trata-se de uma exposição teórica sem aplicação prática. Inicia-se por estabelecer que o RBI é definido como universal, e portanto, ao contrário dos restantes rendimentos existentes, no Reino Unido não é feita a seleção de candidatos com base em condicionantes e não há uma exclusão por idades ou “falta de necessidade”, há contudo uma adaptação do valor à idade em causa, em particular crianças, adultos ativos e idosos, *“Indeed, in the models below we follow the UK system in modelling UBI which varies in generosity depending on whether individuals are dependent children, working age adults or old age pensioners”(Martinelli, 2017, p.13).* Sendo que os valores apontados excluem estrangeiros nacionais e imigrantes recém chegados, esta atribuição é baseada em critérios de residência e cidadania, é necessário o certificado de residência inglesa como comprovativo.

O Reino Unido concebeu 4 modelos diferentes de um possível financiamento do RBI:

- 1- RBI calculado com o valor da poupança de taxa do PITA (Personal Income Tax Allowance<sup>19</sup>)  
O valor apresentado é de 2238,72 € anuais (46,64€ x 4 semanas= 186,56€ por mês)

---

<sup>19</sup> “Income Tax is a tax you pay on your income” <https://www.gov.uk/income-tax> (Consultado a 07-10-2020).

A PITA assemelha-se ao IRS em Portugal, porém com algumas especificidades próprias do Reino Unido.

2- O RBI calculado de acordo com os benefícios existentes, sendo que, é dividido em três grupos sociais (crianças dependentes, adultos trabalhadores e pensionistas).

- 74,09€ por semana, para as crianças/adolescentes dependentes (0-17 anos) – Calculado com base no valor máximo do abono (Child Tax Credit) + os benefícios pagos por cada criança extra (segundas e subsequentes).

- 80,84€ por semana, para adultos trabalhadores (18-64 anos para sexo masculino e 18-62 para sexo feminino) – Calculado com base nos pagamentos do “Employment and Support Allowance”<sup>20</sup>, “Income Support”<sup>21</sup>, “Jobseekers Allowance”<sup>22</sup>.

- 172,01€ por semana para pensionistas (+65 anos para homens, +63 anos para mulheres), este valor foi calculado com base no valor mínimo garantido de pensão.

3- O RBI calculado de acordo com os benefícios existentes contando com os extras para os inválidos ou severamente inválidos. No Reino Unido os indivíduos ou os agregados familiares recebem suplementos quando têm condições médicas específicas ou deficiências comprovadas, para além dos benefícios existentes recebem uma ajuda extra para compensar os custos associados à condição médica. Neste modelo os investigadores, calcularam o valor do RBI associado aos benefícios de invalidez, visto que o valor do RBI deve compensar esta parte da população. Os valores obtidos foram os seguintes:

- 39,53€ por semana para os adultos “Disabled”<sup>23</sup>, resultando em 158,12€ por mês  
- 84,87€ por semana para os adultos “Severely disabled”, resultado em 339,48€ por mês.

- 65,74€ por semana para as crianças “Disabled”, resultando em 262,96€ por mês  
- 26,62€ por semana para as crianças “Severely disabled”, resultando em 106,48€ por mês

4- Por fim, o último modelo conjuga o valor da taxa de poupança PITA e o valor com os atuais benefícios sociais existentes, conjugando os valores acima concluídos:

---

<sup>20</sup> “You can apply for Employment and Support Allowance (ESA) if you have a disability or health condition that affects how much you can work.” <https://www.gov.uk/employment-support-allowance> (consultado a 07-10-2020).

<sup>21</sup> “Income Support can help you cover your costs if you’re on a low income” <https://www.gov.uk/income-support> (consultado a 07-10-2020)

<sup>22</sup> “You can apply for Jobseeker’s Allowance (JSA) to help you when you look for work”, é similar ao subsídio de desemprego <https://www.gov.uk/jobseekers-allowance> (consultado a 07-10-2020).

<sup>23</sup> No Reino Unido os benefícios de invalidez são atribuídos conforme o nível de invalidez existente, sendo uma no caso de uma invalidez severa (Severely Disabled) o valor aumenta, por outro lado no caso de uma invalidez normal (Disabled) recebem um valor mais reduzido.

- 120,76 para as crianças dependentes (0-17 anos), resultando em 483,04€ por mês.
- 127,49 para os adultos trabalhadores (18-64 para os homens, 18-62 para as mulheres), resultando em 509,96€ por mês.
- 218,72 para os pensionistas (+65 para os homens, +63 para as mulheres), resultando em 874,88€ por mês.

O autor resume dizendo que há quatro modelos através do qual podemos introduzir o RBI no Reino Unido:

- 1- O RBI é pago em conjunto com os benefícios sociais existentes, sem qualquer tipo de alterações.
- 2- O RBI é pago em adição aos benefícios existentes, mas este valor é calculado tendo em conta os valores de benefícios testados
- 3- O RBI é pago eliminando os benefícios sociais e posterior substituição destes.
- 4- O RBI é pago eliminando os benefícios sociais, mas o valor do RBI é calculado tendo em conta os valores dos restantes benefícios testados (ou seja os benefícios que não são eliminados)(Martinelli, 2017).

Dentro disto o autor salienta que o ideal era reduzir a burocracia, visto que esse é um dos fundamentos do RBI, desta perspetiva eliminar os benefícios existentes seria o mais eficaz, *“Given that one of the core arguments in favour of UBI is the integration and simplification of tax and benefits systems (e.g. Atkinson, 1995), it seems entirely appropriate that one aspect of the scheme would be to eliminate the system of personal income tax allowances and National Insurance contributions thresholds such that all earned income is subject to positive rates of income tax”*(Martinelli, 2017, p.17).

Após uma análise detalhada do impacto fiscal que estes modelos podem ter no sistema público do Reino Unido, o autor aponta que no cálculo deste impacto fiscal focaram-se nos modelos em que o RBI substitui grande parte dos benefícios existentes, a principal razão é porque esses benefícios são substituídos facilmente, *“We have also focused on modelling schemes which replace a large number of existing benefits, rather than going for the most ‘feasible’ option and retaining means-tested benefits in payment. There are several reasons for this; perhaps most importantly, such schemes have been adequately covered elsewhere. In addition, and at a more conceptual level, the administrative desirability of combining unconditional, individualised benefits with conditional benefits means-tested at the family level is highly questionable, and the positive work incentive effects would be far less pronounced with the retention of means-tested benefit”*(Martinelli, 2017, p.44).

Assim o autor conclui que o RBI seria uma “opção política cara” em comparação com outros esquemas ou rendimentos que são mais específicos, *“The analysis shows that UBI is an expensive policy option, in comparison to other more targeted schemes; this is hardly surprising.”*, adicionalmente, torna-se difícil prever o impacto que o RBI terá no comportamento social, isto porque é difícil prever se irá haver uma continua adesão ao mercado de trabalho ou não, o que torna



a implementação do RBI um risco. Por fim, a conclusão final é referente à pobreza e o impacto que o RBI tem na pobreza, o autor conclui indicando que há uma relação clara entre o custo fiscal do RBI e o combate à pobreza e desigualdades, *“One of our main interests in conducting this analysis has been to explore “The analysis shows that UBI is an expensive policy option, in comparison to other more targeted schemes” Summary and Conclusions 45 the nature and extent of trade-offs with respect to the various goals of social security reform. As shown in Figures 5 and 6 below, there is a clear relationship between the fiscal cost of full UBI schemes and their effectiveness at combating poverty and inequality. It is highly questionable whether any schemes offer good value for money if the primary aim is to reduce poverty; but of course, UBI also fulfils a number of other desirable functions”*(Martinelli, 2017, p.45).

Dos três modelos apresentados, o modelo finlandês foi aquele que teve mais visibilidade, mesmo em termos europeus, há uma grande componente prática e foram analisadas várias opções em vez do RBI. No entanto, mesmo o modelo finlandês obteve conclusões muito generalizadas, e em que não foram expostos os impactos económicos no país, o que para uma análise portuguesa do RBI em Portugal seria fundamental. De todo o modo, obtemos valores médios de acordo com o contexto económico de cada um dos países, o que ajudará no capítulo 3.3.2 quando elaborarmos um micro projeto do RBI em Portugal.

### 3.3 Análise das Famílias Portuguesas

Após a análise feita aos projetos do RBI europeus é essencial analisar alguns dados macroeconómicos para que possamos situar Portugal face aos países analisados. Previamente a introduzimos estes dados, deixamos estabelecido quem são os agentes participantes no mercado económico.

O primeiro valor macroeconómico a analisar é o do PIB, assim conseguimos posicionar socioeconomicamente Portugal perante os outros três países europeus. O PIB é um indicador macroeconómico utilizado para analisar e classificar a situação económica de um país. Este determina a riqueza gerada no país, é, portanto, o somatório de todos os bens e serviços criados dentro das barreiras geográficas do país.

No âmbito desta dissertação o PIB *per capita* é fundamental, visto que é um indicador socioeconómico para avaliar a qualidade de vida da população. O PIB *per capita* é o PIB sobre o número de habitantes do país, portanto o somatório da riqueza de um país a dividir pelos seus habitantes. É essencial analisar os dois, visto que o PIB apenas nos dá a indicação da riqueza de um país e não necessariamente da qualidade de vida do país.

Tabela 6 - PIB e PIB *per capita*

(euro – milhões)<sup>26</sup>

Grupos/Países	PIB		PIB <i>per capita</i>	
	1995	2019	1995	2019
FI - Finlândia	83.803,7	190.145,6	16.407,0	34.436,7
PT - Portugal	120.992,5	s250.860,0	12.067,7	<sup>24</sup> s24.387,9
SE - Suécia	170.845,5	384.511,9	19.355,0	37.407,9
UK - Reino Unido	998.929,6	2.180.501,5	17.217,3	<sup>25</sup> Pro32.624,5

Fonte: Pordata (adaptado)

[https://www.pordata.pt/Europa/PIB+per+capita+\(PPS\)-1778](https://www.pordata.pt/Europa/PIB+per+capita+(PPS)-1778) (consultado a 21-07-2020)

[https://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+\(PPS\)-1531](https://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+(PPS)-1531) (consultado a 21-07-2020)

Como podemos concluir pela tabela acima apresentada, a Finlândia é, entre os quatro países, aquele que apresenta o PIB mais baixo, no entanto apresenta o segundo mais alto PIB *per capita*, logo seguida da Suécia. Ou seja, a riqueza produzida pelo país não é tanta como no Reino Unido,

<sup>24</sup> Valor Estimado

<sup>25</sup> Valor Provisório

<sup>26</sup> Os valores apresentados encontram-se em Paridades de Poder de Compra

no entanto a qualidade de vida da população é maior na Finlândia do que no Reino Unido, visto que a riqueza produzida é distribuída e refletida no modo de vida da população. Nos valores apresentados acima, podemos concluir que Portugal tem um valor de PIB mais alto que a Finlândia, no entanto tem o PIB *per capita* mais pequeno de todos, ou seja o nosso país produz alguma riqueza, mas a pouca riqueza que é produzida não está refletida no modo de vida da população. Desde já concluímos que a qualidade de vida da população portuguesa não é tão alta como nos restantes países, o que acaba por afetar na quantidade de população dependente ou não de um rendimento. Quanto maior for a qualidade de vida da população menor será a probabilidade de dependência de um rendimento.

Adicionalmente, convém ter em mente a *Tabela 4- Os Tipos de Estado Social*, esta tabela aponta o Reino-Unido como um país com menos investimentos no âmbito social, tendo um Estado-Providência Liberal em que “são encorajadas as modalidades privadas de assistência social, por exemplo os seguros de saúde, esta atribuição é condicionada pelo nível de rendimentos, portanto quanto menor for o nível de rendimento, menor é o nível de assistência social fornecido.”, por oposição, a Suécia e a Finlândia são Estados-Providência Sociais Democratas, em que estado ultrapassa as funções básicas e assegura o bem-estar, como tal os resultados apresentados de PIB *per capita* estão adequados às garantidas dadas por cada um dos Estados. Assim, a Tabela 4 e a Tabela 7 estão intimamente relacionadas, porque concluímos que países como o Reino Unido produzem um PIB alto, no entanto não o refletem na sua população, essa riqueza criada não é distribuída, seja através de dinheiro direto, serviços ou espécies, levando a níveis de PIB *per capita* baixos. Por outro lado, a Suécia e Finlândia apresentam níveis de PIB mais baixos, mas um alto PIB per capita, o que mostra que a riqueza produzida no país é distribuída pela população.

Tabela 7- Rendimento Disponível Bruto

Grupos/Países						
	Total (euro – milhões)		Rendimento nacional bruto (euro – milhões)		Saldo das transferências correntes com o Resto do Mundo (euro – milhões)	
Anos	1995	2018	1995	2018	1995	2018
FI - Finlândia	98 971,0	232 878,0	99 643,0	235 241,0	-672,0	-2 363,0
PT - Portugal	93 684,0	Pro 204 006,0	91 724,0	Pro 199 411,0	1 961,0	4 595,0
SE - Suécia	196 862,0	471 649,0	199 640,0	479 520,0	-2 777,0	-7 871,0
UK - Reino Unido	1 016 075,0	2 357 326,0	1 024 829,0	2 386 574,0	-8 755,0	-29 248,0

Fonte: PORDATA

[https://www.pordata.pt/Europa/Rendimento+dispon%C3%ADvel+bruto+\(Euro\)-2687](https://www.pordata.pt/Europa/Rendimento+dispon%C3%ADvel+bruto+(Euro)-2687) (consultado a 21-06-2020)

O RDBN apura o rendimento que cada setor institucional e a Nação, como um todo, têm para consumir ou poupar, ou seja, quanto é que cada país tem para consumo ou poupança, o que é importante visto que mede a liquidez de um país para poder investir na implementação, por exemplo, do RBI.

$RNB = PIB + \text{Rendimentos Líquidos do Exterior (RLE)}^{27}$

$RDBN = RNB + \text{as Transferências Correntes Líquidas do Exterior}^{28}$ .

A partir da tabela 8 podemos concluir que o RDBN em Portugal é menor que nos restantes países europeus, em particular quando comparando ao Reino Unido. Este valor é expectável, pois é uma direta reflexão do PIB. Como tal, dos quatro países, Portugal tem o menor valor de PIB e, consequentemente, o menor valor de RDBN, o que aponta para uma menor quantidade de riqueza produzida e menos meios financeiros disponíveis para o consumo ou a poupança.

Assim damos a perceber que as diferenças principais de Portugal face aos restantes países são o tipo de Estado Social que temos, que se distingue dos restantes países por ser mais recente, e devido a influências históricas, com mais atrasos, bem como os meios de poupança e a riqueza gerada.

### **3.3.1 Tendências de Consumo**

Nos capítulos acima analisamos a vertente macroeconómica de cada um dos países, de modo a perceber a diferença entre Portugal e os países onde já foi implementado ou testado o RBI. No entanto, neste capítulo abordamos aquela que é a questão mais pertinente, de que modo é que os portugueses gastariam este rendimento? Analisar as escolhas dos consumidores é importante visto que o indivíduo procura a felicidade máxima nas suas escolhas, mesmo que, estas compras ou este consumo seja, apenas temporário. Porém a questão que se levanta é relativa à justiça social, porque o RBI será dado a toda a população, e parte desta, poderá não fazer as melhores escolhas, por exemplo: é fundamental gastar dinheiro em educação ou cultura, visto que longo prazo traz retorno para o país, porém o indivíduo pode achar que a melhor aplicação do dinheiro em bens supérfluos, e este irá gastar conforme aquilo que trouxe a felicidade máxima. E esta escolha de consumo pode levar a que os restantes beneficiários sejam prejudicados.

Alguns autores apontaram que esta era uma das maiores falhas do RBI, dar dinheiro aos pobres e eles não o saberem gastar devidamente. O autor Roberto Merrill salienta a questão das escolhas, indicando que “O problema das más escolhas é muitas vezes aludido quando se fala do RBI. A ideia é a de que, ao dar dinheiro indiscriminada e incondicionalmente a todos, muitas pessoas, ou pelo

---

<sup>27</sup> RLE- Rendimentos Primários Líquidos do Exterior, consistem nos rendimentos de propriedade, como rendas, juros e lucros e remuneração de trabalho recebidos do Resto do Mundo

<sup>28</sup> Transferências Corrente Líquidas do Exterior = Transferências recebidas do resto do mundo - as Transferências a pagar ao resto do mundo

menos algumas pessoas, poderiam usar esse dinheiro para fazer escolhas menos felizes como, por exemplo, gastá-lo em drogas, álcool, jogo ou frivolidades”(Merrill et al, 2018, p.51).

A lógica exposta pelo autor seria: Dos dois indivíduos que recebem o RBI, o indivíduo pobre não vai investir na educação ou cultura, irá comprar bens supérfluos e desnecessários, por oposição o indivíduo rico investe na cultura e na educação, elevando aquele que é o seu *status* social: “Os pobres não conseguem gerir dinheiro. Esta parece ser a opinião geral, quase um lugar-comum. Ora, se soubessem gerir dinheiro, como poderiam ser pobres? Partimos do princípio de que o gastam em comida de plástico e refrigerantes, em vez de fruta fresca e livros. Logo, para “ajudar”, inventamos um miríade de habilidosos programas de assistência, com resmas de papelada, sistemas de registo e um batalhão de inspetores, todos girando em torno do princípio bíblico de que “quem não quiser trabalhar, não tem direito de comer” (2ª Epístola aos Tessalonicenses 3, 10). Nos últimos anos, a assistência social tem-se ancorado cada vez mais no emprego, exigindo-se que os destinatários se candidatem a empregos, se inscrevem em programas de reinserção laboral e falam trabalho “voluntário” obrigatório. Divulgados como uma transferência “do poder do Estado para o poder do indivíduo”, a mensagem subjacente é clara: o dinheiro de graça torna as pessoas preguiçosas.”(Bregman, 2018, p.33)

Esta questão é difícil de analisar sem um estudo concreto do RBI em Portugal, isto porque é impossível adivinhar ou prever as escolhas dos 10 milhões de portugueses e, ao mesmo tempo, é impossível generalizar estas escolhas, afirmando que todos os pobres gastariam da mesma maneira. Como tal, o nosso objetivo é analisar o panorama de consumo português, e perceber em que bens estão os portugueses a gastar o seu dinheiro.

Tabela 8-Despesas de consumo final dos agregados domésticos: por tipo de bens e serviços

(euro-milhões)

Grupos/Países	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas		Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos		Vestuário e calçado		Lazer, recreação e cultura		Restaurantes e hotéis	
	1995	2018	1995	2018	1995	2018	1995	2018	1995	2018
FI	7 718,9	13 627,0	3 099,6	5 528,0	2 310,2	4 839,0	5 298,4	12 021,0	3 523,6	7 889,0
PT	10 972,1	22 960,9	2 134,4	4 474,1	4 164,2	8 419,3	4 496,9	7 916,7	6 301,4	19 027,0
SE	13 475,9	25 547,3	4 513,1	6 986,0	4 250,6	8 530,4	9 803,9	22 544,8	4 953,2	14 399,9
UK	59 538,6	118 600,4	32 082,9	50 129,4	32 043,1	75 911,9	60 116,6	164 158,9	62 000,0	146 253,6

Fonte: Pordata

[https://www.pordata.pt/Europa/Despesas+de+consumo+final+das+fam%C3%ADlias+total+e++por+tipo+de+bens+e+servi%C3%A7os+\(Euro\)-1519](https://www.pordata.pt/Europa/Despesas+de+consumo+final+das+fam%C3%ADlias+total+e++por+tipo+de+bens+e+servi%C3%A7os+(Euro)-1519) (consultado a 21-06-2020)

A tabela acima mostra o consumo feito em cinco áreas, estas foram escolhidas visto que são áreas mais generalistas de consumo. A tabela apresentada no PORDATA aponta outras áreas, como a

educação ou a saúde, porém estas áreas são difíceis de analisar porque podem ser provenientes de um consumo privado ou público, levando a uma outra questão importante, que é a predisposição para o consumo. Há famílias que podem estar predispostas a gastar dinheiro no ensino privado ou na saúde num hospital privado, isto porque têm meios financeiros para o fazer ou pela simples vontade de o fazer. Ao entrarmos neste campo tornar-se-ia complicado perceber se estas escolhas são premeditadas e feitas com consciência. Como tal, a tabela acima mostra o tipo de consumo que é feito pela população portuguesa, podemos concluir que o consumo em certas áreas é maior, quando comparado com os outros países europeus. Porém convém ter em conta o numero total da população residente em cada um dos países:

Tabela 9- População Residente

Grupos/Países	População Residente
	2019
Finlândia	5 521 606
Portugal	10 286 263
Suécia	10 278 887
Reino Unido	Pro 66 836 327

Fonte: Pordata

<https://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+m%C3%A9dia+anual-1951>  
(consultado a 21-11-2020)

A comparação de consumo deve ser feita com a Suécia visto que a população total se aproxima da população total portuguesa, com apenas uma diferença de cerca de 7 376 pessoas.

Como tal, as famílias portuguesas têm um consumo alto no que toca aos Restaurantes e Hotéis, sobretudo quando comparamos os salários médios líquidos: o salário médio na Finlândia é de 2423,91€ e em Portugal é de 860€<sup>29</sup>. Adicionalmente, para afirmarmos que o consumo é maior é necessário perceber se os preços serão muitos diferentes, isto porque o consumo feito pode ser uma consequência, ou seja, as famílias suecas podem não gastar muito em restaurantes porque o preço de refeição aqui é mais barato do que lá. Assim sendo:

<sup>29</sup> Valor consultado em:

<https://pt.preciosmundi.com/comparar?country=portugal&vsCountry=finlandia&category=preco-esporte-recreacao&currency=EUR>

Tabela 10- Tabela de Preços comparativos entre Suécia e Portugal referente à área da Restauração

Produto	Suécia	Portugal
Água (garrafa 330 ml)	1,67€	0,93€
Coca-Cola / Pepsi (garrafa 330 ml)	1,95€	1,28€
Cappuccino	3,61€	1,37€
Cerveja importada (garrafa 330 ml)	6,35€	1,94€
Cerveja nacional (0,5 litros)	6,55€	1,94€
Menu McDonalds, Burger King ou similares	7,82€	5,82€
Almoço para dois em um restaurante (dois pratos principais e sobremesa)	63,53€	29,1€
Comida em um restaurante barato	9,78€	7,76€

Fonte:

<https://pt.preciosmundi.com/comparar?country=suecia&vsCountry=portugal&category=preco-restaurantes&currency=EUR> (consultado a 21-06-2020)

A diferença entre valores é alta em alguns bens, como uma garrafa de água de 330 ml e um almoço para dois num restaurante, neste ultimo serviço a diferença é de 34,43€, o que têm impacto no rendimento disponível de uma família. Porém, a diferença entre um menu McDonalds é apenas de 2€ e o mesmo acontece com uma refeição num restaurante barato. Claro que neste ponto voltamos à questão inicial, é difícil perceber se as famílias portuguesas gastam mais num restaurante normal ou num franchising como o McDonalds. Porém, a realidade é que o valor de consumo das famílias portuguesas em restaurantes e hotéis é substancialmente mais alto do que na Suécia, sendo que este serviço não é essencial ao bem-estar do individuo, as famílias portuguesas podem optar por ir ao supermercado e cozinhar as refeições em casa. Como tal, dado em conta os valores obtidos dos bens/serviços em cada um dos países e a população em causa, temos que concluir que as famílias portuguesas gastam mais do que as famílias suecas na área da restauração.

Outro valor a salientar é o consumo de Lazer, Recreação e Cultura, que inclui cinemas, museus e teatros. As famílias portuguesas quase não consomem cultura face aos restantes países europeus, a taxa de consumo entre os três países europeus e Portugal é de quase metade comparativamente à Suécia e é ainda mais pequena quando comparada à Finlândia, que tem metade da nossa população. Em relação aos preços, a diferença entre um bilhete de cinema em Portugal é metade face ao valor na Suécia.

Tabela 11- Tabela de Preços Comparativos entre a Suécia e Portugal relativamente a 1 Bilhete de Cinema

Produto	Suécia	Portugal
Filmes(entrada/bilhete)	12,71€	6,79€

Fonte:

<https://pt.preciosmundi.com/comparar?country=portugal&vsCountry=finlandia&category=preco-esporte-recreacao&currency=EUR> (consultado a 21-06-2020)

O valor da Cultura e Lazer é fundamental porque acaba por ser outra área de retorno para o Estado, ao construirmos uma sociedade que investe na cultura, estamos perante uma sociedade com mais educação, não só a educação obrigatória e fundamental, mas mais abrangente.

Relativamente aos restantes valores apresentados na *Tabela 8-Despesas de consumo final dos agregados domésticos: por tipo de bens e serviços*, Portugal consome quase tanto como na Suécia o que é normal relativamente a população existente em cada um dos países. Porém convém salientar que as famílias portuguesas não têm um salário médio comparativo ao salário médio sueco, portanto em alguns áreas como o Vestuário e Calçado são demasiado próximas em termos de consumo das famílias, se o salário médio de uma família portuguesa se situa nos 860€ e o de uma família sueca se situa nos 2423,91 a diferença de consumo numa área entre elas não pode ser apenas de 111,1€.

A par dos dados de consumo, é essencial analisar a Taxa de Poupança das famílias portuguesas, este dado é fundamental para perceber se ao ser dado um rendimento ao agregado familiar estes seriam capazes de fazer uma gestão saudável do dinheiro, criando uma pequena poupança.

Como podemos ver pelo gráfico abaixo o nível bruto de poupança das famílias portuguesas tem vindo a descer, neste caso o rendimento disponível bruto representa o rendimento que fica à disposição das famílias portuguesas depois de pagos os impostos diretos e as obrigações sociais e depois de recebidas as ajudas sociais, caso existam (subsídios, abonos, entre outros). Pela tabela concluímos que as despesas de consumo das famílias têm vindo a aumentar substancialmente ao longo dos anos, porém a poupança bruta mantém valores similares, sendo que atinge o valor máximo em 2009. A realidade é que a poupança e o consumo das famílias dependem diretamente da situação económica do Estado, tendencialmente durante uma crise há um aumento de impostos, o que dificulta a poupança das famílias visto que o rendimento disponível bruto será menor, há uma diminuição do orçamento familiar. “No caso das famílias, a poupança é a diferença entre o seu rendimento disponível e a sua despesa de consumo final. Esta definição pode chocar com algumas ideias acerca do que deve ser considerado poupança. Por exemplo, a despesa de consumo final inclui as despesas em educação e com a aquisição de bens duráveis (e.g., automóveis, eletrodomésticos, mobiliário doméstico). No caso dos bens duráveis, que são contabilizados na íntegra no ano da aquisição, as famílias usufruem dos seus serviços ao longo de vários anos. Neste sentido, não estão muito longe de bens de investimento, pelo que se poderia pensar em não os



considerar, na totalidade, como consumo no ano em que são adquiridos” (Alexandre, Aguiar-Conraria, Bação, & Portela, 2011, p.60).

Tabela 12- Poupança das Famílias Portuguesas

(euro – milhões)

Anos	Rendimento disponível bruto			
	Total	Despesas de consumo das famílias residentes	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias em fundos de pensões	Poupança bruta
1995	65 385,5	56 195,3	476,8	9 667,0
1996	68 671,8	59 790,7	547,4	9 428,5
1997	72 926,5	63 747,1	517,7	9 697,1
1998	79 452,6	68 468,0	560,1	11 544,7
1999	84 748,4	73 916,7	477,6	11 309,2
2000	90 001,1	79 378,0	552,6	11 175,7
2001	94 521,9	83 016,8	499,4	12 004,5
2002	99 168,3	86 979,1	523,3	12 712,5
2003	102 300,4	89 810,0	663,0	13 153,5
2004	105 541,4	94 264,6	574,4	11 851,1
2005	110 182,9	99 462,1	543,0	11 263,9
2006	113 882,2	104 572,8	551,2	9 860,6
2007	119 304,3	110 696,0	475,2	9 083,5
2008	124 055,0	115 305,4	312,7	9 062,3
2009	124 682,1	110 347,1	461,8	14 796,8
2010	126 774,3	115 148,2	651,8	12 277,9
2011	123 727,9	112 678,1	-166,4	10 883,4
2012	120 629,0	108 463,8	160,2	12 325,4
2013	119 413,6	108 121,1	321,7	11 614,1
2014	118 811,6	110 947,5	373,7	8 237,8
2015	122 866,9	114 153,8	20,0	8 733,1
2016	127 491,7	118 273,5	-122,3	9 095,9
2017	131 562,5	122 556,2	-65,4	8 940,8
2018	Pro 137 584,7	Pro 127 793,9	Pro -83,7	Pro 9 707,2

Fonte: Pordata

[https://www.pordata.pt/Portugal/Poupan%C3%A7a+das+fam%C3%ADlias+\(base+2016\)-2323](https://www.pordata.pt/Portugal/Poupan%C3%A7a+das+fam%C3%ADlias+(base+2016)-2323)

(consultado a 09-10-2020)

Relativamente às poupanças das famílias portuguesas acredito que a melhor maneira de descrever a situação volátil que vimos na Tabela 12 é a indicada pelos autores Fernando Alexandre, Luís Aguiar-Conraria, Pedro Bação e Miguel Portela: “A evolução da poupança das famílias neste período é indissociável das transformações que o país sofreu. Assim, para o decréscimo da poupança das famílias contribuíram o desenvolvimento do sistema financeiro, que facilitou o acesso ao crédito a

taxas de juro mais baixas, a participação de Portugal no processo de integração Europeia, que sustentou a expansão da atividade económica e a formação de expectativas muito otimistas quanto ao nível de vida dos portugueses, e o desenvolvimento do Estado social.”(Alexandre, Aguiar-Conraria, Bação, & Portela, 2011, p.93).

Assim concluímos que, comparativamente aos países onde o RBI foi estudo de implementação, Portugal tem um PIB e PIB *per capita* mais baixo e as nossas famílias tem altas taxas de consumo, sobretudo em áreas que podem consideradas supérfluas e por oposição áreas com a cultura são negligenciadas e falham em investimento, a acrescentar a esta conjuntura as taxas de poupança das nossas famílias estão diretamente dependentes da nossa situação financeira, que é caracterizada como frágil, as famílias portuguesas tem vindo a poupar menos devido a fatores internos e externos. Todos estes fatores corroboram a descrição dada pelo autor Filipe Silva relativamente ao nosso Estado Social. Sendo este recente, fraco e atravessando dificuldades no financiamento de pensões, como é que este rendimento poderia ser financiado dado em conta aquele que é o nosso contexto? O próximo capítulo reflete nesta questão, analisando duas perspetivas diferentes sobre como implementar o RBI, bem como a opinião geral de algumas figuras sobre a implementação do RBI.

## 3.4 Micro Projeto do Modelo de Implementação do RBI em Portugal

Uma das questões mais colocadas quanto a aplicação do RBI é o valor que seria dado mensalmente a cada cidadão português? Toda a população iria receber o RBI? E depois da atribuição deste rendimento todas as prestações sociais manter-se-iam?

Este capítulo, em conjunto com o capítulo 3.5 pretendem perceber como é visto o RBI para a sociedade portuguesa, primeiramente, abordando dois possíveis modelos de implementação do RBI e posteriormente percebendo qual a conceção social do mesmo, isto será feito através da análise de entrevistas e análise do modelo exposto pelo autor Pedro Teixeira.

O jornal online da Universidade do Minho realizou uma entrevista com um dos seus professores, o Professor de Filosofia Moral e Política do Instituto de Letras e Ciências Humanas, Roberto Merrill. Roberto Merrill é um dos principais porta-vozes do movimento do RBI em Portugal e autor do livro “Rendimento Básico Incondicional: Uma Defesa da Liberdade”, utilizado como referência bibliográfica várias vezes ao longo da dissertação.

Desta entrevista surgiram duas perguntas fundamentais e que ajudam bastante à projeção de um micro modelo do RBI aplicado em Portugal:

- 1- “Que proposta está a ser discutida para o contexto português? Esta medida seria financeiramente sustentável num Estado como o nosso?

Pagar um RBI de 450 euros a 30% dos portugueses que recebem até 700 euros por mês implica uma despesa de 17.5 mil milhões de euros. Não é de todo utópica, é perfeitamente realizável. Adotar-se-ia um modelo de financiamento redistributivo, com um rendimento que corresponderia a metade do que é necessário para viver dignamente em Portugal. Teoricamente o limiar da pobreza está em 440 euros por mês. O objetivo seria avaliar os efeitos da medida, ver se gera riqueza e autoemprego e se ajuda a reduzir a pobreza. Se tudo funcionar de forma positiva aumenta-se a quantia inicial, se for possível. Há académicos que propõem um ponto de vista mais gradualista (por exemplo, começar com 200 euros por mês), como o filósofo belga Philippe Van Parijs, e outros mais radicais que acham que é melhor colocar tudo em prática de uma vez.”

- 2- “E as prestações sociais manter-se-iam?

Imaginemos que começamos a receber 200 euros por mês. As prestações com valores abaixo desse montante são absorvidos pelo RBI. Os apoios com quantias superiores aos do RBI não serão eliminados num modelo de Estado Social progressista, porque o objetivo é fazer do RBI o século e as outras ajudas serem adicionadas a esse montante. Claro que com um modelo de direita as pessoas podem vir a receber um RBI generoso, mas ficam sem acesso à saúde, à educação, entre outros. Poderíamos ter esse debate em Portugal se os partidos políticos comessem a refletir mais seriamente sobre o assunto. É isso que estamos a tentar provocar e recentemente um conselheiro do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, disse-nos que os portugueses estavam a perder o comboio do futuro se não se interessassem pelo RBI.”

Para além do autor Roberto Merrill, o autor Pedro Teixeira aborda esta temática quando idealiza um financiamento do RBI em Portugal, sendo que o coloca em contraste com o Modelo do Reino Unido e o da Finlândia. Previamente à introdução dos modelos, o autor deixa definidos os critérios para implementação do RBI (*Anexo I*). A primeira questão colocada é relativa às funções do Estado, se estas diminuem ou não, aquando da aplicação do RBI, esta ideia foi abordada em modelos anteriormente vistos, entre os quais, o da Suécia. *“Na definição da estrutura de financiamento, independentemente de critérios de justiça e eficiência, deve colocar-se uma questão essencial: o que pretendem os defensores do RBI em relação às atuais despesas (e funções associadas) do Estado? Elucidemos um pouco esta questão com recurso a estimativas feitas a partir de números simples, que nos dão sempre um bom ponto de partida: um RBI de 1000€ mensais, considerando 12 pagamentos anuais, e distribuídos à totalidade da população residente em Portugal, representaria, no ano de 2011 (um montante total de cerca de 126 mil milhões de euros (74% do PIB português e 173% da despesa do OE). Um RBI de 420€ mensais, por sua vez, exigiria um financiamento total de 53,2 mil milhões de euros (31% do PIB português e 73% da despesa do OE). Mesmo um RBI de 200€ mensais - manifestamente aquém do nível suficiente para cobrir as necessidades básicas de vida em Portugal - requer um financiamento de cerca de 25,3 mil milhões de euros.”* (Teixeira, 2019, p.480).

*“Assumamos como premissa deste artigo a recusa de uma estrutura de financiamento que contemple a diminuição das funções do Estado – opção que afastará imediatamente os proponentes do RBI que anseiam pela expansão da atividade privada, dita espontânea, cooperativa e social à custa da diminuição da esfera económica sob a alçada do Estado. Consideremos então duas propostas de financiamento que não contemple a reafecção da despesa do OE e que, pese embora acarrete ela própria uma problemática redistribuição de rendimentos, cuja discussão plena não podemos apresentar aqui, permite obter uma boa medida da sua exequibilidade: num primeiro cenário, correspondente ao mais modesto dos apresentados acima, seria criado um RBI de 200€ mensais; de acordo com a segunda proposta seria introduzido um RBI de 420€ mensais, que em 2011 equivalia ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS), usado pelo Estado para o cálculo de diversos apoios e prestações.”*(Teixeira, 2019, p.481-482).

Este cálculo é feito através de um valor de RBI definido (200 ou 400€) que é contrastado com as prestações existentes atualmente, atribuídas pela SS e pela CGA, o autor indica que isto pode ser feito com a substituição integral ou parcial das prestações sociais.

Assim sendo, dos 84,5 mil milhões que foram declarados para apuramento do IRS, 20,8 mil milhões são relativos a pensões levando a que 63,7 mil milhões, devemos salientar que o objetivo do autor não é impactar o Orçamento do Estado, mas sim aumentar a coleta de impostos adicional, portanto respondendo à primeira questão, como seria financiado o RBI? Através da coleta de impostos. *“Recorde-se ainda que, assumido o objetivo de não desviar fundos do OE, apenas a coleta de impostos adicional arrecadada com a alteração das regras do IRS poderia ser utilizada para o financiamento do RBI. Teríamos, portanto, de aumentar o IRS líquido em cerca de 16 mil milhões*

de euros, para um RBI de 200€, e em 37,3 mil milhões de euros, para um RBI de 420€, a partir de uma base fiscal significativamente menor, que corresponde essencialmente a rendimentos do trabalho dependente. Ou seja, o IRS líquido total teria de atingir num caso 24,4 mil milhões de euros (28% do rendimento total declarado, incluindo pensões) e noutro 45,7 mil milhões de euros (54% do rendimento total).” (Teixeira, 2019, p.489).

Assim o autor expõe as dificuldades de financiamento do RBI, apontando “a manutenção dos incentivos para se permanecer no mercado de trabalho”(Teixeira, 2019, p.490), bem como, a dificuldade no valor encontrado, se com um valor de 420€ é difícil subsistir em Portugal, com 200€ torna-se impossível. Outra dificuldade apontada é a desigualdade de coleta, sobretudo pela diferenciação de escalões, tendencialmente são os escalões (*Anexo K*) mais altos que conseguem suportar a coleta necessária de IRS “as classes médias, que obtêm os seus rendimentos essencialmente do trabalho dependente, serão proporcionalmente mais prejudicadas do que as camadas mais ricas, que já suportam taxas efetivas relativamente elevados.” (Teixeira, 2019, pp.492)

O autor propõe a implantação de 3 escalões, dividindo os agregados (1%, 10% com maiores rendimentos e os restantes 90%), implementando-se taxas marginais progressivas, assim seria possível financiar um RBI. O autor conclui também que implementar uma taxa única de IRS pode suprimir a classe média e aponta que obter o RBI através do IRS não é uma opção “*Apesar da aparente dificuldade em financeira um RBI sem afetar sobremaneira os escalões intermédios, e tendo em conta que seria no mínimo pouco prudente multiplicar a coleta total de IRS por um fator de 2 ou 3, devemos genericamente rejeitar propostas de RBI para Portugal que obtenham a maior parte do financiamento através do imposto sobre o rendimento e, particularmente, que proponham um única taxa marginal proporcional*”(Teixeira, 2019, p.495).

O autor finaliza o estudo concluindo que a implementação do RBI depende do contexto económico e social do país e que o principal desafio é financiar este rendimento, sobretudo financia-lo de modo permanente e estável, “*O desafio verdadeiramente presente no financiamento de um RBI consiste enfim na procura de um método, ou um conjunto de métodos, que garanta que o RBI é potencialmente estável ao longo do tempo, o que inevitavelmente passará por assegurar que as pessoas cumprirão com o que lhes é pedido. Como não podemos assegurar esse cumprimento a priori, uma proposta responsável de RBI deverá incluir fontes de financiamento exequíveis (não só do ponto de vista prático, mas especialmente segundo critérios de justiça social e respeitando direitos legitimamente adquiridos) mas deverá, acima de tudo, consistir na promessa, consagrada enquanto direito abstrato com vista a uma realização concreta, de um rendimento básico universal, e não enquanto mera prestação social ou acréscimo absolutamente independente de outras formas de rendimento*”(Teixeira, 2019, p.501).

Os valores apontados tanto por (Merrill, 2018) como por (Teixeira, 2019) rondam os 200€-400€, dependendo sempre dos rendimentos que são eliminados ou não. Assim, já temos um valor específico para poder comparar com os restantes países europeus. Na Finlândia o valor ronda os 1000-800€, na Suécia o valor apresentado é de 900€ e no Reino Unido pode ser de 600€,

dependendo dos subsídios eliminados. Como tal o valor que os autores propõem enquadra-se dentro do contexto português, sobretudo tendo em conta valores como *PIB per capita* que foram apresentados acima.

A questão que se coloca para análise prévia numa futura implementação do RBI em Portugal é: Um valor entre 200-400€ permite o bem-estar e confortabilidade que o RBI visa? A resposta imediata é não, e para isto basta pegar no valor do salário mínimo, que ronda os 600€. Por vezes o valor do salário mínimo é insuficiente, portanto apontar um rendimento para toda a população, inclusive pensionistas, no valor de 200-400€ tornar-se-ia insuficiente para as famílias portuguesas, talvez suficiente para sobrevivência mas insuficiente para o bem-estar.

Assim, teríamos que quebrar um dos princípios do RBI, do mesmo modo que os países europeus o fizeram. O modelo Finlandês não visa toda a população, bem como o modelo do Reino Unido e a Suécia aponta que o valor dado seria insuficiente dado em conta o nível de vida do país, ou seja nunca assegurariam um alto nível de vida.

Isto leva à conclusão que alguns dos princípios do RBI não poderão ser cumpridos na implementação do mesmo, entre os quais, a universalidade: o ideal para a implementação do RBI é manter as pensões com o sistema atual, caso contrário iremos criar uma *gap* grande no sistema de pensões, e em termos de justiça social levanta-se a questão do esforço-rendimento, ou seja trabalhando 30 anos seguidos com descontos num salário de 2500€ levará a um valor de pensão superior a 400€, portanto esta ideia de igualizar as pensões é do meu ponto de vista uma utopia. Por acréscimo, a incondicionalidade também não seria respeitada. Assim, reforço a ideia de um estudo por parte da SS Portuguesa para uma possível implementação do RBI.

### 3.5 Perceção Social e Política do RBI

O objetivo final deste capítulo era obter uma perspetiva social perante a implantação do RBI. Como podemos ver nos estudos expostos no subcapítulo 3.2, a opinião da população tem um peso grande nesta temática, sobretudo pelo contraste “esforço-rendimento”, a noção de que o rendimento não implicaria trabalho ou esforço para ser obtido pode levantar grandes questões éticas. Como tal, através da análise de meios de comunicação social podemos obter uma mancha daquilo que é a opinião da população perante o rendimento. Este tópico tem sido foco constante de comunicação e escrutínio, sobretudo após a primeira análise do impacto do vírus Covid-19 em Portugal. Com os casos de *lay-off*, os despedimentos e os contratos precários a aumentar, vários líderes mundiais estão a considerar a sua implementação, nem que seja de modo temporário. O objectivo é extrairmos algumas conclusões das sete entrevistas escolhidas.

A primeira opinião que temos é de Pedro Rodrigues, deputado do PSD. O deputado Pedro expôs a sua opinião no jornal “Observador”, onde indica que “parece-me adequada a discussão do Rendimento Básico Incondicional como um instrumento potencialmente promotor da liberdade individual, da capacitação e autonomização dos indivíduos e da coesão social”. O título da notícia é apresentado como **“6º Desafio Portugal pós-Covid-19: Uma Nova Geração de Políticas Sociais”**, este título denota a preocupação pós Covid-19 que todos os deputados tiveram, e mais uma vez, apesar do deputado em causa ser do PSD não lhe é indiferente a questão do RBI ou de novas políticas sociais. O autor aborda ao longo do texto momentos em que o Estado se foi adaptando a novas realidades, comparando mesmo com os tempos pós II Guerra Mundial, “Do mesmo modo, que na sequência da II Guerra Mundial as lideranças políticas europeias foram capazes de redefinir a natureza, os fundamentos e os instrumentos de intervenção social e de apoio aos setores mais vulneráveis, fundando as sólidas bases em que ainda hoje assenta o Estado Social, também hoje se reclama uma refundação do modelo de proteção social.”. Esta nova geração de políticas sociais é fundamental não só para a sobrevivência do Estado, mas também para que os extremismos políticos de esquerda e direita não ganhem ênfase. “Os populismos, (de esquerda e de direita), alimentam-se das desigualdades sociais. O eventual reforço das desigualdades por força da crise, significaria a falência das políticas moderadas e um retrocesso civilizacional.”

O autor compara a primeira geração de políticas sociais com a segunda, indicando que a primeira, na qual incluímos o RSI, baseiam-se em políticas sociais de assistência apenas aos mais fracos e condicionais, e dado que a aplicabilidade destas não foi bem-sucedida acabamos por ter que reinventar nas políticas de segunda geração “ Combater as desigualdades sociais, lutar para que os indivíduos e as famílias possam realizar os seus projetos de vida e alcançar bem-estar social, significa não só cumprir os valores civilizacionais da nossa comunidade, mas também afirmar a democracia como o sistema político adequado à salvaguarda da nossa liberdade e da nossa realização social e política. Todavia, os modelos sociais assistencialistas em que se multiplicam prestações sem coerência, em que a burocracia do sistema consome recursos necessários para as políticas de coesão, em que as perversidades dos modelos de prova de rendimento afastam

demasiados cidadãos do mercado de trabalho e em que o estigma social é crescente, esgotaram a sua utilidade.”. A segunda geração de políticas sociais, seria incondicional e universal, de modo a que possamos garantir o bem-estar de todos os indivíduos e não só de alguns, e esta segunda geração aplica-se tal como no fim da II guerra mundial, em momentos de urgência e de extrema necessidade, de acordo com o autor, é nestes momentos que temos que revirar as nossas políticas sociais. O RBI faz sentido para o autor sobretudo pelo estigma que há nas prestações sociais, ao ser universal, não teríamos apenas uma parte da população que sobrevive com aquele rendimento, levando a que os mais fortes economicamente se imponham e apontem o dedo aos mais necessitados, porém, este vê as desvantagens na sua aplicação, sobretudo quanto ao financiamento.

O próprio autor dá inclusive a sua versão de uma possível aplicação em Portugal “O RBI funcionaria, nesses casos, como um empréstimo do Estado aos cidadãos uma vez que na liquidação do IRS muitos dos contribuintes devolveriam parte ou a totalidade do valor recebido. Na verdade, é justamente o que atualmente acontece de modo inverso. Através da retenção na fonte em sede de IRS uma grande percentagem de cidadãos financia o Estado que consolida os acertos financeiros com os contribuintes na nota de liquidação de IRS. Com o RBI o sistema manteria a mesma filosofia, invertendo-se. Relativamente ao alegado elevado financiamento de uma medida desta natureza, vários estudos têm apontado que a implementação de tal medida em Portugal, poderia significar em valores líquidos algo como 1,6%-1,8% do PIB. Ora, de acordo com a PORDATA em 2017 a despesa com subsídios e apoio social em percentagem do PIB representou em Portugal cerca de 15%”.

O autor finaliza apontando que o RBI não é uma solução que possa ser vista como permanente em Portugal e que não pode ser implementada sem uma profunda análise prévia, de todo o modo este aponta que é fundamental analisar a sua aplicabilidade e impacto, “Não ignorando as dificuldades e desafios que a sua aplicação e implementação implicariam, mas não esquecendo o seu potencial”.

A segunda notícia encontrada neste âmbito é da redação escrita da Rádio Renascente que indica que o Partido Livre propõe um Rendimento Básico Incondicional de Emergência. Este indicou que “A petição, com mais de 5.000 assinaturas, foi entregue por via digital e acompanhada de um pedido de reunião da direção do Livre com o primeiro-ministro, António Costa, e a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, indicou o partido em comunicado.”

Esta petição vem acompanhada de uma justificação, que aponta que “Para combater a pandemia, os governos mandaram para casa 4,5 mil milhões de pessoas (mais de metade da população do planeta), encerraram o comércio não essencial e reduziram drasticamente o tráfego aéreo, paralisando setores inteiros da economia mundial. O “Grande Confinamento”, que está a ser aos poucos aliviado em vários países, levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a fazer previsões sem precedentes nos seus quase 75 anos: a economia mundial poderá cair 3% em 2020, arrastada por uma contração de 5,9% nos Estados Unidos, de 7,5% na zona euro e de 5,2% no Japão.” De acordo com o partido este rendimento seria financiado através do Banco Central Europeu, “mediante um depósito direto na conta dos cidadãos europeus ou residentes na Europa, e “permitiria garantir



que ninguém passa dificuldades durante a crise, e estimular a economia, apoiando pequenas e médias empresas e o pequeno comércio".

A terceira notícia exposta pelo Jornal de Negócios aponta que, mesmo em termos internacionais, o RBI quebra fronteiras e é visto que como essencial por alguns representantes políticos, em particular em Espanha, «"Está em debate no governo e vamos avançar no curso desta legislatura", disse a ministra da Economia espanhola Nadia Calviño, em entrevista ao La Sexta."» Contrariamente a algumas opiniões políticas Espanha vê o rendimento como algo permanente «"Apesar de a pandemia estar a acelerar a sua introdução, o Governo espanhol pretende que o RBI seja permanente e "fique para sempre como um instrumento estrutural".» Para o governo espanhol o RBI é um "instrumento que atribui dinheiro às pessoas que não têm outras fontes de rendimento, já foi testado em vários países e os resultados não foram os mais favoráveis, embora algumas conclusões tenham sido positivas. Por exemplo na Finlândia concluiu-se que o impacto no emprego foi muito limitado, mas o bem-estar das pessoas aumentou". A realidade é que, conforme analisado anteriormente o RBI aplicado à Finlândia não teve os melhores resultados, de todo o modo Espanha mantém uma perspetiva positiva sobre o RBI.

Quanto à quarta entrevista, esta faz parte de um podcast do jornal Público, P24, onde foram realizadas a duas entrevistas. A primeira entrevistada foi Catarina Neves, Doutoranda em Filosofia Social e Política na Universidade do Minho. Esta indica que há três fatores chave para implementação do RBI, o primeiro seria o fator económico, "precisamos de uma medida que consiga estancar a contração na oferta e na procura que estamos a viver, e no fundo, o RBI seria a maneira mais rápida de o fazer", a doutoranda defende que o RBI reduz a burocracia, não são necessários requerimentos ou "papelada" para obter o rendimento, é injetado dinheiro nas famílias mensalmente sem qualquer contrapartida, de todo o modo, a doutoranda defende que também são necessários apoios às empresas e até mesmo ao setor financeiro. O segundo é pelo conceito de "*safety net*" neste momento de perda de rendimento tem que haver uma rede de segurança para os trabalhadores, a doutoranda aponta que quem trabalha no setor de turismo, restauração ou desporto ou até mesmo quem está em Lay-Off está a perder rendimentos, a doutoranda acrescenta que "A Rede Europeia Anti Pobreza lançou ainda em março ou fevereiro os números de que 33% da população não consegue fazer face às despesas excecionais, isto em 2019, quando não estávamos aparente crescimento económico" novamente o objectivo é fazer com que haja uma ajuda rápida a quem está a perder rendimento neste momento. O terceiro objetivo, é a justiça social, nos últimos anos de crescimento em Portugal foram anos sustentados por baixos salários, vínculos precários contratos temporários e inseguros e foram estas pessoas que garantiram o rendimento do país, no entanto agora que são mais vulneráveis. Parece "injusto" enquanto o crescimento económico era grande usufruímos do esforço destas pessoas e agora num período de crise não garantimos uma medida que os permita sobreviver e que não sejam empurrados para a pobreza e exclusão. De seguida a doutoranda é questionada sobre a implementação e as desvantagens que poderiam surgir, sobretudo a despesa social extra que iria acarretar. Esta é consciente de que existiria um

aumento da despesa social, no entanto aponta que existe uma forma de financiar o RBI, através de uma comparticipação da EU, mencionando mesmo o conceito de Helicopter Money, conceito usado pela primeira vez por Milton Friedman. Helicopter Money baseia-se em imprimir dinheiro para injetar diretamente nas famílias, sobretudo é um modo de sustentar a economia quando esta se encontra em momento de receção extremo, a lógica é similar a “imaginar que um helicóptero passava por cima de uma cidade a atirava dinheiro para a população”. No caso português, temos uma dívida pública considerável, de todo o modo a doutoranda compara a economia atual à economia de guerra, indicando que muitos países optam por aumentar a dívida pública para não piorarem a situação social do país. Apesar de tudo a doutoranda, afirma que a aplicabilidade do RBI tem de ser uma medida progressiva e bem analisada.

A segunda entrevista deste podcast é com Luis Aguiar Conraria, professor na Universidade do Minho, Doutorado em Economia. O Dr. Luis Conraria tem uma perspetiva contrária a anterior, afirma que tem alguma simpatia pelo conceito, mas que não deverá ser implementado visto que não está bem estudado. Este indica que há potenciais problemas que podem ser levantados: o primeiro, é o dilema ético, o conceito de dar dinheiro às pessoas para que elas não façam nada, com este primeiro conceito arrasta-se um segundo: a possibilidade de diminuição do interesse em manter ou obter um emprego, visto que a população recebe um rendimento ao fim do mês, no fundo não necessitariam do emprego que têm, nem de procurar. E por fim, e o problema mais importante: o que é que o RBI substitui? Ou seja, o que é que o Estado deixa de oferecer em troca do RBI, o Dr. Luis questiona se todos os rendimentos se manteriam ou se o Estado abdicava de alguns em troca do RBI. É-lhe questionado como seria financiado o RBI? A resposta baseia-se no que foi dito anteriormente, o financiamento é automático se for substituído por todos os outros rendimentos, a despesa com todos os restantes rendimentos transfere para um só rendimento, no entanto se mantiverem os rendimentos atuais é impossível fazer o financiamento. No entanto, este aponta que alguns dos problemas que mencionou antes não fazem sentido durante a crise atual, provocada pelo Covid-19, a questão ética, por exemplo coloca-se de lado, de todo o modo levanta-se a questão do dinheiro, se Portugal tem dinheiro suficiente para financiar o rendimento, por um lado se for o BCE a imprimir e injetar dinheiro haverá uma possibilidade que se consiga financiar, se for através dos impostos torna-se mais difícil. A outra proposta que o economista considera que seria mais equilibrada é apresentada por Gregory Mankiw, professor de Harvard e economista norte-americano, que propõe dar dinheiro no imediato, para que não haja burocracia no imediato, porém uns anos depois quem pode deveria devolver o dinheiro, 1 ou 2 anos depois, portanto seria incondicional e básico, mas conseguiríamos retornar o dinheiro de quem não precisar, para o Dr. Luis Conraria esta proposta ficaria a meio entre os rendimentos condicionais como o RSI e o RBI.

Na quinta notícia publicada na coluna Dinheiro Vivo lemos a opinião de uma das figuras mais importantes nesta equação Pedro Siza Vieira, atual Ministro da Economia que em resposta à afirmação dada pela ministra espanhola afirma que “Esperamos não ter de chegar a esse ponto” “É uma medida de alguém que precisa de responder a uma grande quantidade de situações, quando

já não tem outro remédio. Felizmente, em Portugal não estamos nessa situação e espero que nunca cheguemos a ela.”

Em adição, Paulo Pedroso, sociólogo e professor no ISCTE, não hesita, “não há dinheiro para pagar o rendimento básico incondicional e as funções sociais do Estado tal como elas existem hoje. Cita Philippe Van Parijs, filósofo belga e teórico do RBI, autor de um livro em que defende que esta medida representaria cerca de “25% do PIB” para garantir um montante condigno a todos os cidadãos”

“Convém que tenhamos consciência que 25% do PIB é toda a nossa despesa social e é metade da receita do Estado. Ou aumentávamos a receita do Estado ou o RBI iria substituir um conjunto de serviços que o Estado presta”, argumenta. “Eu prefiro ter um Serviço Nacional de Saúde sem pagar do que ter um RBI para ir comprar saúde a um hospital privado”, diz o investigador, que questiona também um modelo que transforma o “trabalho numa atividade voluntária”. O sociólogo defende uma “aproximação” ao conceito, mas percebe o porquê da universalidade, não faz sentido pessoas com rendimentos médios e altos receberem o RBI. De todo o modo este aponta que « “face ao quadro extraordinário provocado pela covid-19 “tudo é possível”, Paula Pedroso também acredita que” daqui a seis meses já toda a gente se esqueceu do que está a dizer agora”. E o rendimento básico incondicional continuará no sítio de onde ainda não saiu “ Não passou da fase da utopia”»

Novamente voltamos a comprovar que a tendência política não influencia a opinião perante o RBI, na sexta entrevista, de acordo com o Jornal da Universidade do Porto- JPN (Jornalismo Porto Net), Ricardo Moreira, deputado do BE, considera a medida “insuficiente e desinteressante”. Este afirma que devemos preparar o RSI e o subsídio de desemprego para todos os que irão necessitar, visto que em Lay-Off e com aumento de despedimentos serão mais pessoas. Conforme já foi mencionado anteriormente, este aponta que ao calcularmos um RBI de 420€ acabaríamos por gastar 21% do PIB em despesas sociais, e visto que o Estado gasta entre 20% a 30% parece-lhe improvável a implementação de uma medida, “seria necessária “uma revolução social gigantesca” para mobilizar os recursos”. Acrescenta ainda que os possíveis cortes aos apoios sociais para financiar a medida são também contraproducentes. “O Estado Social é muito mais eficaz e eficiente a combater a pobreza do que só dar dinheiro. Na crise de 2008, quase 45% da população portuguesa viveria em pobreza se não fossem as prestações sociais. Reduzimos a pobreza de 45% para 18% de pobreza por causa do Estado Social, gastando 8 a 9% do PIB”, sublinha.”

Na mesma entrevista o partido Livre volta a dar a opinião sobre o RBI, Isabel Mendes Lopes revela ao JPN que o partido sempre defendeu o rendimento e considerou que deveriam ser feitos estudos sérios e até mesmo testes-piloto, neste artigo eles abordam a questão do financiamento caso se tornasse uma medida permanente, para o partido o objetivo do RBI não é substituir o Estado Social, « “O financiamento seria através da taxação da riqueza e ao fazer-se uma avaliação de alguns dos abonos que são garantidos pelo Estado e perceber quais podem ser substituídos pelo RBI, mas a ideia não é acabar com o Estado Social e dar-se o Rendimento Básico Incondicional como se fosse um cheque sem fundo, a ideia não é essa”, refere Isabel Mendes Lopes». Para o partido, alguns rendimentos seriam para manter, visto que são insubstituíveis perante o RBI.

Por fim, a sétima entrevista é com um dos maiores representantes do RBI em Portugal, Robert Merrill, que deu uma entrevista ao jornal da Universidade do Minho, “Nós”, onde lhe é colocada uma questão interessante sobre a consensualidade política do RBI e a sua resposta resume bem o objetivo deste capítulo.

“As lutas de esquerda sempre foram feitas graças a conquistas nas relações de trabalho. Se os partidos de esquerda acham que o RBI vai destruir o que ajudaram a construir, têm toda a razão em desconfiar. Que o façam à vontade, mas, por outro lado, que tentem encontrar soluções para o desemprego, a pobreza e os sindicatos cada vez mais esvaziados. À esquerda, o mais claro na sua rejeição é o ex-líder do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã, e o mais recetivo, embora um pouco reticente, é o atual ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva. A historiadora Raquel Varela, que talvez seja uma intelectual mais próxima do Partido Comunista, tem uma atitude de rejeição, mas aberta ao diálogo. É preciso estudar e debater o tema seriamente. Infelizmente, em Portugal não há uma cultura do debate informado ao nível das teorias, a classe política lê e discute pouco as grandes teorias da filosofia política...”

Não há tendência política para que os partidos de esquerda sejam a favor do RBI, o mesmo acontece com os partidos da direita. Os partidos políticos são a representação da população e ocupam os lugares de importância no parlamento conforme os votos que tem atribuídos, como tal este é um reflexo daquilo que é a opinião portuguesa: não vai haver consenso. Não irá haver uma tendência para que os apoiantes do PS, BE, PCP ou Livres apoiem o RBI, dada mesma maneira que não irá haver uma tendência para que os apoiantes do PSD ou CDS-PP refutem o RBI por completo. O assunto é complexo e ao ser apresentado à população há questões que têm de ficar bem definidas, e conforme foi feito noutros países europeus, é importante que seja feito um referendo para que os cidadãos se possam pronunciar.

### **3.5.1 Entrevista com Miguel Cardoso, Especialista nos Sistemas de Segurança Social e Deputado Municipal do PS na Assembleia Municipal de Valongo**

A entrevista realizada ao deputado Miguel Cardoso foi realizada no âmbito de ter uma perspetiva interna do funcionamento da SS e obter a perspetiva política do deputado face ao RBI. Porém, salienta-se que todas as opiniões expressas nesta entrevista são pessoais do deputado Miguel Cardoso e não são representativas do Partido Socialista ou do Instituto de Segurança Social, a entrevista foi autorizada pelo próprio conforme indicado no *Anexo L*. Este subcapítulo retratará apenas uma análise a alguns excertos da entrevista, é possível ler a entrevista na íntegra no *Anexo M*.

Esta entrevista tinha 5 questões generalistas que pretendiam refletir a opinião do deputado sobre diferentes temáticas. Primeiramente, em relação ao RSI foi dada uma perspetiva interessante e que corrobora os dados mencionados na *Tabela 2- RMG/RSI na Despesa Pública*. O deputado aponta que todo o mediatismo que é concebido à volta do RSI, é em torno de 1% do orçamento da SS, e

que este tem uma função importante de suporte para os indivíduos e as famílias quando estes já esgotaram o subsídio de desemprego. Reiterando a informação acima mencionada, o RSI é um rendimento fundamental, e que tem bastantes pontos de ligação com o RBI, adicionalmente, é o um rendimento que “sofre” um estereotipo geral sobre os seus beneficiários e a utilização do mesmo. De seguida, quando questionado qual a sua opinião sobre a medida este indica que “Eu próprio já me questionei sobre esta medida e também já participei em fóruns de discussão sobre a temática (...) Aqui em Portugal é complicado porque não havendo conhecimento de dados estamos no isotérico (...) estamos a falar numa revolução total no Sistema de Segurança Social, portanto estaríamos a falar em terminar com eventualmente todas as prestações, à exceção da pensão de velhice, a partir do momento em que estamos perante uma prestação incondicional, estaríamos sempre protegidos no âmbito da doença, no âmbito parentalidade, no âmbito desemprego, entre outros.”. Corroborando aquilo que irá ser concluído, é complicado falar sobre o RBI quando ainda não há um estudo concreto, com valores claros e definidos, apesar do autor Roberto Merrill e o autor Pedro Teixeira exporem valores concretos, seria interessante ver um estudo por parte da SS, similar ao estudo finlandês. Adicionalmente, perante a perspetiva do deputado, o único rendimento a não ser substituído seria a pensão de velhice, o que vai de encontro a algumas opiniões já expostas. Porém se o RBI fosse aplicado na sua génese poderia haver uma possibilidade de chegar mesmo a substituir a pensão de velhice, visto que este defende a universalidade como principio básico, ou seja toda a população, independentemente da idade, teria direito ao subsídio. Por outro lado, conforme vimos nos casos práticos o RBI não foi aplicado na sua génese, ou seja, houve um limite de idade, neste caso teria mesmo de se manter a pensão de velhice.

Quando questionado sobre o valor do RBI e o quão alto este teria de ser, o deputado aponta que na sua interpretação o objectivo do RBI seria fixar-se num patamar similar a uma remuneração, porém nunca a remuneração mínima visto que é insuficiente para as despesas atuais das famílias portuguesas, “acho que a ideia do RBI é um bocado essa, é fixar-se num patamar que seja muito idêntico a uma remuneração, e a ideia que eu tenho é que não será a remuneração mínima”.

Relativamente às duas questões éticas em torno do RBI: Primeiramente, se o RBI é um incentivo à ócio e à menos produção e de seguida, como encaixar o conceito de que há quem não queira trabalhar. Sobre esta ultima questão o deputado afirma que “Então, se falarmos de pessoas que querem efetivamente ter uma vida ativa, produtiva e de evolução remuneratória e progressão de carreira, temos que assumir, ponto n.º 1 que, haverá sempre gente que não se irá enquadrar no nosso modelo de sociedade, e temos como grande exemplo os sem-abrigo. Existirá sempre gente que não vai aceitar a integração pelas mais variadíssimas razões, mas entre as quais, porque simplesmente não querem, e nesse momento podemos tomar uma posição ditatorial, e a meu ver quase inconstitucional, que seria obrigá-los a ir para uma instituição até a pessoa fugir, porque à primeira hipótese ela assim o fará, ou então tem que se conviver com esta ideia que nem toda a gente vai viver tendo por base o nosso modelo de sociedade. Agora não acho correto que os restantes tenham de pagar pelos que não aderem, sendo que é uma não adesão voluntária. Portanto, porque não partir para o RBI sabendo de antemão que vão existir sempre pessoas que

lhe vão dar um mau uso. Não estou a afirmar que o façam, mas porque é que iremos prejudicar nove milhões de pessoas, por causa de outro milhão de pessoas? Não me parece uma boa ideia de partida para o RBI!”. Porém, acredito que é necessário desconstruir o pensamento grupal que temos de “esforço – rendimento”, a realidade é nem todas as pessoas irão querer trabalhar mais, e isto poderá acontecer pelos mais variados motivos, ou pela vida pessoal, ou pela fraca vida profissional, ou simplesmente porque não querem. Isto é uma noção clara que temos de ter aquando da implementação do RBI. Por outro lado, acredito que deve haver atividades recreativas para esta parte da população, de modo a que não corram o risco de se envolver em atividades ilegais, sejam instituições de voluntariado ou um desporto coletivo.

Relativamente à produção o deputado afirma que acha que seria um incentivo à produção “(...) ao contrário das pessoas que pensam que vai ser um incentivo à não produção, eu acho que seria um incentivo à produção. Isto porque, se eu trabalhar tendo o meu rendimento garantido e ainda souber que tenho mais X do Estado pode ser positivo, mas claro sempre dependendo dos perfis profissionais.”.

Quando confrontado com a afirmação do autor Filipe Silva, que aponta o nosso Estado Social como fraco, vulnerável e com influencias da igreja católica, o deputado aponta que o nosso Estado Social depende diretamente do mercado que temos, no caso de Portugal temos um país que sempre viveu de salários baixos e que depende diretamente dos mercados estrangeiros, levando a que não consiga criar um Estado Social forte. Relativamente às influencias da igreja católica este aponta que o Estado foi “fazendo um caminho de laicização” levando que a atualmente, a SS não considere apenas as ajudas pecuniárias, como concluímos no subcapítulo 1.2, mas também a integração do individuo na sociedade, a integração da mulher no mercado de trabalho e o apoio às empresas, entre outros.

Relativamente às diferenciações políticas expressas na *Tabela 5- Despesa da SS vs Partidos Político eleito*, e ao estigmatismo que existe relativamente ao partido político e às ajudas sociais o deputado aponta que a única coisa que diferencia a direita da esquerda é o posicionamento sobre o Estado: “ (...) A direita entende que o Estado deve ser o mínimo possível, e entregar a gestão ao privado de tudo que não sejam funções obrigatórias do Estado, entenda-se por funções obrigatórias a justiça, a defesa e a administração interna. Falamos, basicamente, de um Estado policial e a Esquerda tem defendido sempre, e eu particularmente defendo também, que o Estado nunca pode abdicar de três 3 pilares, a Educação, SS e a Saúde. Esses são os pilares que garantem que o cidadão tenha sempre a igualdade de acesso aos bens que necessita. Ao dar acesso à educação, é-lhe possibilitada a faculdade de poder progredir em termos culturais e educacionais, é uma escolha individual da pessoa, apesar de ser condicionada pela pobreza, porque é um fator que condiciona, mas a possibilidade está lá. Assim como o acesso à saúde, que por mais caótico que seja está criada a possibilidade. E, o próprio acesso à SS, garantindo que ninguém caia na indigência, ou seja, que ninguém fique desprotegido na sua íntegra.”. Este aponta mesmo que alguns representantes de direita falam de um plafonamento da SS “a partir de X remuneração, o cidadão pode dizer se vai para o privado ou para a SS. Esse plafonamento na prática, e a própria direita o afirma, seria só para remunerações acima de mil e tal euros, não podendo os restantes

exercer o direito de escolha, ficando, automaticamente, no Estado. Mas isto é uma falácia, quem é que é vai assegurar, por exemplo, as pensões de todo esse fosso geracional que vai criar esta mudança de sistema? Com esta mudança de sistema vai desaparecer dinheiro, impossibilitando pagar as pensões de uma determinada geração, e a direita não dá resposta a isto. E depois há uma segunda falácia, se falamos de plafonar e, portanto, retirar dinheiro do sistema como conseguiríamos gerir a despesa?”. A opinião do deputado opõe aquilo que é concluído na *Tabela 5- Despesa da SS vs Partidos Político eleito*, indicando que o investimento social é o que distingue atualmente os partidos de direita e esquerda, apesar de tudo o próprio deputado indica que há áreas que a direita não visa abdicar, por saber que são essenciais para a população e sabem o impacto político que pode ter.

Relativamente ao impacto das medidas Covid-19 e a uma possível implementação do RBI como substituto destas, o entrevistado aponta que as medidas realizadas foram adequadas à situação e concretizadas rapidamente, porém esta rapidez trouxe alguma falha nas áreas cobertas, deixando alguns setores e indivíduos desprotegidos, de todo o modo o entrevistado aponta que não seria fácil implementar o RBI numa fase tão instável como a atual, sendo que este é um rendimento que implica um estudo prévio e o sistema de proteção social atual está bastante estabilizado.

## Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação

No início desta investigação existia um completo desconhecimento acerca de muitos dos conceitos mencionados, sobretudo, a interligação entre eles. Espero que esta dissertação venha a fazer parte da crescente investigação que existe em torno do RBI, este tema deve ser posto em cima da mesa, mesmo sendo visto como uma utopia. Como tal, pretendemos retornar ao objetivo geral inicial, bem como aos quatro objetivos específicos, de modo a perceber se estes foram atingidos.

Quanto ao primeiro objetivo específico, perceber o contraste entre o Estado-Providência e o Estado Liberal, ficou claro que o Estado-Providência e o Estado Liberal opõem-se em aspetos teóricos fundamentais. No entanto foi também comprovado ao longo da dissertação, que o Estado Liberal não ignora completamente as necessidades sociais, em particular, em Portugal durante os anos de governos políticos de direita ou direita-central notou-se um constante investimento em ajudas sociais, apesar de algumas medidas inovadoras serem impostas em governos de esquerda ou esquerda-central, perante um governo de PSD ou CDS-PP nunca vemos uma destruição do Estado Social ou dos direitos pertencentes a um Estado Social.

O segundo objetivo específico está diretamente relacionado com o primeiro, no caso do Estado Português é difícil delinear um Estado Social forte, sobretudo comparando com os países nórdicos, onde existem Estados que fazem grandes investimentos económicos para garantir, não só a sobrevivência, mas o bem-estar da população. Por outro lado, Portugal é um país que investe na SS e que evoluiu bastante neste âmbito, criando cada vez mais tipos de ajudas sociais, não só para combate à pobreza, mas também relacionadas com a inserção da mulher no mercado de trabalho, o investimento em pequenos negócios, apoio às famílias portuguesas e até mesmo quanto à integração e adaptação do indivíduo na sociedade. A realidade é que o nosso SSS evoluiu bastante após a entrada na União Europeia, sobretudo devido às imposições e regras a cumprir, porém o tipo de população existente e o aumento do nível de vida levaram a que nem toda a população conseguisse enquadrar-se neste “novo Portugal”, o que nos leva ao terceiro objectivo específico, a origem da crise da SS portuguesa.

Conforme vários autores confirmaram que a origem da crise da SS baseia-se na falta de financiamento geracional, ou seja, os descontos da atual geração não suportam as pensões da próxima geração, isto é um problema porque influencia a implementação do RBI. Apesar de haver muitas maneiras de financiamento do RBI, a realidade é que todas elas partem das contribuições da população, e se neste momento não há fundos suficientes para o financiamento das pensões, mais difícil será financiar um rendimento universal e incondicional. Conforme indicado anteriormente o SSS é muito frágil e conforme a autora Raquel Varela o mencionou existe uma constante aposta em salários fracos e que não permitem “ajudar” o SSS, o mesmo é reforçado pelo deputado Miguel Cardoso que indica que “se falarmos de um ordenado de quinhentos euros, não é suficiente para pagar uma pensão de mil euros”, enquanto o mercado e os salários portugueses forem pequenos e



instáveis é impossível assegurar um SSS seguro e estável que permita uma possível implantação do RBI.

Por fim, um dos objetivos mais importantes, analisar a tipologia do consumo português. Este é um dos aspetos mais difíceis de analisar e é ao mesmo tempo aquele que pode levantar mais “revolta social”. O facto de parte da sociedade descontar para algo que todos terão direito cria revolta social, cria um sentimento de injustiça, no entanto e conforme o deputado municipal Miguel Cardoso apontou a realidade é que este vai ser sempre um ponto de partida para qualquer ação social que se tome. Partindo deste pressuposto um valor fundamental a analisar é o valor de consumo da cultura, as famílias portuguesas não investem na cultura o suficiente, desde cinema, teatro ou outros programas que tenham uma componente educativa disfarçada. Apesar deste valor implicar uma análise por classes sociais, a realidade é que o consumo para a cultura é, de modo geral, fraco e deve ser fomentado. Deste modo, caso seja atribuído o RBI, podemos contar com as famílias portuguesas para fazerem um bom uso do dinheiro, uma sociedade mais culta é uma sociedade com mais progresso, e que por sua vez pode trazer mais riqueza indireta para o Estado. É de salientar que nesta dissertação não foi concluído que os pobres ou as classes mais baixas façam más escolhas de consumo, como tal, não é possível afirmar que se atribuíssemos o rendimento, todos os pobres fossem fazer mau uso do mesmo. Acrescenta-se ainda a analogia dada pelo deputado municipal Miguel Cardoso dos atuais beneficiários do RSI, que representam uma pequena parte da população, ou seja, prejudicaríamos 10 milhões de pessoas por uma pequena percentagem. Como tal, não acredito que a não implementação do RBI possa ser justificada pelas escolhas dos beneficiários, mas sim por motivos financeiros.

Em suma, é preciso perceber as limitações do mercado estatal precisamente pela questão acima mencionada, se não houver contribuições, há mais dificuldade no pagamento de ajudas sociais, mas não só, no próprio epicentro do Estado, as contribuições são necessárias para que o mercado Estatal funcione. Ao longo desta dissertação, este é o aspeto mais importante, a noção da população portuguesa perante o imposto e aquilo que este carrega.

Antes de partir para a conclusão final acredito que esta citação do autor José Pereirinha descreve aquilo que deveria ser a mentalidade portuguesa: *“Não podemos esquecer que o Estado não existe por si. Ele existe porque existe sociedade, sociedade essa, que por sua vez elege e controla o próprio Estado. Quem dá corpo ao aparelho estatal é a sociedade, somos nós cidadãos. Por isso não podemos aceitar que por natureza o Estado é mau gestor e que o sector privado é que é bom. Se achamos que o Estado está a gerir mal, é nossa obrigação intervir e chamar o Estado à razão - a sociedade tem que se demitir do papel de filho obediente. Sabemos também que o mercado por si só também não funciona. Aliás, quem comete as fraudes fiscais, quem tem dívidas à segurança social, quem subverte o sistema legal? No limite deste raciocínio não podemos esquecer que o Estado surge como provedor de serviços à sociedade devido às incapacidades e limitações do mercado. Daí que esta fé perentória na bondade do mercado tem em si algo de irracional e ininteligível. O que se pretende significar com esta explanação é que não podemos ter só Estado ou só mercado. Ambas as formas de gestão têm aspetos positivos e aspetos negativos devendo ambas*

*coexistir. O que é necessário, é vê-las com realismo e pragmatismo.*”(Pereirinha, 2003, p.10-11). Esta conscientização social é essencial para todas as ajudas estatais existentes, não só para o RBI. Adicionalmente a esta consciência social, acredito que deve haver um investimento para a educação financeira de modo mais abrangente, não só a lógica e funcionamento do mercado, mas também a noção da responsabilidade que é pagar os impostos, perceber o porquê de os pagarmos e a noção do que é o Estado. Apesar de estes assuntos estarem no plano curricular do ensino obrigatório de alguns cursos, a realidade é que passam ao lado de muitos estudantes, isto, em soma, com os estereótipos relativos ao pagamento de impostos que são, frequentemente, preconizados pelas famílias e pela noção social existente, continuará a perpetuar-se por gerações.

Quanto à implementação do RBI no contexto português, no atual contexto de pandemia mundial, todos os sistemas de segurança social irão sofrer consequências, como tal não acredito que é este o momento ideal para considerar uma situação como esta, acredito que este rendimento, dado em conta, a importância e magnitude que tem, deve ser detalhadamente escrutinado antes da sua implementação, e devem ser considerados vários modos de financiamento. Porém, é bom ver que cada vez mais o RBI deixou de ser utópico, para ser um tópico de notícias em vários canais televisivos, rádios e jornais, sendo que as opiniões variam muito, mas o principal é haver discussão e troca de argumentos, para que possamos preparar a nossa sociedade para algo similar.

Apesar de acreditar que o debate faça sentido é de salientar que Portugal teria de adaptar o conceito do RBI, tal como muitos outros países o fizeram. Implementar o RBI na sua génese, estabelecendo um valor que permita o bem-estar não seria possível, deveríamos estabelecer alterações ao RBI, como no modelo sueco, um valor que não seja aplicável a toda a população e que permita o bem-estar, não só a sobrevivência, é difícil atingir um valor mais alto quando este valor seria aplicável a 10 milhões de habitantes, assim colocando restrições de idade tornar-se-ia mais simples obter um valor “razoável” a vida em Portugal.

Primeiramente é essencial perceber as vantagens e desvantagens da aplicação do RBI. Como concluímos previamente o RBI é bastante controverso por várias das suas características, no entanto é fundamental perceber que a realidade é que o RBI ajudaria bastante visto que traz uma implementação rápida e sem qualquer tipo de submissão de requerimentos. Adicionalmente, torna-se mais fácil a compreensão do rendimento por parte da população portuguesa aliterada. Como tal, em termos administrativos há várias vantagens na aplicação do RBI, a simplificação dos processos melhoraria significativamente, este rendimento seria atribuído diretamente sem passar por qualquer tipo de critérios, o que é uma mais-valia no combate à burocracia estatal.

Em adição, deixaria de existir um sentimento de “dependentes dos rendimentos”, ou seja, pelo contrário o RBI visa que toda a gente recebe o rendimento, fazendo com que toda a população seja igual. O conceito de justiça social, apontado pela doutoranda Catarina Neves que afirma que durante os anos de crescimento os trabalhadores de certas áreas foram aqueles que mais deram lucro ao Estado, fundamentalmente, criando riqueza para o país, seria apenas justo que agora estes mesmos trabalhadores fossem ajudados. Porém, imaginando que o vírus Covid-19 não tinha aparecido na equação, os investigadores do RBI apontam para o conceito de justiça social como igualizando toda

a população, diminuindo a sensação de estigma e preconceito que os recetores do RSI sentem, sendo comumente apelidados por “os que vivem dos rendimentos” ou “os que vivem do estado”.

Outra vantagem relacionada com a desburocratização é a unificação dos rendimentos sociais, conforme concluímos na entrevista com o deputado Miguel Cardoso, grande parte dos rendimentos seriam passíveis de desaparecer, levando a que se criasse um único rendimento.

Contrariamente, quais são os possíveis fatores de falha? Em primeiro lugar, afigura-se ser a mentalidade portuguesa, porquanto o conceito de “esforço-rendimento”(Varela, 2012) está incutido na nossa sociedade desde sempre. Como tal, absorver a ideia de que alguém não trabalha, suscitando a ideia, injusta ou justa, de não o querer fazer, recebendo por esse facto um rendimento do Estado, pode ser muito complexo, por ser um fator de discórdia social.

Aquela correlação é inegável, e em termos práticos, a partir do momento em que atribuímos um rendimento estatal este deverá vir acompanhado de uma contrapartida que vise o bem estar da sociedade, seja voluntariado, manutenção da via pública ou na companhia aos mais idosos.

A SS não necessita de obrigar à inserção através da procura ou criação de trabalho, o qual pode emergir de atividades recreativas e voluntárias. A universalidade do RBI acaba por diminuir o foco neste aspeto, mas a realidade é que para parte da população receber o rendimento, sem qualquer tipo de contrapartida, pode levar a um perpétuo círculo de não evolução pessoal e exclusão social. Com efeito, não havendo uma contrapartida de integração social, esta pode não ocorrer, contribuindo também para que não se invista no crescimento pessoal, podendo constituir mesmo um elemento dissuasor para a busca de enriquecimento em educação e cultura, capaz de projetar o indivíduo para o nível de não dependência.

É certo que esta análise não pode dissociar-se da mentalidade de cada indivíduo, mas é uma questão que se deve ter em conta previamente à implementação do RBI.

Adicionalmente, a ideia defendida por muitos autores de igualizarmos toda a população não será bem aceite, sobretudo quando se fala das pensões, conforme iremos expor à frente.

O segundo entrave é o principal da equação toda, e é aquele que responde à conclusão geral da dissertação: Portugal tem possibilidade para a implementação deste rendimento, dado em conta o contexto atual? Neste aspeto tomo por completo a opinião do Dr. Luís Aguiar Conraria, que afirma que se for através dos fundos da UE, como propõe a doutoranda Catarina Neves não haverá problema, contudo se for através da lógica de tributação que abordamos acima então pode haver conflito.

A primeira questão que envolve esta afirmação é o pagamento das pensões, ao afirmarmos a universalidade do RBI estamos automaticamente a indicar que este seja substitutivo das pensões, tornando-se então indiferente o valor que rececionamos ao fim do mês ou o tempo de trabalho total porque o valor de pensão iria ser sempre o mesmo. A meu ver, esta perspetiva não só é desvantajosa em termos de financiamento, visto que a SS teria de dispensar um valor maior para assegurar um valor razoável do RBI a toda a população, mas também em termos de justiça social, visto que o “resumo” financeiro dos nossos anos de trabalho seria sempre o mesmo, ou seja, um gestor de uma empresa, que arrecade cerca de 5000€ ao fim do mês, vai receber o mesmo que um

funcionário operário, que arrecada cerca de 800€. Independentemente do valor ou do número de anos estamos a equalizar duas realidades que não se devem equalizar, e esta comparação pode levantar grande problemas sociais.

Em relação aos fundos da UE, não podemos contar que estes sejam destinados ao estudo prévio de implementação do RBI. Porém a realidade é que estes fundos serão dados a Portugal, e poderão ser investidos num estudo de implementação do RBI realizado pela SS, um estudo similar ao realizado pela Kela, deste modo poderíamos conseguir argumentar com valores mais concretos.

Quanto aos valores analisados, comparativamente à Suécia, Portugal não tem de partida um Estado Social forte, conforme o deputado Miguel Cardoso salientou e Raquel Varela reitera, somos um país composto por pequenas e médias empresas, que desde sempre apostaram em salários baixos, e o mesmo aplica-se às grandes empresas, como tal, perante este panorama torna-se difícil criar um Estado Social forte, um estado social que possa providenciar ajudas, sobretudo quando falamos de ajudas que visam o bem-estar. Adicionalmente, em termos de PIB *per capita* e conforme indicado anteriormente, temos valores muito baixos comparativamente a países como Suécia ou Finlândia, sendo o nosso PIB *per capita* tão pequeno a quantidade de população dependente de um rendimento poderá ser mais alta, adicionalmente, as famílias portuguesas estão altamente dependentes do mercado financeiro, a quantidade de dinheiro poupado vai estar sempre diretamente dependente do estado financeiro do país.

Em relação ao financiamento devemos mencionar também outro investigador, Roberto Merrill, que aponta que o RBI para um valor de 450€, porém o investigador aponta que este não pode ser universal, atribuindo apenas a 30% dos portugueses que recebem até 700€. Ou seja, a característica principal do RBI é a universalidade, porém todos os autores acabam por a colocar em questão visto que é difícil sustentar, na Suécia e Finlândia excluem-se as crianças e os idosos, o mesmo acabaria por acontecer em Portugal.

Assim, do meu ponto de vista a implementação do RBI no contexto português é difícil, não afirmo que seja impossível, porém acredito que tenha de ser estudada previamente, através de um estudo mais delineado e prático. Acredito que o valor a implementar não poderá ser muito alto desde partida, todavia impor um valor construível será possível, ou seja, conforme o investigador Roberto Merrill indica, começar com cerca de 200€ e ir crescendo até aos 400€ ou mais. Deve-se salientar que o RBI na sua génese nunca será respeitado, pelo menos para já, acredito que ainda demorará a sair da bolha de utopia que o rodeia. Relativamente ao consumo, não é possível afirmar que a população portuguesa vá fazer mau uso do dinheiro, até porque as escolhas feitas de consumo não apontam para essa afirmação, inclusive na área de consumo de bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos Portugal é dos países que menos consome, mesmo quando comparado com a Finlândia. De todo o modo, esta questão deverá ser analisada com mais critério através de um estudo prático do RBI, visando questionar à população como gastariam este dinheiro extra do Estado.

Esta análise fica aberta a futuras linhas de investigação, à discussão e, sobretudo, à análise política. Esta deverá a ser função de todos os participantes na Administração Pública, obter o máximo de

bem-estar para os utilizadores, visando sempre uma boa gestão do dinheiro público. Acredito que esta dissertação venha potenciar a discussão destas temáticas e pensar em melhores alternativas de distribuição de rendimentos estatais contrabalançando a estabilidade e a segurança económica do país.



---

## Referências Bibliográficas

- Alexandre, F., Aguiar-Conraria, L., Bação, P., & Portela, M. (2011). *A Poupança em Portugal. Universidade Do Minho.*
- Andrade, C. A. (2001). Segurança Social e Distribuição de Rendimento, *10*, 261–296.
- Bastos, J. G. X. de. (1972). O Imposto Negativo de Rendimento. *Faculdade de Direito Da Universidade de Coimbra.*
- Bidadanure, J. U. (2019). The Political Theory of Universal Basic Income. *Annual Review of Political Science*, 22(1), 481–496. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050317-070954>
- Bregman, R. (2018). *Utopia Para Realistas*. Bertrand Editora.
- CE. (2018). *Os seus direitos de segurança social em Portugal.*
- Dinis, M. A. de V. (2008). Estado Social e Princípio da Solidariedade.
- Diogo, F. J. A. (2004). Quando o Estado e os cidadãos não se entendem- o caso de programa de inserção do Rendimento Mínimo Garantido.
- Engström, C. (2016). Basic Income a Concrete and Financed Proposal For Sweden.
- Fernandes, A., Pereira, E., & Bento, J. (2019). *Introdução à Economia*. (Edições Sílabo, Ed.) (2º Edição).
- Ferraz, A. M. da S., & Vieira, M. (2001). *Reforma do Sistema de Segurança Social em Portugal: Um Contributo Crítico.*
- Gøsta Esping-Andersen. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*.
- Goulart, N., & Camacho., C. (2014). *Sistemas de Proteção Social*. Retrieved from <https://www.cfp.pt/>
- Höfling, E. de M. (2001). Estado e Políticas (Públicas) Sociais, 30–41.
- KELA. (2016). From idea to experiment: Report on universal basic income experiment in Finland (Working Paper No. 106). *Kela–FPA Working Papers*, 106.
- Martinelli, L. (2017). The Fiscal and Distributional Implications of Alternative Universal Basic Income Schemes in the UK, (March).
- Merrill, R., Bizarro, S., Marcelo, G., & Pinto, J. (2018). *Rendimento Básico Incondicional: Uma defesa da Liberdade.*
- Nóvoas, D. (2018). Rendimento Mínimo, Básico ou Participativo: Três Caminhos para as Políticas Públicas de Combate à Pobreza, 37.
- Olli Kangas, Signe Jauhiainen, Miska Simanainen, M. Y. (2019). *The basic income experiment 2017–2018 in Finland: Preliminary results. Reports and memorandums of the ministry of social affairs and health*. Ministry of Social Affairs and Health. Retrieved from

[http://julkaisut.valtioneuvosto.fi/bitstream/handle/10024/161361/Report\\_The Basic Income Experiment 20172018 in Finland.pdf](http://julkaisut.valtioneuvosto.fi/bitstream/handle/10024/161361/Report_The%20Basic%20Income%20Experiment%2020172018%20in%20Finland.pdf)  
<http://urn.fi/URN:ISBN:978-952-00-4035-2>

Pereirinha, J. A. (2003). Economia Social e Estado-Providência.

Ribeiro, J. J. T. (1992). Reflexões sobre o Liberalismo Económico. *Boletim de Ciências Económicas*.

Rodrigues, E. V. (1999). O Estado-Providência e os processos de Exclusão Social : considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português.

Silva, F. C. da. (2013). *O Futuro do Estado Social* (Relógio D'). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Teixeira, P. (2019). Sobre o Financiamento de um RBI. *Instituto de Ciências Sociais Da Universidade de Lisboa*, 478–503.

Varela, R. (2012). *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*

### **Notícias:**

<https://jpn.up.pt/2020/04/14/covid-19-pode-o-rendimento-basico-incondicional-ajudar-a-resolver-a-crise-economica/>

<https://observador.pt/opiniao/6o-desafio-portugal-pos-covid-19-uma-nova-geracao-de-politicas-sociais/>

<https://rr.sapo.pt/2020/05/08/politica/livre-propoe-rendimento-basico-incondicional-de-emergencia/noticia/191427/>

<https://www.dinheirovivo.pt/buzz/dar-dinheiro-durante-e-depois-da-pandemia-faz-sentido-e-traz-liberdade/>

<https://www.dn.pt/dinheiro/e-se-o-estado-lhe-desse-dinheiro-era-uma-excentricidade-agora-e-uma-medida-real--12042712.html>

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/coronavirus/detalhe/espanha-vai-avancar-com-rendimento-basico-incondicional>

<https://www.publico.pt/2020/04/13/economia/opiniao/solidariedade-europeia-tempos-pandemia-defesa-rendimento-basico-incondicional-1911546>

<https://www.publico.pt/2020/04/20/economia/noticia/rendimento-basico-incondicional-faz-sentido-1912899>

<http://www.nos.uminho.pt/Article.aspx?id=2276>

### **Livros:**

Merrill, R., Bizarro, S., Marcelo, G., & Pinto, J. (2018). *Rendimento Básico Incondicional: Uma defesa da Liberdade*.

Varela, R. (2012). *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*



---

Silva, F. C. da. (2013). *O Futuro do Estado Social* (Relógio D'). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Bregman, R. (2018). *Utopia Para Realistas*. Bertrand Editora.

Fernandes, A., Pereira, E., & Bento, J. (2019). *Introdução à Economia*. (Edições Sílabo, Ed.) (2ª Edição).



---

## Anexos

### Anexo A

#### 14 Valores Compromisso da Misericórdia de Lisboa

<b>Valores Espirituais</b>	<b>Valores Corporais</b>
Ensinar os simples	Remir os cativos e visitar os presos
Dar bom conselho	Curar e assistir os doentes
Corrigir com caridade os que erram	Vestir os nus
Consolar os que sofrem	Dar de comer a quem tem fome
Perdoar os que nos ofendem	Dar de beber a quem sede
Sofrer as injúrias com paciência	Dar pousada aos peregrinos
Rezar a Deus pelos vivos e pelos mortos	Sepultar os mortos

Fonte: Site da Santa Casa Misericórdia de Lisboa

[http://www.scml.pt/pt-PT/santa\\_casa/historia/](http://www.scml.pt/pt-PT/santa_casa/historia/) (consultado a 11-12-2020)

**Anexo B****Direitos de SS em Portugal – Família**

Abono de Família para crianças e jovens
Subsídio Parental Inicial
Subsídio Parental Inicial exclusivo da mãe
Subsídio Parental Inicial exclusivo do pai
Subsídio Parental Inicial de um progenitor em caso de Impossibilidade do outro
Subsidio parental alargado
Subsídio por adoção
Subsídio por risco clinico durante a gravidez
Subsídio por deslocação a unidade hospitalar fora da ilha de residência da grávida
Subsídios por interrupção da gravidez
Subsídios por riscos específicos
Subsídio para assistência a filha (em caso de doença ou acidente)
Subsidio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica
Subsídio para a assistência a neto
Abono de família pré-natal
Bonificação de abono de família para crianças e jovens com deficiência
Subsídio por assistência de terceira pessoa
Subsídio de educação especial
Prestação Social para a Inclusão
Complemento por Dependência

Fonte: (CE, 2018)

---

## **Anexo C**

### Direitos de SS em Portugal – Saúde

Subsídio de Doença
--------------------

Fonte: (CE, 2018)

## **Anexo D**

### Direitos de SS em Portugal – Incapacidade e Invalidez

Prestação Social para Inclusão
Pensão de Invalidez
Proteção Especial na Invalidez

Fonte: (CE, 2018)

---

## Anexo E

### Direitos de SS em Portugal – Velhice e Morte

Pensão de Velhice
Pensão Social de Velhice (reformado mais cedo)
Complemento Solidário para Idosos
Subsídio de Morte
Pensão de Sobrevivência
Pensão de Viuvez
Pensão de Orfandade

Fonte: (CE, 2018)

## **Anexo F**

### Direitos de SS em Portugal - Desemprego

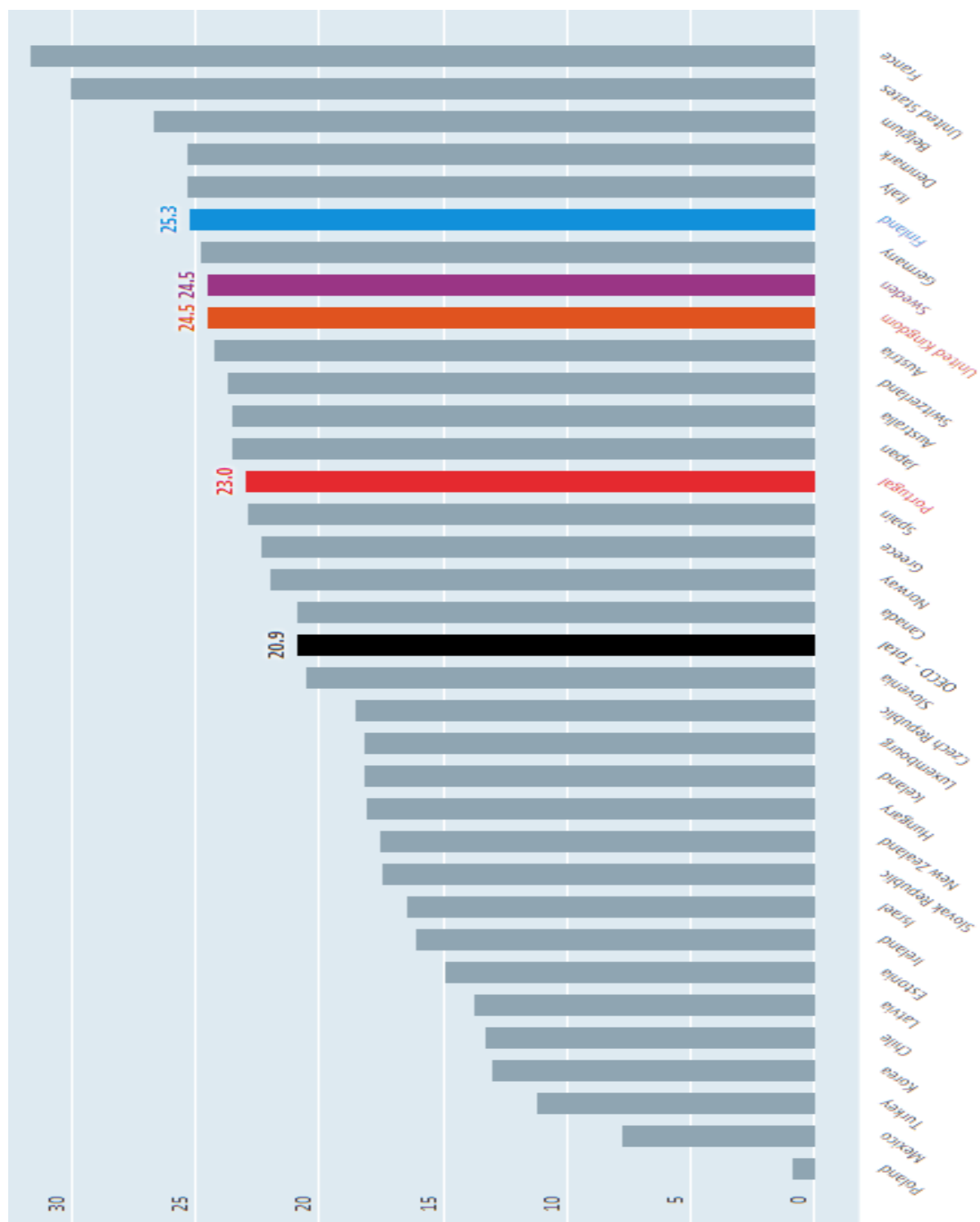
Subsídio de desemprego
Subsídio social de desemprego
Subsídio de desemprego parcial
Subsídio por cessação de atividade para trabalhadores independentes

Fonte: (CE, 2018)



## Anexo G

### Despesa Social em Portugal



Fonte: Social Spending, OCDE

OECD (2020), Social spending (indicator). doi: 10.1787/7497563b-en (Accessed on 18 September 2020)

<https://data.oecd.org/social-exp/social-spending.htm> consultado a 18-09-2020

## Anexo H

### Despesa do Estado Português com a Ação e Segurança Social

(euro-milhares)

Anos	Despesas do Estado	Despesas do Estado em Ação e Segurança Sociais
1995	8 167,1	⊥ 3 083,1
1996	9 534,3	3 190,3
1997	11 455,3	3 601,3
1998	14 149,2	3 899,1
1999	16 743,0	4 167,0
2000	20 575,2	4 771,0
2001	21 043,7	4 824,4
2002	22 274,1	5 999,1
2003	24 266,7	6 303,1
2004	26 176,4	7 518,7
2005	29 595,6	8 413,3
2006	29 522,6	9 372,8
2007	30 611,4	9 949,4
2008	33 985,1	10 582,7
2009	34 231,4	11 318,6
2010	39 122,6	11 809,8
2011	36 630,2	11 233,2
2012	⊥ 40 647,6	12 370,8
2013	42 076,4	13 795,5
2014	43 065,1	13 318,6
2015	44 453,5	13 625,7
2016	45 998,8	13 632,2
2017	48 773,2	13 669,6
2018	50 565,4	13 470,6
2019	48 684,4	Pro 14 097,7

Fonte:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Estado+despesas+efectivas++receitas+efectivas+e+d%C3%A9fice+excedente-2762>

(consultado a 09-10-2020)

<https://www.pordata.pt/Portugal/Despesas+do+Estado+por+algumas+fun%C3%A7%C3%B5es-2776-236884>

(consultado a 09-10-2020)

---

## Anexo I

### Critérios Definidos para a implementação do RBI em Portugal

1. Pagamento de um RBI diretamente a cada indivíduo, independentemente da idade do mesmo
2. Não-afetação de outros recursos do OE
3. Eliminação de todos os subsídios e prestações sociais de valor individual inferior ao estabelecido para o RBI
4. Integração do RBI nos subsídios e prestações sociais de valor superior, mantendo assim o valor presente das mesmas
5. RBI não tributável
6. Coleta da receita via IRS
7. Eliminação de todas as deduções específicas e à coleta
8. Redução e simplificação dos escalões de rendimento e das respetivas taxas marginais
9. Impacto nulo sobre o saldo do Orçamento de Estado

Fonte: (Teixeira, 2019)

## Anexo J

### Agentes Económicos

Setores Institucionais	Função Principal	Recursos Principais
<b>Famílias</b>	Consumir	Remuneração do trabalho, rendimentos de propriedade, transferências efetuadas por outros sectores
<b>Empresas</b>	Produzir bens e serviços mercantis não financeiros	Receitas provenientes da venda da produção
<b>Estado</b>	Produzir serviços não mercantis para a coletividade e efetuar operações de redistribuição do rendimento e da riqueza nacionais	Pagamentos obrigatório efetuados pelos outros sectores: impostos diretos (IRS,IRC) e indiretos (sobre produtos, e s/produção, s/importação)
<b>Instituições Financeiras</b>	Realizar operações de intermediação financeira	Juros e outros recebimentos de serviços prestados (por ex., comissões)
<b>Mercados Internacionais</b>	Não é caracterizado por uma função ou recursos principais;	

Fontes: Fernandes, Pereira, & Bento (2019). *Introdução à Economia*

[https://www.infopedia.pt/\\$agentes-economicos](https://www.infopedia.pt/$agentes-economicos)

## Anexo K

Tabela de Retenção na Fonte no Continente

Remuneração Mensal (Euros)		Casados dois titulares / Não casado	Casado único titular
Até	659,00	0,0%	0,0%
Até	686,00	0,1%	0,0%
Até	705,00	2,6%	0,0%
Até	765,00	4,3%	0,9%
Até	840,00	5,8%	2,8%
Até	915,00	8,1%	5,2%
Até	979,00	9,0%	5,2%
Até	1 052,00	9,8%	5,6%
Até	1 080,00	10,7%	6,0%
Até	1 161,00	11,8%	8,5%
Até	1 230,00	12,8%	8,5%
Até	1 328,00	13,8%	9,5%
Até	1 429,00	14,9%	10,5%
Até	1 557,00	15,9%	11,5%
Até	1 687,00	16,9%	13,0%
Até	1 766,00	17,5%	14,0%
Até	1 864,00	17,9%	14,5%
Até	1 963,00	19,9%	15,5%
Até	2 082,00	20,8%	16,4%
Até	2 212,00	22,3%	17,5%
Até	2 359,00	23,3%	17,5%
Até	2 489,00	23,9%	18,5%
Até	2 566,00	25,4%	18,5%
Até	2 705,00	26,4%	19,5%
Até	2 870,00	27,4%	21,0%
Até	3 062,00	28,6%	22,7%
Até	3 210,00	30,3%	23,9%
Até	3 412,00	31,3%	24,9%
Até	3 641,00	32,3%	26,9%
Até	3 901,00	32,8%	27,4%
Até	4 170,00	33,3%	27,4%
Até	4 419,00	33,8%	27,4%
Até	4 667,00	34,8%	28,4%
Até	4 954,00	36,3%	29,9%
Até	5 367,00	37,3%	30,8%
Até	7 247,00	38,3%	31,8%
Até	7 568,00	39,3%	32,8%
Até	8 704,00	39,3%	33,8%
Superior a	8 704,00	39,8%	34,3%

Tabela Deficientes

Remuneração Mensal (Euros)		Casados dois titulares / Não casado	Casado único titular
Até	1 414,00	0,0%	0,0%
Até	1 610,00	1,8%	0,0%
Até	1 648,00	3,8%	0,0%
Até	1 845,00	5,7%	3,8%
Até	1 913,00	6,7%	4,3%
Até	2 012,00	8,2%	5,3%
Até	2 111,00	9,6%	5,7%
Até	2 257,00	11,1%	5,7%
Até	2 357,00	12,1%	6,2%
Até	2 453,00	13,1%	6,7%
Até	2 492,00	14,6%	6,7%
Até	2 683,00	15,6%	8,7%
Até	2 780,00	16,6%	11,7%
Até	2 875,00	17,6%	12,7%
Até	2 972,00	18,1%	12,7%
Até	3 067,00	19,1%	13,7%
Até	3 163,00	19,6%	14,2%
Até	3 258,00	20,3%	15,3%
Até	3 450,00	21,4%	16,9%
Até	3 641,00	21,9%	17,4%
Até	3 833,00	22,9%	18,4%
Até	4 026,00	22,9%	18,4%
Superior a	4 026,00	24,4%	19,9%

Tabela Deficientes para a Força Armada

Remuneração Mensal (Euros)		Casados dois titulares / Não casado	Casado único titular
Até	1 413,00	0,0%	0,0%
Até	1 610,00	1,3%	0,0%
Até	1 648,00	3,8%	0,0%
Até	1 845,00	5,7%	3,3%
Até	1 913,00	6,7%	4,3%
Até	2 011,00	8,2%	4,3%
Até	2 110,00	9,2%	5,7%
Até	2 257,00	10,6%	5,7%
Até	2 356,00	11,6%	6,2%
Até	2 452,00	12,6%	6,7%
Até	2 491,00	14,1%	6,7%
Até	2 682,00	15,1%	8,7%
Até	2 779,00	16,1%	11,2%
Até	2 875,00	17,1%	12,2%
Até	2 972,00	17,6%	12,2%
Até	3 066,00	18,6%	13,2%
Até	3 162,00	19,1%	13,7%
Até	3 258,00	19,8%	14,8%
Até	3 449,00	20,9%	16,4%
Até	3 641,00	21,4%	16,9%
Até	3 832,00	22,4%	17,9%
Até	4 025,00	22,9%	18,4%
Superior a	4 025,00	23,9%	19,4%

Fonte:

[https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio\\_contribuinte/tabela\\_ret\\_doclib/Pages/default.aspx](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/tabela_ret_doclib/Pages/default.aspx)

(consultado a 20-10-2020)

## Anexo L

### Formulário de consentimento informado

Investigação no âmbito do Mestrado em Gestão das Organizações: Ramo de Gestão Pública

Autor: Ana Filipa Mendes Pereira

O atual trabalho de investigação, intitulado “**O Papel do Rendimento Básico Incondicional no Contexto Português**”, insere-se num estudo que decorre no âmbito do Mestrado em Gestão das Organizações: Ramo de Gestão Pública, e tem como principal objetivo perceber se Portugal tem as condições socioeconómicas necessárias para uma possível implantação do RBI de modo permanente. Nesta entrevista em particular, pretende-se obter uma perspetiva política do entrevistado perante o RBI, sobretudo sendo especialista nos sistemas de SS. Neste sentido:

- Este estudo não lhe trará nenhuma despesa ou risco;
- As informações recolhidas serão utilizadas somente para fins académicos, sendo que todas as informações serão confidenciais e anónimas;
- A entrevista será gravada;
- A participação neste estudo é voluntária e pode retirar-se a qualquer altura, ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si.
- A participação nesta entrevista é realizada a título pessoal do Dr. Miguel Cardoso e somente é tida nessas condições. Em momento algum, qualquer menção ou uso de informações retiradas da entrevista serão associadas à entidade laboral do entrevistado: Instituto de Segurança Social.
- Acrescenta-se ainda que nenhuma das opiniões expressas na entrevista é reflexão do partido político do deputado: Partido Socialista.

Depois de ler as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação.

Assinatura:



---

## Anexo M

### Entrevista com Miguel Cardoso, Especialista nos Sistemas de Segurança Social e Deputado Municipal do PS na Assembleia Municipal de Valongo

#### E- Entrevistador

#### e- Entrevistado

E- “Qual é a sua opinião geral sobre esta medida?”

e- “Estamos a falar de uma prestação social que não olharia a condições de recursos, ou seja, todo o cidadão teria acesso a ela, independentemente da retribuição ou não por via da atividade profissional. Eu próprio já me questioneei sobre esta medida e também já participei em alguns fóruns de discussão, nomeadamente, de uma colega que estava a fazer uma tese sobre o RBI. Sei que este chegou mais longe na Finlândia, onde eventualmente acabaram por interromper a 2ª fase. Em alguns países, começaram pelos desempregados, escolhendo assim, um nicho de população alvo. Em Portugal, é complicado, porque não havendo conhecimento de dados estamos no isotérico. Porém, podemos ver isto da forma técnica: estamos a falar numa revolução total no Sistema de Proteção Social. Portanto, estaríamos a falar em terminar com, eventualmente, todas as prestações, à exceção da pensão de velhice, a partir do momento em que estivéssemos perante uma prestação incondicional, estando sempre protegidos no âmbito da doença, da parentalidade, do desemprego, entre outros.”

E- “Essa era precisamente a minha segunda questão, quais eram os rendimentos que seriam substituídos pelo RBI. Isto porque, eu tenho comigo um relatório da Comissão Europeia que me descreve todos os rendimentos da SS em Portugal, existindo vários. Mas, subsídios como por exemplo, o Subsídio por Risco Clínico durante a Gravidez ou o Subsídio por Interrupção de Gravidez são bastante específicos para certas situações. Até que ponto é que o valor do RBI teria de ser elevado o suficiente para cobrir estas eventualidades tão específicas?”

e- “Cada subsídio é alocado com uma percentagem, por exemplo o subsídio de doença paga no início 65% da média das remunerações dos últimos 6 meses. Alguém que recebe 800 euros, vai receber 65% desse valor, estamos a falar na ordem dos 500€. Se for um caso de risco clínico vai receber os 100% da remuneração, o mesmo acontece com o subsídio de parentalidade dentro dos 120 dias e o subsídio por interrupção de gravidez. Portanto, a ideia do RBI é um pouco essa, fixar-se num patamar que seja muito idêntico a uma remuneração, e a ideia que eu tenho é que não será a remuneração mínima”.

**E-** “Há o estereótipo de que os esquerdistas são «muito dados» às ajudas sociais. O RBI não é consensual e uma das opiniões que eu analisei é de um deputado do BE, portanto de um partido de esquerda, Ricardo Moreira, que aponta o RBI como sendo este «insuficiente e desinteressante». Qual é a sua perspetiva?”

**e-** “Eu gostava muito de ver um caso concretizado, no caso da Finlândia até acompanhei e cheguei a um ponto em que fiquei efetivamente frustrado, porque queria mesmo ver como é que funcionaria. Do meu ponto de vista o espírito da ideia não é mau, aliás, vai de encontro a algo que chegou a ser discutido na praça pública: a prestação única. Portanto, em vez de uma pessoa receber o subsidio de desemprego, abono ou subsidio de doença, substituía-se tudo pela prestação única, isto é, a pessoa precisava de proteção social naquele momento, recebia imediatamente a prestação única, o que acaba por ser o espírito associado ao RBI. Associando este espírito a uma sociedade que está a trabalhar e, no caso de Portugal cada vez mais envelhecida, a partir para a automatização retirando capacidade produtiva ou postos de trabalho, torna-se ainda mais apelativa. A determinado momento vamos ter de ser capazes de assumir que se calhar não vai haver emprego para todas as pessoas, e essas pessoas não vão para a indigência, vai ter de existir uma resposta do Estado.

Agora, como é que se aplica? A mim não me custaria absolutamente nada ver distribuído pelas pessoas, mensalmente, uma verba independentemente de ter uma atividade profissional ou não. Ao contrário das pessoas que pensam que vai ser um incentivo à não produção, eu acho que seria um incentivo à produção. Isto porque, se eu trabalhar tendo o meu rendimento garantido e ainda souber que tenho mais X do Estado pode ser positivo, mas claro sempre dependendo dos perfis profissionais.

Mas, vamos analisar também, o caso extremo da pobreza nacional: os beneficiários do RSI. Neste momento, acho que o orçamento da SS não chega a 1% para pagar o rendimento a todos os beneficiários do país. O alarido que é feito é sobre cerca 1% do orçamento da SS, é meramente populista, criando-se o mito que vão todos os dias para o café, comer as torradas e beber as meias de leite. A última despesa foi no valor de trezentos e setenta milhões de euros, quando o orçamento da SS são cerca de quatro mil milhões de euros. Portanto, quando alguém vem com a tese que se tem fiscalizar mais, então se calhar seria mais importante fiscalizar as doenças e o desemprego, porque aí gastamos uma grande fatia do orçamento da SS. Mas, retornando aos beneficiários do RSI, falamos numa minoria de um universo de cerca de dez milhões de pessoas.

Então, se falarmos de pessoas que querem efetivamente ter uma vida ativa, produtiva e de evolução remuneratória e progressão de carreira, temos que assumir, ponto n.º 1 que, haverá sempre gente que não se irá enquadrar no nosso modelo de sociedade, e temos como grande exemplo os sem-abrigo. Existirá sempre gente que não vai aceitar a integração pelas mais variadíssimas razões, mas entre as quais, porque simplesmente não querem, e nesse momento podemos tomar uma posição ditatorial, e a meu ver quase inconstitucional, que seria obrigá-los a ir para uma instituição até a pessoa fugir, porque à primeira hipótese ela assim o fará, ou então tem que se conviver com esta ideia que nem toda a gente vai viver tendo por base o nosso modelo de sociedade.

---

Agora não acho correto que os restantes tenham de pagar pelos que não aderem, sendo que é uma não adesão voluntária. Portanto, porque não partir para o RBI sabendo de antemão que vão existir sempre pessoas que lhe vão dar um mau uso. Não estou a afirmar que o façam, mas porque é que iremos prejudicar nove milhões de pessoas, por causa de outro milhão de pessoas? Não me parece uma boa ideia de partida para o RBI!"

E- "Filipe Silva, numa das suas obras descreveu o nosso Estado Social como sendo um "estado social recente, pouco desenvolvido, baseado em esquemas criados pela Igreja Católica e ou regimes autoritários e um aparelho de Estado relativamente fraco e vulnerável". A minha questão vai no sentido de perceber se concorda com esta afirmação. Isto porque, existe um estereótipo entre o partido escolhido e o tipo de Estado social existente, quando temos um governo de esquerda, há sempre muitas ajudas sociais e quando temos um partido de direita não há ajudas nenhuma. E, eu quero perceber se estas duas questões são realidades."

e- "São claramente realidades. A única coisa, que já de alguns anos para cá, diferencia a direita da esquerda é o posicionamento sobre o Estado. A direita entende que o Estado deve ser o mínimo possível, e entregar a gestão ao privado de tudo que não sejam funções obrigatórias do Estado, entenda-se por funções obrigatórias a justiça, a defesa e a administração interna. Falamos, basicamente, de um Estado policial e a Esquerda tem defendido sempre, e eu particularmente defendo também, que o Estado nunca pode abdicar de três 3 pilares, a Educação, SS e a Saúde. Esses são os pilares que garantem que o cidadão tenha sempre a igualdade de acesso aos bens que necessita. Ao dar acesso à educação, é-lhe possibilitada a faculdade de poder progredir em termos culturais e educacionais, é uma escolha individual da pessoa, apesar de ser condicionada pela pobreza, porque é um fator que condiciona, mas a possibilidade está lá. Assim como o acesso à saúde, que por mais caótico que seja está criada a possibilidade. E, o próprio acesso à SS, garantindo que ninguém caia na indigência, ou seja, que ninguém fique desprotegido na sua íntegra.

Portanto, esses três setores, para mim, nunca podem ser abandonados da esfera do Estado e a direita tem noção do impacto social que isto tem, e tanto têm noção que várias vezes veio para cima da mesa a discussão sobre a privatização da SS ou o plafonamento da SS, no entanto nunca avançou de uma discussão. E o que é este plafonamento da SS? O plafonamento é dizer que a partir de X remuneração, o cidadão pode dizer se vai para o privado ou para a SS. Esse plafonamento na prática, e a própria direita o afirma, seria só para remunerações acima de mil e tal euros, não podendo os restantes exercer o direito de escolha, ficando, automaticamente, no Estado. Mas isto é uma falácia, quem é que é vai assegurar, por exemplo, as pensões de todo esse fosso geracional que vai criar esta mudança de sistema? Com esta mudança de sistema vai desaparecer dinheiro, impossibilitando pagar as pensões de uma determinada geração, e a direita não dá resposta a isto. E depois há uma segunda falácia, se falamos de plafonar e, portanto, retirar dinheiro do sistema como conseguiríamos gerir a despesa? As remunerações mais altas são exatamente aquelas que garantem que as prestações correntes e as prestações substitutivas de rendimentos, como (o subsídio) doença ou o (subsídio de) desemprego, entre outros, sejam pagas. Porque são essas remunerações mais altas que entram no sistema, mensalmente, e permitem gerir a despesa

que é feita, não são essas remunerações mais altas que estão a pagar as pensões atuais, esse dinheiro já entrou há muitos anos, é obvio que entra diariamente, mas há uma capitalização desse dinheiro. Contudo, retirando-se esta margem, as próprias prestações imediatas ficam em causa devido à diminuição de capacidade da resposta do Estado, e caímos assim no estilo americano: colocamos o dinheiro todo no Novo banco, este vai à falência e teríamos muitos idosos que aos 84 teriam de voltar para o trabalho porque vêm as poupanças de uma vida desaparecer. Portanto, este sistema não me parece de todo benéfico.

Respondendo à questão da tipologia de Estado social que temos, quanto à Igreja, sinceramente, não me parece que tenhamos muito essa influência. Na década de 80, O Estado Social começou a percorrer o seu caminho de laicização. Temos é uma forte presença da Igreja mas é na parte social, ou seja, na parte de cooperação com as instituições, mas a vertente associalista não está presente no Estado Social. Pelo contrário, não é essa a missão do Estado Social e não é essa a missão da SS, é sim ter uma progressão para a dignificação da pessoa, tem sido esse o caminho tomado. Inclusive, já não existem só prestações de carácter pecuniário e de proteção dos trabalhadores, mas também há uma vertente de cidadania, porque quando falamos de prestações não contributivas, falamos de proteger o cidadão, ou seja, o cidadão tem direitos *per si*. Como tal, não me revejo nessa leitura da forte componente catolicista no nosso Sistema de Segurança Social.

Em relação ao regime ditatorial, eu sou da opinião que o nosso Sistema de Proteção Social é tão forte quanto a nossa capacidade económica. Somos um país com um mercado claramente pequeno, muito sujeito a oscilações mediante a situação dos mercados mundiais. Fomos um país que durante muitos anos apostou, e continuamos a apostar, em salários baixos, continuamos a ter grandes empresas a apostarem no salário mínimo, o que é lamentável e ao mesmo tempo impede que o Estado Social seja mais forte. Vendo a SS como um organismo autónomo fica muito complicado gerir toda a proteção social, com uma ambição maior ou mais exacerbada, se não tivermos quem alimente essa missão. Ora quem alimenta essa missão são as empresas e os trabalhadores, pois se falarmos de um ordenado de quinhentos euros, não é suficiente para pagar uma pensão de mil euros. Portanto, não associo à questão do Estado Novo ou do regime ditatorial o fraco estado social que temos, isso obviamente que nos condicionou e fê-lo durante muitos anos, mas a partir do momento em que entramos na União Europeia houve claramente uma transformação do país e das mentalidades”.

**E-** “A última pergunta é referente às medidas da atual pandemia. Faria sentido implementar o RBI de modo temporário, e a substituir as medidas criadas pela SS para a Covid-19?

**e-** “Mais uma vez, estamos dependentes de mais dados. Por exemplo, há pessoas que ficaram a receber quinhentos ou setecentos euros no âmbito da *Lay-Off*, estes valores estão diretamente relacionados com as remunerações: A SS assume o pagamento de 70% do total da remuneração. Ou seja, vamos sempre falar das remunerações. De todo o modo, acredito que para o ano existirá algo parecido já debatido em sede de discussão do Orçamento de Estado. Haverá

---

uma prestação no valor de, salvo erro, quinhentos e cinco euros, para quem não tiver emprego ou outra situação similar. Tal acaba por ir ao encontro do espírito do RBI.

Eu concordo que as medidas que foram tomadas, a maior parte delas, foram boas medidas. Isto foi tudo feito com uma velocidade enorme, até porque ninguém estava preparado para nada disto, tanto que numa fase inicial a Lay-Off saiu numa primeira versão, na semana seguinte saiu noutra versão e na semana seguinte já tinha outras alterações, portanto foi uma situação muito dinâmica que procurou ir ao encontro das necessidades de cada situação, por exemplo, não havia proteção dos membros dos órgãos estatutários, que acabou por se criar. O mesmo acontece com o regime excecional de apoio aos trabalhadores independentes, que no meu entender, peca um pouco, por se fixar muito às remunerações. O trabalhador independente desconta, de acordo com o que tem na sua atividade. Portanto, o apoio que eu lhe vou dar vai ser baseado naquilo que está a declarar, se neste momento são apenas pagamentos muito baixos, o apoio dado não dá, em muitos casos, para constituir um meio de sobrevivência. Nesta questão, a pressa foi inimiga da perfeição e, eventualmente, haverá algumas correções a fazer para o futuro.

Se me pergunta se seria uma boa altura para implementar o RBI? Não sou completamente antagónico à experiência. Mas seria altamente exigente, no momento em que estamos, fazer uma experiência destas, não é tempo para experimentalismos. E estando o país completamente estabilizado, que está, é muito complicado implementar um sistema novo, isso iria colocar em causa algumas situações.

Contudo, poderia ter um efeito positivo, até porque eu acho que, neste momento, aquilo que devemos todos tentar preservar ao máximo é a economia. A realidade é que está instalado o caos em termos de previsões e de discurso de saúde, no entanto, é impensável voltar a fechar a economia, portanto o RBI, nessa perspetiva, poderia ser uma motivação adicional para as pessoas gastarem. Se pensarmos no governo de 2015 de António Costa, a primeira aposta foi subir salários, recuperar pensões para as pessoas tivessem mais dinheiro disponível para gastarem no mercado interno e a estratégia deu resultado. Portanto, se houvesse essa injeção adicional de dinheiro na economia, nomeadamente para as pessoas, poderia ser um fator positivo na economia. As pessoas com dinheiro têm tendência a gastar mais, desde jantar fora até fazer mais viagens aos fins de semana, poderia ser um grande incentivo para a economia. E a nossa economia precisa de incentivos”.